

2015

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE (G4-1)	5
SOBRE O RELATÓRIO (G4-18)	7
PERFIL ORGANIZACIONAL	11
PRINCIPAIS RISCOS	18
Risco Operacional	
Risco de Mercado	
Risco de Liquidez	
Risco de Crédito	
Risco de Reputação	
Risco de Estratégia	
Risco Socioambiental	
GESTÃO ESTRATÉGICA E SUSTENTABILIDADE	22
GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA	25
Estrutura De Governança (G4-34)	
A Superintendência De Ouvidoria Tem Ainda Como Responsabilidades	
POLÍTICA E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO BANCO DO NORDESTE	29
GESTÃO DE RISCOS NO BANCO DO NORDESTE	31
Auditoria	
Ouvidoria	
GESTÃO DA ÉTICA	33
Ética e Integridade (G4-56)	
Missão	
Visão	
Valores	
Ética E Integridade (G4-56)	
Práticas Anticorrupção E Antipropina	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO	37
Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE VERDE)	
Metas para 2016	
Outros Programas Ambientais	
Políticas com Componentes Ambientais e Sociais Aplicadas às Linhas de Negócios	
Monitoramento dos Empreendimentos Financiados	
Medidas Adotadas em Ocorrências de Irregularidades Detectadas	
Ilícito Penal	

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

41

Impactos Econômicos Indiretos (G4-Ec7 E G4-Ec8)
Iniciativas para Melhorar a Educação Financeira por Tipo de Beneficiário (G4-Fs16)
Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento
Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO)
Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)
Programa Cisternas Rurais
Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado do Piauí (Pró-Desenvolvimento)
Projeto de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT)
Programa de Financiamento de Recuperação de Imóveis Privados em Área Tombada e de Entorno (IPHAN-RECUPERA)

PROGRAMAS DE MICROFINANÇAS

48

Crediamigo
Rede de Atendimento
Perfil dos Clientes
Resultados em 2015
Agroamigo
Resultados Alcançados em 2015
Promoção da Equidade de Gênero
Contratações por Região (G4-Fs6)
O Agroamigo e o Plano Brasil sem Miséria
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Resultados da Carteira Pronaf (Inclusive Agroamigo) Em 2015
Parcerias
Metas Para 2016
Programa Nacional De Crédito Fundiário (PNCF)
Metas para 2016

GESTÃO AMBIENTAL

57

Uso Sustentável dos Recursos
Energia Elétrica
Combustíveis
Água
Papel
Copos Descartáveis
Gestão de Resíduos (G4-En23)

PORTAL DA SUSTENTABILIDADE

61

PÚBLICOS DE INTERESSE (STAKEHOLDERS)

62

COLABORADORES (AS)

66

Gestão Participativa
Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil
Plano de Assistência Médica
Respeito ao Indivíduo
Compromisso com os Direitos das Crianças e Proteção ao Trabalhador Adolescente, Combatendo o Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo.
Valorização da Diversidade e Promoção da Equidade Racial e de Gênero
Política de Remuneração, Benefícios e Carreira
Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho
Temas Relativos à Segurança e Saúde Cobertos por Acordos Formais com Sindicatos
Comportamento Frente a Demissões
Preparação para Aposentadoria

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO BANCO DO NORDESTE	73
CLIENTES	76
Canais de Atendimento Centro de Relacionamento com Clientes e Informação ao Cidadão Ouvidoria Acessibilidade (G4-Fs14) Segurança	
FORNECEDORES	82
Certames Licitatórios Exigências do Banco para a aquisição de produtos e serviços	
SOCIEDADE E COMUNIDADE	86
Investimentos Sociais e Culturais Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente Lei de Incentivo ao Esporte Lei de Incentivo ao Idoso Showroom Social e Feira de Produtos Orgânicos Centros Culturais Banco do Nordeste	
GOVERNO	88
Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) Programa Cisternas Rurais	
INDÚSTRIA BANCÁRIA	89
Políticas de Comunicação e Patrocínios Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) Depósito para Reinvestimento	
SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI PARA A OPÇÃO "DE ACORDO" - ESSENCIAL	92
DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA	94
RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	98
RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL. PAGINA	100



MINISTÉRIO DO INTERIOR



BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

CENTRO ADMINISTRATIVO
PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

MINISTRO DO INTERIOR
MÁRIO DAVID ANDRADE ANDREAZZA

PRESIDENTE DO BANCO DO NORDESTE
CAMILLO GALAZANS DE MAGALHÃES

INAUGURADO A 19 DE JULHO DE 1984

MENSAGEM DO PRESIDENTE (G4-1)



Senhoras e senhores,

O Banco do Nordeste reafirmou, em 2015, o compromisso de ser o Banco de Desenvolvimento da região. Um banco que tem como objetivos principais elevar o bem-estar das pessoas e aumentar a competitividade das empresas.

Dessa forma, o Banco atua como catalisador do processo de desenvolvimento sustentável, pautado na transparência e na ética no relacionamento com seus públicos e no tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*), que envolve as dimensões ambiental, social e econômica. Isto é, o desenvolvimento entendido como processo de expansão das capacidades e liberdades reais que as pessoas desfrutam em uma sociedade.

Este relatório resume as ações empreendidas e os resultados alcançados pelo Banco do Nordeste, em 2015, bem como os impactos decorrentes para o meio ambiente e para a construção de uma sociedade mais justa, com equidade social e equilíbrio socioambiental, mensurados a partir de indicadores de desempenho propostos pela metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Inspirado nos princípios da eficiência, eficácia, efetividade, ética e em sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), o Banco do Nordeste aplicou R\$ 24,1 bilhões na sua área de atuação, composta pelos municípios que integram toda a região Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Desse total, R\$ 11,4 bilhões são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Banco responde por cerca de 60% do crédito de longo prazo e por mais de 57% do crédito rural da região, com recursos preponderantemente do FNE.

Também possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do CrediAmigo e do AgroAmigo.

O CrediAmigo, destinado à microfinança urbana, alcançou a marca de 2 milhões de clientes ativos, registrando R\$ 8 bilhões de desembolsos.

Ao completar 10 anos de criação, em 2015, o AgroAmigo tornou-se o maior programa de microfinança rural da América Latina, com 448.593 contratações para um total de R\$ 1,8 bilhão de crédito.

Afinal, ofertar crédito de longo prazo e fazer inclusão financeira é confirmar o compromisso da Instituição com o desenvolvimento, promovendo a geração de emprego e renda e dinamização da economia com responsabilidade socioambiental.

O Banco está presente em todos os municípios da região, financiando o investimento produtivo. E garantiu, mesmo em um cenário econômico adverso, crédito para quem mais precisa: as micro, pequenas e médias empresas.

Como Banco aberto à inovação e focado no cliente, lançou uma série de Cartões Empresariais que ofertam capital de giro e que podem ainda ser utilizados como cartão de crédito.

Na mesma direção, assumiu o compromisso de lançar o CARTÃO FNE, em 2016, produto único no mercado de crédito nacional, que ofertará os recursos do FNE tanto para giro, como para

investimento de forma ágil e segura.

Fortalecendo sua identidade e em linha com os principais bancos de desenvolvimento do mundo, o Banco do Nordeste criou a figura do Economista-Chefe. Ao Economista-Chefe, como líder do Etene, cabe a responsabilidade de resgatar o papel do Banco como principal protagonista dos debates sobre a Região e o desenvolvimento regional.

Reafirmando seu compromisso com a ética e a integridade, o Banco adotou um Lema de Ética, elaborado e implantado pelo seu corpo de funcionários.

Em alinhamento com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente no tocante à autorregulação bancária, o Banco do Nordeste aprovou e implantou, em junho de 2015, a sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), composta de 11 princípios gerais e 68 diretrizes organizadas segundo 11 temas distintos, e que norteia as demais políticas e permeará toda a sua estrutura organizacional.

Por último, o Banco concebeu novo mapa estratégico e novo programa de ação, baseados na gestão para resultados, na meritocracia e no compromisso de tornar-se instituição imprescindível para o desenvolvimento do Nordeste.

O melhor Banco do futuro se constrói sendo um banco melhor no presente.

Fomos um Banco melhor em 2015, seremos ainda melhor em 2016.

Marcos Costa Holanda
Presidente



Banco do Nordeste



Banco do Nordeste



SOBRE O RELATÓRIO (G4-18)

O presente Relatório de Sustentabilidade do Banco do Nordeste é elaborado de acordo com a versão G4 das diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI). No entanto, desde 2010, anualmente, publicamos este relatório, adotando essas diretrizes que têm por objetivo o compartilhamento de informações relevantes sobre a nossa atuação e a preocupação com o desenvolvimento sustentável, com todos os nossos públicos de relacionamento (clientes, colaboradores, fornecedores, governo, indústria bancária, instituições de desenvolvimento, investidores, sociedade e comunidade) (G4-30). Sua última publicação ocorreu em abril de 2016, na versão G4, referente às informações do ano 2014 (G4-29). Este relatório é o segundo da versão G4, enquadrado nos critérios “de acordo” - Essencial, reunindo dados referentes ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. (G4-28) (G4 -32).

A definição dos assuntos que compõem este relatório foi baseada na Matriz de Materialidade, que apresenta os dez temas mais relevantes da instituição, sendo construída a partir da convergência da visão do Banco do Nordeste e das percepções de seus públicos de relacionamento. Os temas de maior relevância resultam do cruzamento do eixo interno (análise de políticas e estratégias e painel com o público interno) com o eixo externo (consultas ao público externo).

Para a construção da Matriz de Materialidade do Relatório de Sustentabilidade – Ano 2015, utilizou-se como insumo as sugestões propostas pelos *stakeholders* (Acionistas, Fornecedores, Indústria bancária, Governo Federal - Estadual e Municipal, Sociedade/Comunidade, Clientes, Instituições de Desenvolvimento) que participaram de um evento em cada superintendência estadual do Banco do Nordeste. Por meio de sua realização, o Banco teve como intuito buscar um maior engajamento com seus *stakeholders* na construção do Relatório de Sustentabilidade – Ano 2015. O evento ocorreu, de forma simultânea, nas referidas superintendências em videoconferência com os representantes da Direção Geral do Banco, que ressaltaram a importância do referido relato e o engajamento dos *stakeholders* no processo de construção de sua matriz de materialidade.

Como subsidio aos encontros estaduais, foi enviada uma lista contendo os aspectos da GRI, além de se incluir outros tópicos materiais relacionados às atividades realizadas por esta instituição, que também foram listados nas pesquisas relacionadas à construção da Matriz de Materialidade do Relatório de Sustentabilidade dos anos anteriores. Após a videoconferência, em cada superintendência ocorreu uma oficina com os stakeholders, onde escolheram os 10 aspectos mais importantes, na visão destes, que deveriam constar no citado relato.

Após a finalização dos eventos estaduais, as listas de presença e a dos aspectos escolhidos foram enviadas para a área responsável pela elaboração do referido relatório. Com base nas informações das superintendências, chegou-se à lista de 10 aspectos que foram mais citados por todas estas Unidades Administrativas. Esses encontros ocorreram no dia 17.05.16, com exceção da Superintendência do estado do Ceará que se realizou em 24.05.16. Os *stakeholders* da Superintendência responsável pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo participaram do processo por meio de sugestões enviadas por formulários, uma vez que a Unidade estava impossibilitada de participar do encontro por choque de agenda.

Já dos encontros presenciais participaram 183 *stakeholders* (Acionistas, Fornecedores, Indústria bancária, Governo Federal, Estadual Ou Municipal, Sociedade/Comunidade, Clientes, Instituições de desenvolvimento). Este público elegeu os 10 itens seguintes:

1. Uso eficiente e racional de recursos nacionais
2. Crédito verde
3. Desenvolvimento sustentável
4. Geração de emprego
5. Descarte adequado de resíduos e tratamento de efluentes
6. Critérios socioambientais para concessão de financiamentos e divulgação de seus resultados
7. Educação financeira
8. Microcrédito
9. Gestão de risco socioambiental
10. Governança e transparência.

Além desses encontros com *stakeholders* externos, foi realizada uma

pesquisa interna, por meio de um formulário disponível em sua intranet, pelo Banco do Nordeste destinada aos seus colaboradores.

A referida pesquisa foi realizada no período de 18.05.16 a 10.06.16, tendo a participação 265 colaboradores, no entanto, considerou-se como respostas válidas 237.

Os aspectos propostos pelos colaboradores, via pesquisa interna, foram os seguintes:

1. Uso eficiente e racional de recursos naturais
2. Saúde e segurança do trabalho
3. Satisfação do clientes (qualidade no atendimento, reclamações)
4. Promoção da educação financeira
5. Microcrédito
6. Prevenção à lavagem de dinheiro e corrupção
7. Práticas responsáveis na cadeia de fornecedores
8. Pontos de acesso em regiões pouco populosas ou em desvantagem econômica
9. Parcerias/acordos de sustentabilidade
10. Investimento na comunidade

As duas listas com os 10 aspectos relevantes listados pelos *stakeholders* externos e colaboradores gerou uma terceira lista que teve como critérios:

- Os primeiros cinco temas indicados pelos *stakeholders* das categorias Público Externo e Interno em uma lista de prioridades;
- Indicação dos outros temas que se repetem na lista de prioridades das duas categorias de *stakeholders* citadas acima.

Esta lista foi submetida pela Célula de Meio Ambiente, Inovação e RSA ao Comitê formado pelos gestores da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento ligada à Diretoria de Desenvolvimento Sustentável, área responsável pela elaboração deste relato. O referido Comitê se reuniu no dia 23.06.16 e validou os 10 seguintes aspectos mais relevantes para compor a Matriz de Materialidade do referido relatório:

1. Uso eficiente e racional de recursos naturais
2. Crédito verde
3. Desenvolvimento sustentável
4. Geração de emprego
5. Descarte adequado de resíduos e tratamento de efluentes
6. Microcrédito

7. Saúde e segurança do trabalho
8. Satisfação do cliente (qualidade no atendimento, reclamações)
9. Promoção da educação financeira
10. Prevenção à lavagem de dinheiro e corrupção.

É importante ressaltar que a relação dos aspectos relevantes eleitos para a Matriz de Materialidade do Relatório de Sustentabilidade ano 2015 foram baseados nos aspectos do GRI, uma vez que estes são instrumentos que retratam as ações desenvolvidas ou em desenvolvimento pelo Banco do Nordeste em prol de sua sustentabilidade empresarial.

É importante destacar que a metodologia GRI-4 inclui indicadores específicos por setores, abordando, inclusive, o setor financeiro, que estão presentes neste relato (Quadro 1).

Ressalta-se que em relação às técnicas de medição de dados e bases de cálculos, sempre que necessário foram realizados ajustes e estão descritos ao longo dos textos. (G4-22)

Este relatório não teve alteração na sua versão, uma vez que o último relatório publicado em abril de 2016, referente às informações do ano 2014 foi na versão G4, enquadrado nos critérios “de acordo” - Essencial, reunindo dados referentes ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. (G4-23)

A publicação deste relatório está alinhada ao compromisso do Banco do Nordeste como signatário do Pacto Global.

O Banco do Nordeste mantendo a sua preocupação com o meio ambiente, a exemplo do anterior, disponibiliza todo o conteúdo deste Relatório em mídias digitais.

Este relatório passou pela verificação de auditoria externa independente, EY, com a comprovação de adequação às diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e indicação do nível de aplicação. (G4-32)

A Direção Geral do Banco do Nordeste contratou a empresa de auditoria externa independente, EY, por meio de licitação vinculada ao Edital Pregão, em 2012, com a finalidade de realizar o exame e a elaboração de Relatório de Asseguração limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade do Banco, com comprovação de adequação às diretrizes da *Global Reporting Initiative* – GRI e indicação do nível de aplicação. (G4-33)

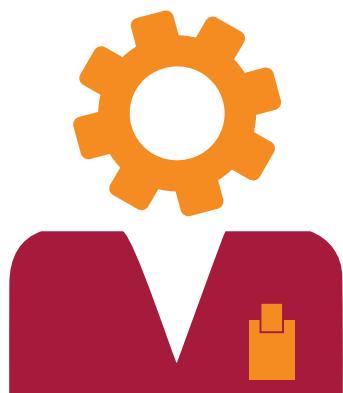
Para mais informações sobre o relatório ou o desempenho socioambiental do Banco do Nordeste, acesse o site www.bnb.gov.br. Em caso de perguntas e sugestões de melhorias relativas ao Relatório de Sustentabilidade, entre em contato por meio do correio eletrônico: relacionamento@bnb.gov.br. (G4-31)

Quadro 1 – Temas materiais, limites e impactos (G4-19,G4-20, G4-21)

Assunto Material	Aspectos GRI-G4	Limite/Impacto Interno	Limite/Impacto Externo	Capítulo
Uso eficiente e racional de recursos naturais	Materiais	Adesão à A3P Redução de custos Política de Responsabilidade Socioambiental	Preservação Ambiental Ganho de imagem Maior eficiência financeira Credibilidade junto aos <i>stakeholders</i>	Gestão Ambiental
Crédito verde	Desempenho econômico	Promoção da sustentabilidade	Ganho de imagem Ecoeficiência Melhores resultados financeiros	Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação
Desenvolvimento sustentável	Desempenho econômico	Responsabilidade do Banco pela promoção do desenvolvimento sustentável da região Nordeste	Melhor qualidade de vida das comunidades locais Redução da pobreza	Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação
Geração de Emprego	Emprego/ Treinamento e Educação	Missão desenvolvimentista Redução das desigualdades social e regional	Concessão de crédito com geração de emprego e renda Inclusão social Dinamização da economia	Perfil Organizacional
Descarte adequado de resíduos e tratamento de efluentes	Efluentes e resíduos	Promoção da cultura de responsabilidade socioambiental Saúde e segurança no trabalho	Responsabilidade socioambiental	Gestão Ambiental
Microcrédito	Desempenho econômico	Cumprimento da missão	Inclusão bancária e social Geração de emprego e renda Consolidação do mercado como o segundo Banco no segmento da América Latina	Programas de Microfinanças
Saúde e segurança no trabalho	Saúde e segurança no trabalho	Satisfação dos clientes internos Maior produtividade Menor absenteísmo	Maior satisfação dos clientes externos Melhor atendimento	Colaboradores
Satisfação do cliente	Rotulagem de produtos e serviços/ privacidade do cliente	Retenção e fidelização de clientes Excelência empresarial	Sustentabilidade empresarial Relacionamento com <i>stakeholders</i> Maior eficiência financeira Ganho de imagem	Clientes
Promoção da educação financeira	Responsabilidade pelo produto	Consumo consciente Gestão de finanças pessoais	Inclusão financeira Consumo consciente Redução de inadimplência	Programas de Financiamentos
Prevenção à lavagem de dinheiro e à corrupção	Combate à corrupção	Redução de Risco financeiro Funcionários capacitados	Risco de imagem Maior credibilidade Transparência	Gestão da Ética

Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento, 2016.





PERFIL ORGANIZACIONAL

O Banco do Nordeste do Brasil S.A, em 1952, foi criado pela Lei federal nº 1.649. Trata-se de uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto (G4-3) (G4-7).

Sua sede está localizada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, atuando exclusivamente no Brasil, nos nove estados da região Nordeste, o norte e os vales do Mucuri e do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios. (G4-5) (G4-6).

Em sua área de atuação o Banco do Nordeste atende grandes, médios, pequenos e micros empresários dos setores comércio, indústria e serviços, bem como produtores rurais de todos os portes. Além disso, por meio dos Programas CrediAmigo e AgroAmigo, o Banco atua no microcrédito urbano e rural. (G4-8)

No quantitativo de clientes referentes às operações contratadas em 2015, presente no Quadro 2, destaca-se que não constam os dados referentes ao CrediAmigo e nem Governo. (G4-8)

Entretanto, ressalta-se que existem 578 clientes duplicados, ou seja, possuem operações de crédito em mais de um Estado. (G4-8)

O Banco do Nordeste apresentou, no ano de 2015, o total de 2.030.821 clientes que obtiveram empréstimo do CrediAmigo. (G4-8)

Destaca-se que o segmento de microcrédito atende somente pessoas físicas.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos clientes do CrediAmigo por estado. (G4-8)

Quadro2 – Quantitativo de clientes referentes às operações contratadas em 2015

Estado	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total geral	Percentual de Pessoa Física sobre total	Percentual de Pessoa Jurídica sobre total
AL	27.373	1.168	28.541	96	4
BA	110.712	7.822	118.534	93	7
CE	78.563	7.621	86.184	91	9
DF		2	2	0	100
ES	841	579	1420	59	41
GO	1	1	2	50	50
MA	50.528	3.268	53.796	94	6
MG	49.725	2.026	51.751	94	4
MS		1	1	0	100
PA		2	2	0	100
PB	45.491	2.845	48.336	94	6
PE	55.290	5.089	60.379	92	8
PI	51.153	2.432	53.585	95	5
PR		4	4	0	100
RJ	40	11	51	78	22
RN	29.083	3.925	33.008	88	12
RS		1	1	0	100
SC		3	3	0	100
SE	20.343	2.244	22.587	90	10
SP	47	18	65	72	28
TO		1	1	0	100
Total geral	519.190	39.063	558.251	93	7

Fonte: Ambiente de Controle Financeiro, 2015.

Tabela 1 – Distribuição dos clientes CrediAmigo por estado em 2015

Cliente CrediAmigo Ano de 2015		
Estado	Quantidade	Percentual
AL	100.557	5,0%
BA	247.321	12,2%
CE	674.338	33,2%
ES	5.049	0,2%
MA	173.848	8,6%
MG	95.191	4,7%
PB	147.866	7,3%
PE	140.729	6,9%
PI	236.086	11,6%
RN	113.127	5,6%
SE	96.709	4,8%
TOTAL	2.030,821	100,0%

Fonte: Distribuição dos clientes CrediAmigo por estado em 2015.

O Banco do Nordeste também realiza negócios com o Governo, conforme Quadro 3 a seguir. (G4-8)

Quadro 3 – Quantidade de clientes do Governo em 2015

Governo - Ano 2015		
Estado	Quantidade de Clientes	Percentual
ALAGOAS	118	6,0
BAHIA	315	16,1
CEARÁ	282	14,4
ESPÍRITO SANTO/MINAS GERAIS	144	7,3
MARANHÃO	226	11,5
PARAIBA	163	8,3
PERNAMBUCO	186	9,5
PIAUI	268	13,7
RIO GRANDE DO NORTE	159	8,1
RIO DE JANEIRO	3	0,1
SERGIPE	98	5,0
TOTAL	1962	100,0

Fonte: Datamart S461.

O Banco realiza negócios bancários financeiros, a exemplo de negócios de Crédito Comercial, Comércio Exterior e Câmbio, Produtos e Serviços Bancários, Mercado de Capitais, Captação de Recursos, dentre outros (Quadro 4). (G4-4)(FS6)

Quadro 4 – Clientes e respectivos produtos e serviços

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de Investimentos <ul style="list-style-type: none"> ○ Fundos Referenciados DI <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Referenciado DI Especial Longo Prazo ▪ BNB FI DI Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Reserva Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Simples Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Institucional Longo Prazo ○ Fundos de Renda Fixa <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB FI Plus Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ○ Fundo Multimercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Multimercado Longo Prazo ○ Fundos de Ações <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Ações ▪ BNB FI Ações Petrobras ▪ BNB FI Ações Vale ▪ BNB BTG Pactual FIC FI Ações de Dividendos ○ Fundos Mútuos de Privatização • Carteira de Clientes

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Crédito <ul style="list-style-type: none"> ○ Financiamento de Crédito Rural ○ Financiamento de Crédito Industrial ○ Financiamento para Agroindústria ○ Financiamento para Comércio e Serviços ○ Financiamento para Infraestrutura ○ Financiamento para o Turismo ○ Financiamento para Tecnologia • Programas de Financiamento <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste – FNE- AGRIN ○ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca – FNE AQUIPESCA ○ Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada - FNE Irrigação ○ Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA PESQUEIRA ○ Programa de Financiamento da Aquisição Isolada de Matérias-primas, Insumos e Mercadorias - CAPITAL DE GIRO INSUMOS ○ Créditos de Custeio ○ Créditos para Comercialização ○ Programa de Financiamento da Aquisição Isolada de Matérias-primas, Insumos e Mercadorias - CAPITAL DE GIRO INSUMOS ○ Créditos de Custeio ○ Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços - FNE COMÉRCIO E SERVIÇOS ○ Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual - FNE-MPE ○ Programa de Apoio Industrial do Nordeste – FNE Industrial ○ Programa de Financiamento à Inovação ○ Programa Nordeste Exportação - Fomento às Exportações Regionais (NExport) ○ Programa de Apoio ao Turismo Regional - FNE PROATUR ○ Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE PROINFRA ○ Programa de Financiamento para Comercialização, Beneficiamento ou Industrialização de Produtos de Origem Agropecuária - FINAGRO ○ Programa de Apoio à Atividade de Recria e Engorda - PROENGORDA ○ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste - RURAL • Fundos de Investimentos
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de Investimentos

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fundos Referenciados DI <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Referenciado DI Especial Longo Prazo ▪ BNB FI DI Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Reserva Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Simples Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Institucional Longo Prazo ○ Fundos de Renda Fixa <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB FI Plus Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ○ Fundo Multimercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Multimercado Longo Prazo ○ Fundos de Ações <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Ações ▪ BNB FI Ações Petrobras ▪ BNB FI Ações Vale ▪ BNB BTG Pactual FIC FI Ações de Dividendos ○ Fundos Mútuos de Privatização • Carteira de Clientes • Crédito <ul style="list-style-type: none"> ○ Financiamento de Crédito Rural ○ Financiamento de Crédito Industrial ○ Financiamento para Agroindústria ○ Financiamento para Comércio e Serviços ○ Financiamento para Infraestrutura ○ Financiamento para o Turismo ○ Financiamento para Tecnologia • Programas de Financiamento <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste – FNE- AGRIN ○ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca – FNE AQUIPESCA ○ Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada - FNE Irrigação ○ Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA PESQUEIRA ○ Programa de Financiamento da Aquisição Isolada de Matérias-primas, Insumos e Mercadorias - CAPITAL DE GIRO INSUMOS ○ Créditos de Custeio ○ Créditos para Comercialização ○ Programa de Financiamento da Aquisição Isolada de Matérias-primas, Insumos e Mercadorias - CAPITAL DE GIRO INSUMOS ○ Créditos de Custeio
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	

continua

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços - FNE COMÉRCIO E SERVIÇOS ○ Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual - FNE-MPE ○ Programa de Apoio Industrial do Nordeste – FNE Industrial ○ Programa de Financiamento à Inovação ○ Programa Nordeste Exportação - Fomento às Exportações Regionais (NExport) ○ Programa de Apoio ao Turismo Regional - FNE PROATUR ○ Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE PROINFRA ○ Programa de Financiamento para Comercialização, Beneficiamento ou Industrialização de Produtos de Origem Agropecuária - FINAGRO ○ Programa de Apoio à Atividade de Recria e Engorda - PROENGORDA ○ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste - RURAL ○ Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE VERDE ○ Programa de Aplicação de Recursos Obrigatórios
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Financiamento à Produção e Comercialização de Máquinas e Equipamentos(FINAME) ○ FINAME Agrícola - Programa de Financiamento à Comercialização de Máquinas e Equipamentos Agropecuários ○ Programa BNDES de Sustentação do Investimento – Subprograma FINAME/PSI-BK Novos ○ Programa de Financiamento à Produção para Exportação – BNDES-exim Pré-embarque ○ BNDES Automático - Financiamento de Projetos de Investimento ○ Custeio ○ Comercialização ○ Cartão FNE Empresas ○ Cartão BNDES ○ Programa de Aplicação de Recursos Obrigatórios ○ Programa de Apoio à Atividade de Recria e Engorda (PROENGORDA) ○ Cartão Agronegócio ○ Cartão Empresarial Capital de Giro ○ Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC)

continua

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Pessoa Jurídica/ Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> ○ Crédito com Renovação Automática para Custeio (PLANTA NORDESTE) ○ Hot Money ○ Financiamento à Importação - Repasse de Linhas de Crédito Externas ○ Desconto de Duplicatas ○ Capital de Giro Conterrâneo ○ Desconto de Cheques Pré-datados ○ Cheque Empresa Conterrâneo ○ Desconto de Notas Promissórias ○ Conta Empresarial Conterrâneo ○ Empréstimo para Antecipação de Recursos para Pagamento do 13º Salário pelas Empresas - 13º Empresarial Conterrâneo ○ Programa de Antecipação de Recursos por Conta de Operações de Crédito (Empréstimo-ponte) ○ Programa de Apoio Empresarial (Giro Especial) • Produtos e Serviços • Cobrança • Poupança • Conta-corrente • Cartão de Crédito • Seguro Empresarial, veículos, Máquinas e Equipamentos, Seguros Rurais • Serviços de Arrecadação de Tributos • Folha de Pagamento • Nordeste Eletrônico Empresarial
Pessoa Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ○ Seguros (de veículos, de vida, residencial e prestamista) ○ Conta-corrente ○ Conta Salário ○ Poupança Corrente ○ Poupança ○ Cartão de Crédito ○ Pagamento do INSS • Fundos de Investimento <ul style="list-style-type: none"> ○ BNB BTG PACTUAL FIC FI Ações Dividendos ○ Fundos de Curtos Prazos <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Curto Prazo ○ Fundos Referenciados DI <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Referenciado DI Especial Longo Prazo ▪ BNB FI DI Longo Prazo, ▪ BNB FIC FI DI Reserva Longo Prazo ▪ BNB FIC FI DI Simples Longo Prazo ○ Fundos de Renda Fixa <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB FI Plus Renda Fixa Longo Prazo

continua

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Pessoa Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ○ Fundo Multimercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Multimercado Longo Prazo ○ Fundos de Ações <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Ações ▪ BNB FI Ações Petrobras ▪ BNB FMP Vale R Doce • CDC – Crédito Direto ao Consumidor <ul style="list-style-type: none"> ○ CDC Antecipação do Imposto de Renda ○ CDC Pós-Graduação ○ CDC Veículos ○ CDC Consignado • Crédito Pessoal • Título de Capitalização (Nordeste Cap) • Cartão de Crédito • Internet Banking (Nordeste Eletrônico) e Mobile • Cheque Especial • Internet Banking (Nordeste Eletrônico) • CDB - Certificado de Depósito Bancário • RDB – Recibo de Depósito Bancário • Serviços de câmbio • Câmbio Consultas via internet • PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar <ul style="list-style-type: none"> ○ PRONAF Mulher ○ PRONAF Jovem ○ PRONAF Comum ○ PRONAF Mais Alimentos ○ PRONAF Semiárido ○ PRONAF B (Microcrédito Produtivo Rural).
Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos de Investimento <ul style="list-style-type: none"> ○ Fundos Renda Fixa <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB Setor Público FIC FI Renda Fixa Curto Prazo ▪ BNB Especial FIC FI Renda Fixa Referenciado DI ▪ BNB Clássico FIC FI Renda Fixa Referenciado DI ▪ BNB Institucional FIC FI Renda Fixa Referenciado DI ▪ BNB RPPS Previdência FI Renda Fixa ▪ BNB Máximo FIC FI Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB Plus FIC FI Renda Fixa Longo Prazo ▪ BNB Mais FIC FI Renda Fixa Longo Prazo ○ Fundo Multimercado <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB FI Multimercado Longo Prazo

continua

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Gov	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fundos de Ações <ul style="list-style-type: none"> ▪ BNB Seleção FI Ações ▪ BNB BTG Pactual FIC FI Ações Dividendos • Crédito <ul style="list-style-type: none"> ○ PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos ○ Provias – Programa de Intervenções Viárias ○ PMI – Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos ○ Programa Caminho da Escola ○ PRODEPRO – Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste • Serviços de Arrecadação de Tributos • Conta-corrente • Folha de pagamento • SICONV

continua

Tipo de cliente	Produtos e Serviços
Microcrédito	<ul style="list-style-type: none"> • CrediAmigo (microcrédito urbano) <ul style="list-style-type: none"> ○ Giro Solidário ○ Giro Investe ○ Investimento Fixo ○ Giro Popular solidário ○ CrediAmigo Comunidade ○ Seguro Vida CrediAmigo ○ AgroAmigo (microcrédito rural) • AgroAmigo Mais <ul style="list-style-type: none"> ○ AgroAmigo Crescer

Fonte: Banco do Nordeste, 2015.

Para prestar referidos serviços, o Banco conta com 7.238 funcionários, 388 Bolsistas de Nível Médio, 685 Bolsistas de Nível Superior e 302 Jovens Aprendizes lotados em 296 agências, 02 postos de atendimento bancário, um Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), 449 unidades de atendimento em microfinança urbana e 202 unidades de atendimento em microfinança rural (Quadro 5).(G4-9)

Quadro 5 – Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.(G4-10)

Número de colaboradores por tipo de emprego	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
	Homens			Mulheres			Total		
Diretores/ Presidente	7	7	7	0	0	0	7	7	7
Gestão Principal	384	374	319	86	83	59	470	457	378
Coordenação e Gestão Intermediária							0	0	0
Gestão Intermediária	1437	1370	1332	553	529	524	1990	1899	1856
Coordenação	594	525	541	360	326	324	954	851	865
Funções Técnicas	1319	1302	1206	803	775	756	2122	2077	1962
Funções de Assessoria e Apoio	30	27	34	49	48	48	79	75	82
Não Comissionados	1091	1069	907	517	544	429	1608	1613	1336
Fora do PCR	4			4			8		
Total	4866	4.674	4.346	2372	2.305	2.140	7.238	6.979	6.486
Número de colaboradores por tipo de contrato									
Diretoria	7	7	7	0	0	0	7	7	7
Empregados (CLT)	4859	4667	4339	2372	2305	2140	7231	6972	6479
Total	4866	4674	4346	2372	2305	2140	7238	6979	6486
Número de colaboradores por tipo de região									
Alagoas	199	196	160	107	103	92	306	299	252
Bahia	740	705	680	347	338	305	1087	1043	985
Ceará	1654	1579	1478	884	845	815	2538	2424	2293
Distrito Federal	6	4	4	14	14	16	20	18	20
Espírito Santo	37	34	38	17	16	14	54	50	52
Maranhão	376	366	334	122	118	113	498	484	447
Minas Gerais	257	244	225	109	107	97	366	351	322
Paraíba	288	284	265	128	128	122	416	412	387
Pernambuco	450	448	367	268	272	226	718	720	593
Piauí	313	289	293	123	122	112	436	411	405
Rio de Janeiro	6	7	7	4	5	7	10	12	14
Rio Grande do Norte	279	266	259	113	109	99	392	375	358
Sergipe	257	245	230	133	123	117	390	368	347
São Paulo	4	7	6	3	5	5	7	12	11
Total	4.866	4.674	4.346	2.372	2.305	2.140	7.238	6.979	6.486

Fonte: Ambiente Gestão de Pessoas, 2015.

Em 2015, contabilizou-se o número de 5,1 milhões de operações, superando em 7,6% o ano de 2014. O lucro líquido foi de R\$305,7 milhões. Trata-se de uma instituição financeira que presta serviços bancários de financiamentos, empréstimos, capitalização, aplicações, dentre outros. Ao término de 2015, os ativos totais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 8,4% em relação ao final de 2014. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$5,2 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$6,1 bilhões). O governo federal é o principal acionista, detendo o controle de mais de 94% de seu capital. (G4-9)

Tabela 2 – Operações globais (R\$ milhões)

Tipo	2014		2015		Variação (valor)
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Créditos Contratados	4.711.777	25.344,9	5.069.478	24.129,1	-4,8%
Longo Prazo ⁽¹⁾	484.944	14.277,7	525.016	12.579,7	-11,9%
Curto Prazo ⁽²⁾	4.226.833	11.067,2	4.544.462	11.549,4	4,4%
Total	4.711.777	25.344,9	5.069.478	24.129,1	-4,8%

Fonte: Relatório de Administração, 2015.

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (CrediAmigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; cartão de crédito e Conta Garantida;

O desempenho operacional do Banco do Nordeste em 2015 apresentou um decréscimo de 4,8% em relação ao ano de 2014 (Tabela 2). Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 12,6 bilhões, enquanto os empréstimos de curto prazo complementar aos investimentos totalizaram R\$ 11,5 bilhões.

No segmento de financiamentos de longo prazo, a fonte de recursos mais utilizada pelo Banco do Nordeste, no ano de 2015, foi o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cujas contratações envolveram recursos no valor de R\$ 11,5 bilhões (Tabela 3), representando 91,4 % do total desses financiamentos, o que implicou um decréscimo de 14,8% no que se refere ao ano de 2014.

Tabela 3 – Alcance de metas em contratações no ano de 2015 (R\$ milhões)

Variável	Realizado	Meta	Realizado/Meta
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	11.495,2	12.900,0	89,11%
Micro e Pequena Empresa (MPE)	2.140,0	2.295,00	93,25%
Agricultura Familiar (Pronaf) (*)	2.320	2.188	106%
Microcrédito do Banco do Nordeste	10.340,0	9.933,7	104,09%
Urbano (CrediAmigo)	8.500,0	8.133,7	95,68%
Rural (AgroAmigo)	1.840,0	1.800,0	102,22%

Fonte: Relatório de Administração, 2015.

(*) Esse montante de recursos inclui também os financiamentos na metodologia AgroAmigo

O Banco do Nordeste também opera com outras fontes de recursos, a exemplo: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), Fundo de

Investimento do Nordeste (Finor), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Também atua em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No mercado externo, mantém parcerias e alianças com instituições internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No ano de 2015, o Banco contratou 468.310 financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,32 bilhões, alcançando 106% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 66,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia AgroAmigo (Programa de Microcrédito Rural - AgroAmigo).

Comparando o resultado obtido em 2015 com o de 2014, houve aumento de 11,5% no volume de recursos aplicados no segmento. No que tange à quantidade de operações, a elevação foi de 8,5%.

No ano de 2015, a região Nordeste registrou mais um ano de estiagem que persiste desde 2012, frustrando a expectativa dos agricultores familiares de reforçarem as estruturas produtivas de seus empreendimentos rurais, pois a prioridade passou a ser a salvaguarda dos rebanhos frente às intempéries climáticas.

Em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/1995, complementado pela Lei 12.249/2010, estabelece-se a destinação de 10% dos recursos do FNE para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra para implantação das atividades. O Banco do Nordeste, em 2015, aplicou R\$ 1,6 bilhão na região semiárida, correspondentes a 25% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 6,3 bilhões).

O Grupo Pronaf Mulher, importante linha de crédito voltada para inclusão produtiva da mulher agricultora representou 41,9% das contratações em 2015.

No exercício de 2015, o Banco do Nordeste financiou contratos no montante de R\$ 2,8 bilhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo, sendo R\$ 2,1 bilhões com recursos do FNE, em 25.231 operações de longo prazo, representando um crescimento de 4% em relação ao quantitativo de 2014 e R\$ 647,4 milhões, em 38.989 operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos.

Em 2015, foram atendidas 24.473 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,5 bilhão em contratações, correspondendo a 54,3% do total de recursos aplicados. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 12.889 operações, o que representa 51% do total de operações efetivadas.

O Banco do Nordeste não está sujeito à elaboração/divulgação de demonstrações financeiras consolidadas, pelo fato de não possuir entidades coligadas ou controladas, portanto, não há informações a disponibilizar. (G4-17)

Informações detalhadas sobre o desempenho operacional do Banco do Nordeste constam nas Demonstrações Financeiras, disponibilizadas na Internet no portal www.bnb.gov.br.





PRINCIPAIS RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos no Banco do Nordeste apresenta-se unificada no nível estratégico – abrangendo a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – e específica quanto à execução das operações expostas a riscos em cada um desses segmentos.

À estrutura de gerenciamento de riscos, cabe a responsabilidade de cumprir o disposto na Política Corporativa de Gestão de Riscos, que é determinada pelo Conselho de Administração. Para garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o BNB conta, em sua estrutura, com o Comitê de Gestão de Riscos, que se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Dentre as atribuições desse Comitê, destacam-se a análise de propostas sobre a política de gerenciamento dos riscos de crédito, operacional e de mercado e liquidez; o acompanhamento da observância de limites e diretrizes para os riscos de crédito, operacional e de mercado e liquidez; e a verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos.

RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou ações inadequadas de pessoas, falhas ou inadequações de sistemas e processos ou de eventos externos, incluindo riscos relacionados a questões legais. A gestão do Risco Operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e ou impactos das ocorrências de perda. Na Instituição, as unidades organizacionais gestoras dos processos relativos aos produtos e serviços são responsáveis por implementar as ações necessárias para minimizar as ocorrências de perdas, cabendo-lhes fazer o gerenciamento das perdas, bem como identificar suas causas.

Em relação ao cálculo da parcela de capital alocada para o risco operacional, cabe mencionar que o Banco utiliza atualmente o modelo Básico disponibilizado pelo Conselho Monetário Nacional.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes ações: Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a arquitetura organizacional vigente; Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA; Aplicação da autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de Negócios e de Suporte da Instituição – Metodologia RCSA; Realização de pesquisa sobre a Qualidade da Aplicação da Metodologia RCSA; Acompanhamento da implementação do Plano de Providências das ações mitigadoras de riscos operacionais nos processos da Instituição.

RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos ou de elevação do valor econômico dos passivos resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*. No Banco do Nordeste, a gestão do risco de mercado abrange todos esses fatores de risco, inclusive quando estes são originários de operações de derivativos. Para efeito da gestão do risco de mercado, as operações realizadas pelo Banco são classificadas na Carteira de Negociação e na Carteira Bancária.

A inclusão de operações na Carteira de Negociação e na Carteira Bancária é realizada com base nos normativos internos. Os limites de exposição aos riscos de mercado, monitorados diariamente pelo Ambiente de Gestão de Riscos, são os seguintes: 1% do valor do Patrimônio de Referência (PR) como exposição máxima da Carteira de Negociação, medida pelo Valor em Risco (VaR) de taxa de juros; 5% do valor do PR, como exposição máxima da Carteira Bancária, medida pelo VaR de taxa de juros; 5% do valor do PR, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial. A atuação no mercado de derivativos limita-se à realização de operações de proteção contra eventuais incompatibilidades entre ativos e passivos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. No Banco do Nordeste, a gestão do risco de liquidez é efetivada a partir do monitoramento diário do fluxo de caixa da instituição. A avaliação da liquidez considera no mínimo: o acompanhamento do nível mínimo de liquidez e dos limites normativamente estabelecidos; a elaboração de relatórios que demonstram o monitoramento do risco de liquidez assumido e o Plano de Contingência de Liquidez que incorpora as estratégias e os procedimentos de administração diante de situação de crise de liquidez. Os sistemas, modelos e procedimentos utilizados para gestão do risco de liquidez são submetidos a processo de adequada validação. O Ambiente de Gestão de Riscos emite relatórios gerenciais periódicos para a administração do Banco acerca do comportamento do risco de liquidez, em face das diretrizes definidas na Política Corporativa de Gestão de Riscos.

RISCO DE REPUTAÇÃO

O Banco do Nordeste mantém-se atento e ciente da importância da reputação corporativa e dos riscos de percepção negativa, por parte de clientes, parceiros, acionistas, órgãos governamentais e a comunidade em geral, que possa vir a afetar essa reputação e a sustentabilidade do negócio. As atividades de gerenciamento desses riscos estão inerentes às atividades exercidas pelas diversas áreas do Banco, sempre norteadas pela missão e visão institucionais e consolidadas na administração da imagem e da identidade da marca Banco do Nordeste.

RISCO DE ESTRATÉGIA

Possibilidade de insucesso no alcance da estratégia empresarial, decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

O Banco do Nordeste adota metodologia própria no processo de elaboração, monitoramento e avaliação do seu planejamento estratégico como forma de minimizar os riscos envolvidos e maximizar os resultados efetivos de sua ação e do cumprimento da sua missão institucional.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos com recuperação.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito tem a responsabilidade de fomentar cultura que enfatize e demonstre a importância da administração do risco de crédito, envolver os empregados na sua identificação, além de implementar mecanismos que visem a mitigação do risco de crédito das operações que compõem a carteira do Banco.

As políticas, sistemas, processos e procedimentos para gerenciamento do risco de crédito são adequados ao escopo e tamanho da carteira de crédito do Banco e seguem as normas dos órgãos de supervisão e regulação. Para avaliação das operações sujeitas ao risco de crédito, leva-se em conta o risco da contraparte, as condições do mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica, entre outros aspectos.

A metodologia para classificação de risco das operações sujeitas ao risco de crédito segue os ditames da Res. 2.682, do CMN, com o estabelecimento de notas de "AA" até "H", com provisionamento

escalonado de 0,5% a 100% do saldo exposto das operações, de acordo com a classificação final da operação.

Seguindo as melhores práticas de mercado e as recomendações dos órgãos reguladores e supervisores do Sistema Financeiro Nacional, o Banco do Nordeste adota estratégias de comunicação e canais adequados de divulgação de informações internas e externas, relativas à gestão do risco de crédito, com periodicidade e público-alvo definidos normativamente.

Na gestão do risco de crédito, destacam-se as seguintes ações em 2015: Realização de teste de estresse da carteira de crédito; Aplicação do novo modelo de mensuração de perdas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS); Aperfeiçoamento das regras de ponderação das garantias fidejussórias; Atualização do Índice de Reajuste para Bens Imóveis (IRBI); Homologação do serviço de simulação da nota contágio para novos contratos; Monitoramento das operações aprovadas pelos Comitês Estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de "AA" até "C"; Monitoramento do risco de concentração da carteira de crédito; Monitoramento da movimentação entre classes de rating da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade) e definição de parâmetros de estimativa para avaliação dessa movimentação.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Segundo a Resolução do Banco Central nº 4.327, de 25 de abril de 2014, risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos socioambientais.

Em alinhamento à Resolução do Banco Central nº 4.327, de 25 de abril de 2014 e do Normativo SARB nº 14, de 28.08.2014 da Febraban, o Banco do Nordeste, em 2015, publicou e iniciou a implementação de sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que dispõe sobre as diretrizes referentes ao gerenciamento do risco socioambiental.

Além da regulamentar exigência de comprovação do licenciamento ambiental para todos os empreendimentos proponentes ao crédito, em sua atuação, o Banco do Nordeste vem reduzindo a possibilidade das referidas perdas financeiras decorrentes de danos socioambientais por meio dos seguintes procedimentos:

a) Adequação dos normativos internos à legislação ambiental dos estados da área de atuação do Banco, o que torna possível contemplar as especificidades das questões ambientais em cada Unidade da Federação.

b) Inclusão no Sistema de Elaboração e Análise de Projetos (SEAP) do Banco, de módulo específico com descrição dos impactos potenciais das atividades e dos procedimentos ambientais que devem ser adotados nos empreendimentos.

c) Quando necessárias, inclusão nos projetos de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais que a atividade possa vir a causar, como condição para sua aprovação.

d) Verificação, pelas Centrais de Crédito do Banco, da conformidade dos projetos às exigências ambientais previstas em norma, previamente à contratação.

e) Monitoramento dos empreendimentos financiados para cumprimento das questões relacionadas à Responsabilidade Socioambiental dos tomadores de crédito, destacando-se o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, consoante preceitua sua Política de Responsabilidade So-

cioambiental e encontra-se estabelecido nos normativos internos, por meio de vistorias de empreendimentos financiados na fase de desembolsos, durante a vigência da operação e após a implantação do projeto, observando-se, dentre outros, os aspectos ambientais e sociais.

Durante as vistorias aos empreendimentos, observam-se o cumprimento das exigências ambientais especificadas na análise ou no instrumento contratual, bem como a situação atual quanto aos seguintes aspectos: a) Ocorrência de poluição, disposição irregular de resíduos sólidos ou embalagens de agrotóxicos; b) Ocorrência de desmatamento não autorizado pelo órgão ambiental competente; c) Ocorrência de remoção de vegetação na área de reserva legal; d) Comprometimento do projeto em relação a passivo ambiental; e) Ocorrência de práticas em desacordo com as especificações estabelecidas nas licenças ambientais, nas outorgas de uso da água e nas licenças prévias para construção de obras hídricas; f) Atualização da folha de pagamento dos funcionários; e g) Cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (comprovação por documento hábil).

Após a análise das informações contidas em documentos disponíveis e/ou nos relatórios de acompanhamento do empreendimento, caso se verifique alguma ocorrência de irregularidade, o Banco adota um ou mais dos seguintes procedimentos, sem prejuízo de serem implementadas outras medidas: 1. Suspender a liberação de novas parcelas do crédito; e/ou 2. Consignar o fato em sistema restritivo interno, até a apuração completa da ocorrência.

Ressalta-se que o Banco do Nordeste, visando minimizar o risco socioambiental, principalmente no processo de concessão de crédito, definiu no escopo de sua PRSA, as salvaguardas ambientais, que são medidas de proteção ou ressalvas que visam a sustentabilidade ambiental e social dos negócios e atividades do Banco junto aos seus públicos de interesse ou partes interessadas (*stakeholders*) e devem ser respeitadas por ocasião da concessão de crédito e da realização de negócios de qualquer natureza.

Política de
Responsabilidade
Socioambiental





GESTÃO ESTRATÉGICA E SUSTENTABILIDADE

O Banco do Nordeste promoveu uma revisão do Planejamento Empresarial, harmonizando diversos fatores como: consciência estratégica, liderança, estrutura, processos, projetos, contratualização, pessoas, tecnologias de informação e comunicações e recursos financeiros. Tendo como princípios o foco no cliente e resultados, meritocracia, integridade e inovação, o Banco buscou um modelo de gestão baseado no desempenho empresarial, com destaque para o papel principal da Instituição que é o desenvolvimento da região Nordeste. Nesse contexto, foram alteradas para vigorar a partir de 2016 a missão e a visão do Banco, além dos planos estratégico, tático e operacional. A nova missão será: “Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste”. A nova visão definida é: “Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”. (G4-56)

Os valores organizacionais permaneceram: justiça, governança, transparência, honestidade, sustentabilidade, igualdade, democracia, compromisso, respeito, cooperação, confiança, disciplina e civilidade. A definição dos indicadores estratégicos passará a ser orientada a partir de uma visão clara dos resultados finais. O foco da medição do desempenho será maior nos resultados e impactos do que no processo em si. O modelo de Gestão por Resultados possui toda uma dinâmica de definição dos termos dos contratos de resultados, seus aspectos motivacionais relacionados, entre outros, ao reconhecimento e recompensas, contribuindo para a redução de

custos operacionais. (G4-56)

O Planejamento Empresarial para 2016, cujo modelo está focado nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, irá nortear-se pela busca de resultados e impactos, definidos em consonância com a missão e a visão institucionais. Os principais resultados e impactos desejados são: inclusão financeira, solidez e sustentabilidade, crédito espacialmente/setorialmente distribuído, geração de emprego e renda, redução das desigualdades, competitividade das empresas do Nordeste brasileiro, promoção da sustentabilidade ambiental. (G4-56)

O Banco reforçou seu comprometimento com a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano de suas atividades, por meio da adesão ao Pacto Global, que lhe assegura uma atuação com responsabilidade social empresarial na concessão de crédito com inclusão social e bancária que resulta em avanços na geração de empregos, ocupação e renda, alinhados ao cumprimento de sua Missão. (G4-15)

Como signatário do Protocolo Verde, adota critérios de sustentabilidade na concessão de crédito e posturas administrativas alinhadas às melhores práticas. Em consonância com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Banco desenvolve o seu Sistema de Gestão Ambiental. (SGA). (G4-15)

O Banco do Nordeste considera a responsabilidade socioambiental a base de seu modelo de gestão cujos pilares são a ética, a justiça, o respeito, a transparência, a responsabilidade socioambiental e a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável. Em sua trajetória de fortalecimento de uma cultura de sustentabilidade que permeia sua estratégia de atuação, em 2015 deu continuidade ao desenvolvimento de diversos projetos, programas e ações de responsabilidade socioambiental que já vem realizando há mais de duas décadas. (G4-56)

Esse processo culminou, em junho de 2015, com a aprovação de sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, que norteia todas as demais políticas da Instituição e permeia toda a sua estrutura organizacional, contemplando todas as atividades realizadas pelo Banco, desde a concessão do crédito à aquisição de bens e serviços diversos, devendo suas unidades hierárquicas observar e cumprir seus princípios, diretrizes e salvaguardas ambientais. (G4-56)

As ações de RSA permeiam toda a empresa, compreendendo o apoio às iniciativas de natureza social, apoio à pesquisa e difusão de tecnologias sociais e ambientais – por meio de recursos não reembolsáveis, em parceria com instituições de pesquisas, universidades e organizações não governamentais –, além da inserção de critérios socioambientais nos Contratos de Financiamentos, Termos de Parceria, Acordos, Convênios e Editais.

De maneira, a envolver seus colaboradores e disseminar uma cultura de responsabilidade socioambiental, o Banco do Nordeste criou a figura do Facilitador Socioambiental em cada uma de suas unidades, em toda a sua área de atuação, cujo papel principal é ser um animador e coordenador

das ações RSA em suas unidades, primando pelo uso racional dos recursos naturais, evitando os desperdícios e disseminando as estratégias empresariais em torno da sustentabilidade, contribuindo para o cumprimento da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco e para a divulgação da mesma.

Em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), o Banco realizou, em sua Direção Geral, o VI Encontro Nordestino de Educação e Cidadania, que abordou temas como educação, cidadania, cultura, meio ambiente, responsabilidade social, economia, permacultura e tecnologias sociais, dentre outros. O encontro teve como principal objetivo promover um espaço de aprendizagem e desenvolvimento em torno de teorias e práticas integradas sobre educação e cidadania nos dias de hoje, com foco nos temas da ética e do uso racional e responsável da água.

Outra importante ação focada na sustentabilidade e educação ambiental consiste na manutenção do Portal da Sustentabilidade, ambiente físico que conta com vários espaços temáticos, viabilizando ações educativas na temática ambiental por meio do Cine Verde, com exibição de vídeos educativos, trazendo à realidade de nossos colaboradores uma conscientização acerca de práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental.

Em termos de parcerias institucionais, destaca-se a execução, estruturação e coordenação da cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a promoção do manejo sustentável da Caatinga, eficiência energética e atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas **(G4-EC2)**.

Em uma realidade de mudanças climáticas, um dos principais desafios das organizações, inclusive das instituições financeiras, é desenvolver uma gestão ambiental adequada às suas atividades, bem como contribuir para a promoção da economia de baixo carbono.

As instituições bancárias, como o Banco do Nordeste, apresentam duas formas de impacto ao ambiente: o impacto direto relacionado à sua operação como empresa, e o indireto, oriundo das atividades financiadas ou na qual investe.

No tocante aos impactos diretos causados pelo Banco relacionados à sua atividade empresarial, busca-se trabalhar com o menor impacto ambiental possível. Nesse sentido, visa-se à otimização dos processos, reciclagem, inovações tecnológicas e economia de recursos naturais e materiais.

Dessa forma, a Instituição tem trabalhado para manter seu compromisso com as questões socioambientais, incorporando a variável ambiental sem suas práticas negociais e administrativas e buscando, dentre outras diretrizes:

- Informar, sensibilizar e engajar continuamente seus públicos nas políticas e práticas de sustentabilidade do Banco;
- Desenvolver uma cultura de consumo consciente de recursos naturais nos processos internos;

- Financiar ações e projetos que visem à sustentabilidade.

A realização dessas e de outras ações socioambientais acontece por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Banco do Nordeste, que adota as seguintes linhas de ação prioritárias: uso sustentável de recursos; coleta seletiva solidária e gestão de resíduos.

Comparando-se o consumo total de energia elétrica em 2015, que foi de 51.872_ MWh (Mega Watt Hora), ou 186.739,20 GJ (Giga Joule), com o resultado de 2014, consumo total de 50.811,85 MWh (Mega Watt Hora), ou 182.922,66 GJ (Giga Joule), verifica-se que houve acréscimo de aproximadamente 2,09%, justificado pelo aumento do número de unidades em funcionamento, que passou de 304 para 316, um acréscimo de aproximadamente 4% no número de unidades. **(G4- EN6)**

O Banco do Nordeste continuou, em 2015, adotando as mesmas medidas praticadas em 2014 e nos anos anteriores com relação à racionalização do consumo de energia em suas instalações, tanto através da reforma de agências antigas quanto da instalação de novas agências. **(G4- EN6)**

Em todas as unidades novas instaladas e que entraram em funcionamento em 2015 foram adotadas especificações de luminárias, reatores e equipamentos com foco na racionalização e redução do consumo de energia elétrica.

Diante da escassez hídrica no Estado, o BNB adota há tempos a prática do reuso, irrigando o jardim do Centro Administrativo Getúlio Vargas (CAPGV) com 100% do efluente tratado, que também já possui nutrientes (N e P) que contribuem para um melhor crescimento da vegetação. Ao mesmo tempo, evita o lançamento do efluente tratado no canal do sangradouro da lagoa do Passaré, que fica no entorno do referido Centro Administrativo.

O Banco do Nordeste, para desenvolver suas atividades, consome vários tipos de materiais, tais como equipamentos eletroeletrônicos, móveis e utensílios, materiais de escritório, materiais de limpeza, papel, copos descartáveis, dentre outros. Desses materiais, o consumo de papel apresenta um volume significativo, sendo um dos itens monitorados pelo Sistema de Gestão Ambiental da instituição. Este consiste em um conjunto de ferramentas, procedimentos e ações que visam o combate ao desperdício e a otimização do uso da energia elétrica, água, papel e descartáveis pelas unidades do Banco.

O Banco optou pelo uso de papel branco com certificação CERFLOR ou FSC na produção de todos os tipos de impressos que são expedidos para os clientes (boletos, malas diretas, extratos, avisos de cobrança etc.), bem como dos diversos modelos de envelopes. A certificação CERFLOR ou FSC garante ser o papel utilizado proveniente de manuseio responsável dos recursos do meio ambiente.

Em 2015, foram consumidas 124.455 resmas¹ de papel, aproximadamente 295 toneladas, o que correspondeu a uma redução de 28,2% em relação ao ano anterior. Tal redução representa uma economia de aproximadamente 116 toneladas de papel. **(G4-EN1)**.

A redução de consumo de papel está relacionada ao gerenciamento da utilização de cópias e de impressão de documentos no Banco, **permitindo** aos

¹ Para cálculo da quantidade de papel consumida, foi somado o valor total pago pelo Banco, em reais, em 2015 e dividiu-se pelo valor estimado de uma resma (considerado R\$14,16), chegando-se ao quantitativo de 124.455 resmas. Esses valores em reais foram obtidos do Sistema de Pagamentos do Banco (S320). Para o cálculo em toneladas foi feita estimativa, em que cada resma corresponde a 2,37 Kg.

gestores um acompanhamento sistemático da utilização dos equipamentos de reprodução de suas respectivas Unidades.

Em 2015, o consumo de copos descartáveis de 150ml foi da ordem de 11,67 milhões de unidades², correspondendo aproximadamente a 19,3 t, o que correspondeu a uma redução de 1,6%, em relação ao ano anterior. Tal redução representa uma economia de aproximadamente 0,32 toneladas de plástico (polipropileno). **(G4-EN1).**

A economia de 0,32 toneladas na utilização polipropileno deve-se a ações de conscientização do usuário acerca do uso sustentável dos recursos naturais, iniciada em 2013.

Desde 2007, o Banco do Nordeste, em atendimento ao decreto nº 5.940/2006, o Programa Coleta Seletiva Solidária, que visa como objetivo promover o descarte seletivo de resíduos recicláveis produzidos nas dependências do Banco e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Todas as unidades do Banco são estimuladas a realizar a prática da coleta seletiva, no entanto, em alguns municípios onde funcionam nossas agências, a ausência de associações de catadores de resíduos não permite que esta prática seja realizada, uma vez que o referido decreto rege que a coleta seja realizada exclusivamente por este tipo de associação.

Em 2015, o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV) e outras 9 unidades do Banco (Fortaleza- Bezerra de Menezes, Aracaju-Centro, Aracaju-Siqueira Campos, Imperatriz, Maracanaú, Paulo Afonso, Surubim, Salvador Pituba, Salvador Barra e Edifício Miguel Calmon), doaram o total de 21,89 toneladas de resíduos recicláveis para associações e cooperativas de catadores. **(G4-EN23)**

No tocante aos impactos indiretos do Banco do Nordeste relacionados a mudanças climáticas são oriundos das atividades financiadas ou na qual investe. Pelo fato do Banco ser um elo intermediário na cadeia de produção, apresenta condição de induzir e apoiar as empresas financiadas a adotarem práticas de sustentabilidade, que auxiliam a reduzir e compensar os impactos causados por suas atividades. A atuação do Banco do Nordeste nesse sentido se concentra em disponibilizar linhas de crédito voltadas para as questões socioambientais. Uma vez que se trata de uma instituição em que a maioria dos seus clientes é de produtores rurais, cujos principais riscos decorrentes das mudanças climáticas comprometem a produção agrícola e, conseqüentemente, levam aos beneficiários rurais à inadimplência.

Dessa forma, a ocorrência de intempéries, em especial a seca, leva à perda das safras agrícolas e ampliam a indenização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de uma demanda maior de renegociações de dívidas devido à impossibilidade de pagamento no prazo acordado. No tocante ao cliente, ele sofre com uma redução do limite de crédito, já que sua capacidade de pagamento se torna parcialmente comprometida.

No entanto, o Banco do Nordeste disponibiliza as seguintes linhas de crédito ambientais com intuito de amenizar os riscos causados pelas mudanças climáticas. São elas: Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-Verde), linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (Pronaf ECO, Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido)

² Para cálculo da quantidade de copos descartáveis consumida, foi somado o valor total pago pelo Banco, em reais, em 2015 e dividiu-se pelo valor estimado de um pacote com 100 copos (considerado R\$2,14), chegando-se ao quantitativo de 116.721 pacotes com 100 copos descartáveis de 150ml, ou 11,67 milhões de unidades. Esses valores em reais foram obtidos do Sistema de Pagamentos do Banco (S320). Para o cálculo em toneladas foi feita estimativa, em que cada copo de plástico de 150ml corresponde a 1,65g.





GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA (G4-34)

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal, o Comitê de Remuneração e a Comissão de Ética.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis existentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Em alinhamento às práticas adotadas no mercado e com o propósito de envolver todos os gestores na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios, o Banco do Nordeste mantém política

de tomada de decisões colegiadas em todas as suas unidades, com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança no processo de governança da Instituição. Para tanto, são utilizados comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na instituição.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco são observados a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) aprovada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Instituição, em junho de 2015, além do Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na instituição.

Comitês/Comissões

- Comitê de Crédito da Direção Geral
- Comitê Gestor da Unidade
- Comitê de Despesas e de Investimentos
- Comitê Disciplinar
- Comitê Disciplinar Superior
- Comitê de Gestão de Riscos
- Comitê de Segurança Corporativa
- Comitê de Tecnologia da Informação
- Comitê dos Fundos de Desenvolvimento
- Comitê de Editoração
- Comitê Gestor do Programa de Ação
- Comitês de Investimentos de Tesouraria
- Comitês de Investimentos de Recursos de Terceiros
- Comitê de Patrocínio
- Comitê de Produtos
- Comitê de Publicidade e Propaganda
- Comitês de Gestão da Continuidade dos Negócios
- Comitê Especial de Licitação
- Comissão de Ética
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
- Comissão de Direcionamento de Carreira
- Comissão de Solução Emergente de TI

Superintências

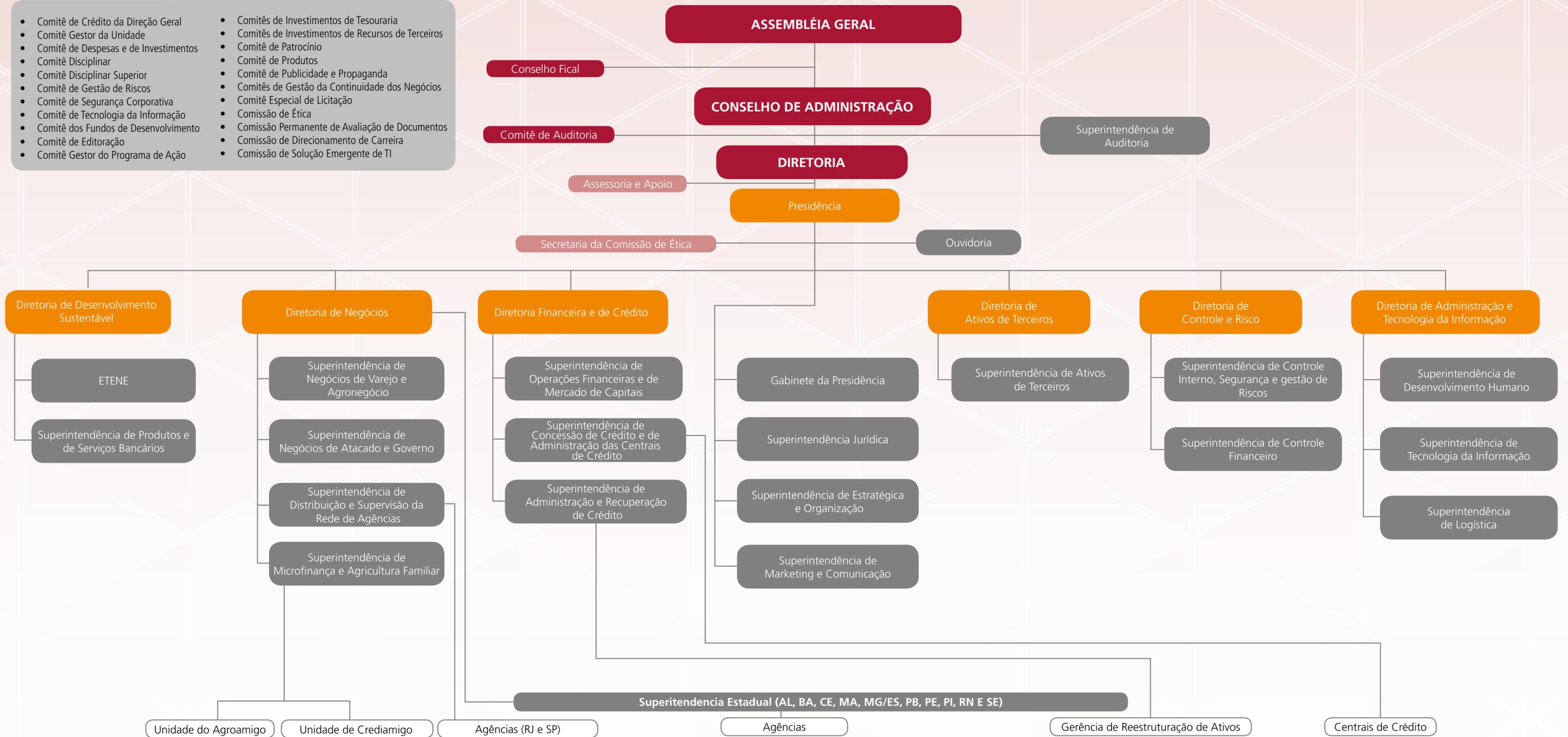


Figura 1 - Organograma do Banco do Nordeste
 Fonte: Ambiente de Arquitetura Organizacional, 2015.

Em 2015, o Conselho de Administração era composto por seis conselheiros (Figura 1). O presidente do Conselho não exerce função na gestão do Banco.

A ocupação do cargo de presidente do Banco, bem como de diretores ocorre por indicação do Governo Federal e atende aos requisitos estabelecidos pela Lei 6.404/1976 e demais legislação aplicável, incluindo normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil.

O Conselho de Administração, como o mais alto órgão de governança do Banco, é responsável pela orientação geral da política administrativa e operacional do Banco. As contas da administração são submetidas à apreciação dos colegiados estatutários, nos termos da legislação pertinente. Importante informar que o Planejamento Estratégico do Banco para o quadriênio e seu Programa de Ação Anual são submetidos periodicamente ao conhecimento do Conselho de Administração. O Código de Conduta Ética e suas alterações são submetidos à manifestação do Conselho de Administração.

Conforme determinado pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução 3.477, de 26 de julho de 2007 e Resolução 3.849, de 25 de março de 2010, as instituições financeiras implantaram estrutura organizacional de Ouvidoria, com a atribuição de assegurar a estrita observância das normas

legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

A Diretoria do Banco do Nordeste, em cumprimento ao normativo legal, aprovou, em 04 de setembro de 2007, a Proposta de Ação Administrativa nº 2007/956-086, instituindo a Ouvidoria do BNB.

A SUPERINTENDÊNCIA DE OUVIDORIA TEM AINDA COMO RESPONSABILIDADES:

- Representar internamente os clientes e usuários dos produtos e serviços do Banco do Nordeste com fundamento nas suas manifestações recebidas em caráter de recurso aos demais canais de atendimento ou oriundas do Banco Central e de órgãos de defesa do consumidor;
- Propor às unidades recomendações de melhoria dando ciência à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;
- Mediar conflitos, visando à solução mais adequada para as partes envolvidas.



 Banco do Nordeste


Banco do Nordeste





POLÍTICA E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO BANCO DO NORDESTE

O funcionamento da estrutura organizacional do BNB está apoiado nos princípios da boa Governança Corporativa, que visam assegurar solidez empresarial, destacando-se uma adequada gestão integrada de riscos. (G4-14)

Nesse contexto, foi criada, em 2007, a Diretoria de Controle e Risco, voltada ao gerenciamento do Risco da Instituição, atendendo à Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, à Resolução nº 3.464, de 27 de junho de 2007 e à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, todas do Conselho Monetário Nacional, que determinam, às instituições financeiras, a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de mercado e liquidez e de crédito, respectivamente. (G4-14)

No plano operacional, o Banco do Nordeste adota estrutura unificada de gestão de riscos, desde dezembro de 2007, quando foi criada a Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, subordinada à Diretoria de Controle e Risco.

A estrutura de gerenciamento de riscos no Banco do Nordeste, observando ainda o princípio da segregação das atividades das unidades negociais, apresenta-se unificada no nível estratégico - abrangendo a gestão

dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional - e específica quanto à execução das atividades em cada um desses segmentos.

Para contribuir na implantação das diretrizes e políticas vigentes, o BNB conta, em sua estrutura, com o Comitê de Gestão de Riscos, que se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. (G4-14)

Dentre as atribuições desse Comitê, destacam-se a análise e o encaminhamento, para deliberação pela Diretoria, de propostas sobre a política de gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, de mercado e liquidez e também de propostas de criação, extinção ou ajustes nas metodologias, modelos e procedimentos de mensuração, avaliação, monitoração e mitigação de riscos. (G4-14).

Seguindo as melhores práticas de mercado e as recomendações dos órgãos reguladores e supervisores do Sistema Financeiro Nacional, o Banco do Nordeste adota estratégias de comunicação e canais adequados de divulgação de informações internas e externas, relativas à gestão de riscos. (G4-14)





GESTÃO DE RISCOS NO BANCO DO NORDESTE

À estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, operacional, mercado e liquidez, cabe a responsabilidade de cumprir o disposto na Política Corporativa de Gestão de Riscos em seu âmbito de atuação, fomentar cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos, envolver os empregados na sua identificação, além de auxiliar na implementação de mecanismos que visem à mitigação dos riscos no âmbito dos processos, produtos, serviços e atividades da instituição.

Quanto à gestão de riscos socioambientais, são estabelecidos critérios de análise de impactos ao meio ambiente e de questões relacionadas à responsabilidade social, nos modelos de risco de crédito aplicados às avaliações de risco de empresas com responsabilidades de valor igual ou superior a R\$ 30 milhões.

AUDITORIA

Com vistas a prestar informações acerca da abrangência e frequência das auditorias para avaliar a implementação de Políticas Ambientais e Sociais, e procedimentos de avaliação de riscos, o Banco do Nordeste instituiu nas normas de seus programas de crédito, a obrigatoriedade da observância da Legislação Ambiental cujos controles são avaliados sistematicamente pela Auditoria Interna.

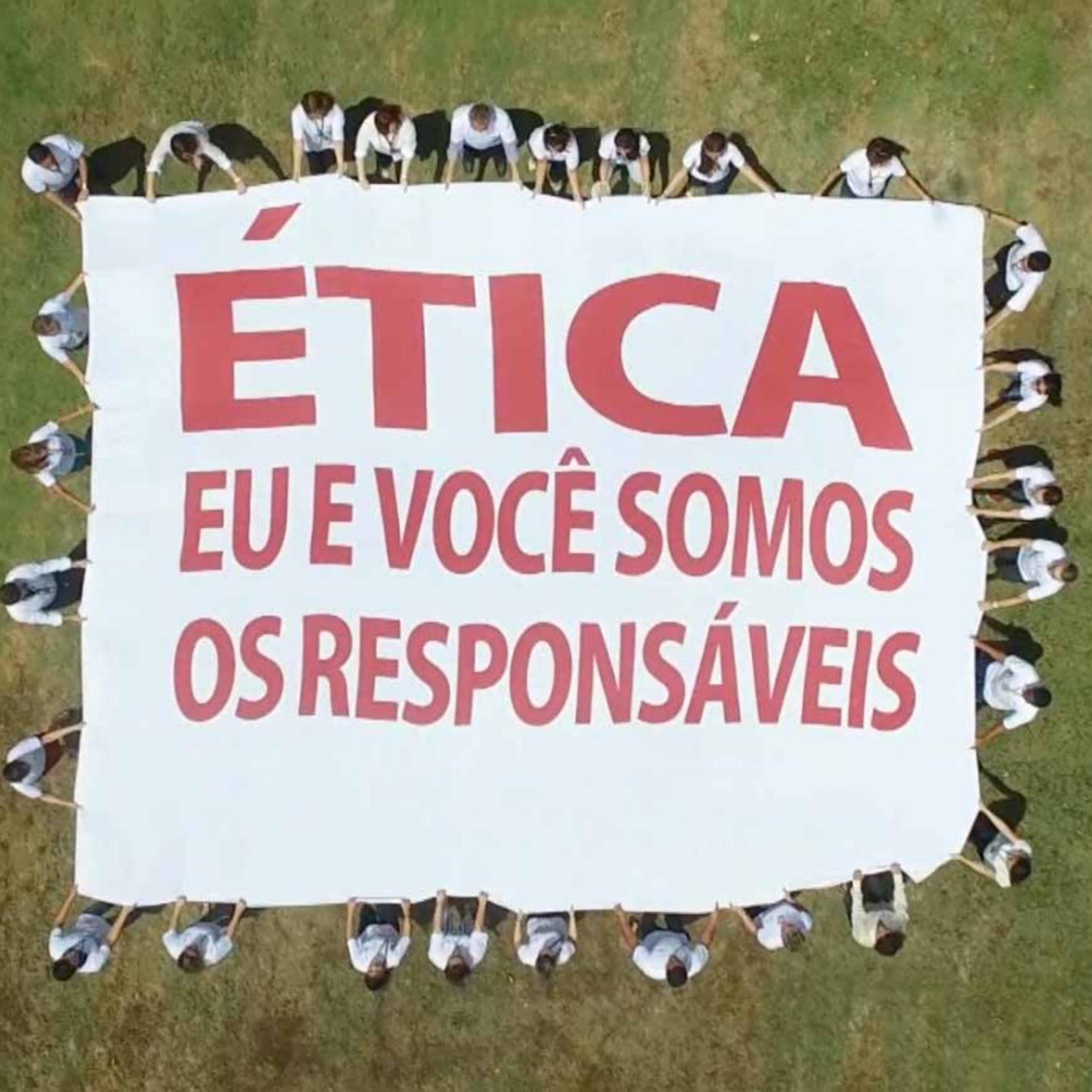
A Auditoria Interna, no cumprimento de suas atribuições, elabora anualmente o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e, considerando a metodologia adotada, Auditoria de Processos com foco em Risco, que avalia, dentre outros aspectos, a efetividade dos controles implementados pela Instituição, inclusive para observância pelo Banco da Legislação aplicável às suas operações de crédito.

A abrangência/escopo de cada trabalho de auditoria é definida por ocasião do início desses trabalhos. Os trabalhos fazem parte do Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, conforme determinação da CGU – Controladoria Geral da União.

Destaca-se que, no Paint do ano de 2015, constam, para fins de avaliação, os controles e gerenciamento dos riscos os processos de Concessão de Crédito e Gestão do Risco de Crédito.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco do Nordeste é o canal de comunicação disponibilizado pela Instituição para atuar como instância recursal na resolução das demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços do Banco, inclusive no que concerne à eventual mediação de conflitos. Para tanto, recebe, analisa e provê tratamento adequado às manifestações registradas, cuja solução dada pelo atendimento realizado pelas demais unidades de relacionamento não tenha sido considerada satisfatória pelos demandantes.



É
ÉTICA
EU E VOCÊ SOMOS
OS RESPONSÁVEIS



GESTÃO DA ÉTICA

ÉTICA E INTEGRIDADE (G4-56)

MISSÃO

“Atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, como banco público, competitivo e rentável.”

VISÃO

“Ser o Banco preferido na região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável.”

VALORES

Valorizar a ética como forma de aprimorar comportamentos, atitudes e ações, fundamentando suas relações nos princípios de justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, responsabilidade, sustentabilidade, compromisso, transparência, confiança, civilidade, respeito e igualdade.

ÉTICA E INTEGRIDADE (G4-56)

O Banco do Nordeste constituiu, em 2002, sua Comissão de Ética, colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do empregado no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regimentos dos Decretos Federais nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007.

Em cumprimento ao previsto no artigo 6º do Decreto nº 6.029/2007, as atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP), mediante preenchimento de questionário padrão em cujas respostas aos quesitos correspondentes são reportadas ações realizadas pela Comissão de Ética, bem como compromissos do Banco em favor da ética.

Na realização de seus negócios, o Banco do Nordeste observa os princípios éticos organizacionais constantes em seu Código de Conduta Ética. Além da legislação e do seu Código, a conduta funcional é regida também pelos preceitos estabelecidos no Estatuto Social e pelas normas dos manuais internos da Área de Desenvolvimento Humano.

Outra ação relacionada com a ética organizacional consiste na participação do Banco nas reuniões mensais do Fórum de Gestão da Ética das Empresas Estatais, do qual o Banco do Nordeste é signatário, desde sua constituição, em 2007.

No âmbito das atribuições afetas à Comissão de Ética, se forem configurados casos de desvio ético, são tomadas as seguintes providências:

- Depois de encerradas as diligências pertinentes, a Comissão pode propor ao denunciado a celebração Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), que vigorará pelo prazo de dois anos, ficando neste período suspenso o processo contra o mesmo, salvo no caso da ocorrência de nova(s) denúncia(s) ou se for verificada reincidência em relação à denúncia que motivou o acordo, situação em que este será automaticamente anulado, sujeitando o denunciado a responder a processo de apuração ética;
- Não havendo concordância pelo denunciado com a proposta da Comissão de Ética pela celebração de acordo de conduta, dar-se-á sequência à apuração ética propriamente dita. Ao final, se a Comissão concluir pela ocorrência de desvio ético, a pena aplicável é a de “censura ética”, que fica apontada nos registros funcionais do empregado pelo prazo de três anos, com as repercussões funcionais cabíveis.

O Banco do Nordeste aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, ficando também estabelecido os compromissos do Pacto nos artigos 3º e 7º do Código de Conduta Ética do Banco.

Em relação a 2015, as atividades da Comissão de Ética contemplaram:

- a) Análise de 12 (doze) denúncias, tendo sido celebrados 2 (dois) Acordos de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) com gestores de Unidades Operacionais do Banco, em razão de descumprimento parcial do disposto no artigo 24 do Código de Conduta Ética do Banco;
- b) Respostas a 7 (sete) consultas;
- c) 1.744 treinamentos realizados, sendo 421 presenciais, na forma de palestras para novos empregados do Banco, e 1.323 virtuais, através de Curso Virtual à Distância (CVA);
- d) 22 requisições de órgãos de controle (CEP, Bacen, CGU, Auditoria Externa, Auditoria Interna);
- e) 19 reuniões do Comitê Disciplinar (Comid);
- f) 14 reuniões da Comissão de Ética;
- g) 12 reuniões mensais do “Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais”;
- h) Campanha de escolha do Lema de Ética do BNB;
- i) Inscrição para obtenção do Selo Empresa Pró-Ética;
- j) Auditoria de Integridade da CGU;
- k) Palestras para parceiros (INEC e Centro de Relacionamento com Clientes e Atendimento ao Cidadão);

- l) Participação em grupo de trabalho de revisão dos controles internos;
- m) Inclusão da CVA de “Ética Organizacional” na Trilha de Formação Bancária;
- n) Inclusão do Código de Ética do BNB no checklist de posse de novos empregados;
- o) Eleição de dois novos membros para a Comissão de Ética;
- p) Participação no Encontro de Administradores/2015;
- q) Criação da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do BNB.

PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO E ANTIPROPINA

Objetivando prevenir e combater ilícitos financeiros, o Ambiente de Segurança Corporativa do Banco do Nordeste definiu políticas e desenvolveu projetos e ações envolvendo as disciplinas de Prevenção e Lavagem de Dinheiro, realizando durante o ano de 2015 diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Elaboração de relatórios gerenciais.
- Realização de treinamentos, presencial (visitas a agências, encontro de gestores, cursos de formação) e à distância em prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.
- Melhorias nas comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), de modo a manter a conformidade com a legislação pertinente.
- Dentre as medidas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, o Banco do Nordeste tem estabelecido em suas diretrizes a prática constante das políticas “Conheça seu Cliente” e “Conheça seu Funcionário”.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor definição quanto ao exercício das funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil financeira dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Cabe à Área de Auditoria do Banco do Nordeste realizar procedimentos de apuração de irregularidades que eventualmente podem envolver situações de corrupção.

Ainda, como medidas de combate à corrupção realizadas pelo Banco do Nordeste, podem ser citadas:

- Definição de política de consequência para descumprimentos de *conformidades* e *indisciplina*;
- Afastamento de pessoas com indício de participação em fraudes;
- Implementação da meritocracia com adoção de critérios objetivos e conhecidos de todos para seleção de servidores visando a ocupar funções;

- Realização de trabalhos de apuração de irregularidades pela Auditoria do Banco que, eventualmente, podem envolver situações de corrupção, adotando-se também procedimentos continuados e preventivos para reportar, à superior administração e demais áreas envolvidas, as causas e fragilidades que contribuíram para a ocorrência de irregularidades, buscando-se evitar, dessa forma, a recorrência de casos.

O Banco realiza treinamentos presenciais e à distância dos empregados em prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, fortalecendo a cultura de combate a ilícitos financeiros. Em 2015, o Banco contava 99,50% do seu corpo de funcionários ativos capacitado nas disciplinas retrocitadas, permanecendo anualmente a meta de 100% dos funcionários treinados.

Além dos programas internos em Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e o Programa de Reciclagem em PLD, o Banco patrocinou a participação de funcionários que trabalham na área específica de PLD no “5º Congresso de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo” e também no curso “Prevenção contra crimes de lavagem e do financiamento ao terrorismo”.

Comunicação e treinamento em Políticas e Procedimentos de combate à corrupção (G4- SO4)

O Banco do Nordeste é signatário do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção desde outubro de 2013. Nele, o Banco se compromete a adotar e propagar boas práticas de ética empresarial que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias empresariais do Banco (Quadro 6).

Como compromisso desse pacto, o Banco do Nordeste deve preencher um relatório anual de Diagnóstico do Guia Temático Integridade, Prevenção e Combate à corrupção, e no último relatório emitido em 10.05.2016, o Banco obteve nota 6,6 nos itens Práticas Anticorrupção, enquanto a média do setor bancário foi nota 4 e das empresas participantes foi 8,6, enquanto as 44 empresas do mesmo porte empresarial obteve como média a nota 7,8.

Quadro 6 – Políticas e procedimentos de combate à corrupção (G4- SO4)

Função	Nº de Empregados	Quantidade	% de empregados
1-Gestão Principal	2	40	0,43%
2-Gestão Intermediária	24	384	1,21%
3-Coordenação	6	72	0,63%
4-Funções Técnicas	39	630	1,84%
5-Funções de Assessoria e Apoio	2	40	2,53%
6-Não comissionado	531	10524	32,86%
Total geral	604	11690	8,35%

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

Durante o ano de 2015, o Banco do Nordeste não apresentou nenhum caso de demissão por corrupção, no entanto, o Comitê Disciplinar deliberou por rescindir o contrato de trabalho de 16 empregados por “justa causa” **com base no disposto no Art. 482º da CLT - Ato de improbidade. (G4 - SO5)**

Neste mesmo ano, o Comitê Disciplinar Superior (Codis) deliberou, em grau de recurso, por manter 23 penalidade aplicadas, reverter 1 penalidade e alterar 1, relativas a envolvidos em Processo Administrativos, julgado no final de 2014. Manteve, ainda, em grau de recurso, as punições disciplinares aplicadas a 7 envolvidos em Processos Administrativos julgados pelo Comitê Disciplinar (Comid) **(G4 – SO5).**





DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO

O Banco do Nordeste tem em sua missão o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável, demonstrando a preocupação em desenvolver políticas e linhas de crédito voltadas para a sustentabilidade da região onde atua.

Dessa forma, como principal instituição financiadora de atividades produtivas e fomentadora de recursos para o Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, por meio de seus programas e projetos, o Banco prima pela conservação e uso racional dos recursos naturais e pela sustentabilidade dos negócios com base em sua Política de Responsabilidade Socioambiental.

O Banco do Nordeste dispõe das seguintes linhas de financiamento à sustentabilidade: FNE Verde, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (Eco, Agroecologia, Floresta e Semiárido).

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (FNE VERDE)

Em 1995, o Banco do Nordeste desenvolveu o FNE Verde, programa que visa financiar empreendimentos e atividades econômicas que propiciem ou estimulem a preservação, conservação, controle e/ou recuperação do meio ambiente.

Esse Programa possui como público-alvo os produtores rurais, as empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços e as cooperativas e associações legalmente constituídas cujas atividades visem, especificamente, à preservação e conservação ambiental.

No tocante aos demais programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o FNE Verde se destaca por apresentar taxas de juros diferenciadas e prazos que podem chegar a 20 anos, incluindo carência de até oito anos que pode ser estendida por até 12 anos, no caso de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e/ou preservação permanente degradadas com culturas de longo ciclo de maturação.

Em 2015, foram disponibilizados R\$ 199,5 milhões para linha de financiamento FNE Verde, conforme a Programação FNE 2015, representando 1,5% do orçamento total do Fundo, por meio da prospecção de negócios pelas superintendências estaduais.

METAS PARA 2016

Para o exercício de 2016, foram programados R\$ 338,4 milhões para aplicação no FNE Verde, o que representa 2,4 % do orçamento total do FNE, cuja estimativa para este ano é de R\$ 14,1 bilhões.

OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS

O Banco do Nordeste também operacionaliza as linhas ambientais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), direcionadas à proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem a conservação e o controle do meio ambiente. São elas:

Pronaf Eco – Propiciar crédito de investimento para o financiamento da implantação, utilização e/ou recuperação de: a) tecnologias de energia renovável como o uso da energia solar, eólica e da biomassa e de miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas; b) tecnologias ambientais como estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; c) armazenamento hídrico como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água; d) pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; e) silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros; f) adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva, dentre outros.

Pronaf Agroecologia - Propiciar crédito de investimento para o financiamento dos sistemas de produção de base agroecológica ou orgânica, incluindo-se os gastos relativos à implantação e à manutenção na fase pré-produtiva do empreendimento.

Pronaf Floresta - Propiciar o apoio financeiro às atividades de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos em projetos técnicos que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes dos seguintes empreendimentos: a) sistemas agroflorestais; b) exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; c) recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; d) enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Pronaf Semiárido - Propiciar o apoio financeiro às atividades de agricultores familiares do semiárido nordestino, mediante o financiamento de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida.

Em 2015, foram contratadas 9.626 operações que totalizaram R\$ 194,21 milhões no âmbito desses programas e linhas ambientais, representando um decréscimo de 58,21% em comparação ao ano de 2014 (Tabela 4).

Tabela 4 – Produtos e serviços com foco ambiental

	Quant. Operações	VR. Contratado (R\$ milhões)
FNE VERDE	52	38,89
PRONAF FLORESTA	137	3,11
PRONAF SEMIÁRIDO	9.415	151,26
PRONAF ECO	13	0,75
PRONAF AGROECOLOGIA	9	0,20
Total	9.626	194,21

Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento, 2015.

Em 2015, o Banco do Nordeste deu prosseguimento ao processo contínuo de atualização dos normativos ambientais de todos os estados de sua área de atuação, que o tornou referência nacional no que se refere ao tratamento da dimensão ambiental no processo de crédito.

Desde 1995, o Banco do Nordeste é signatário do Protocolo Verde, ratificando seu compromisso com a sustentabilidade. Em 2006, participou da governança do Novo Protocolo Verde, intitulado por Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, celebrado entre Ministério do Meio Ambiente, Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e os bancos públicos (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia).

Durante o ano 2015, deu-se continuidade às articulações relacionadas ao Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que prevê:

1. implementação de iniciativas conjuntas para reduzir o desmatamento ilegal do bioma caatinga;
2. promover financiamentos de projetos de manejo sustentável desse bioma;
3. maior eficiência nos empreendimentos ceramistas e gesseiros;
4. estudos para traçar estratégias de apoio financeiro do Banco à implantação de aterros sanitários, em atendimento à Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Em 2015, o Blog *Responsabilidade Socioambiental* ampliou sua plataforma de comunicação interna discutindo e informando acerca de temas, práticas e iniciativas relacionados à política de responsabilidade socioambiental, no tocante ao processo de crédito e no tratamento com suas partes interessadas (*stakeholders*).

O Banco do Nordeste realiza contribuição técnica em pesquisas e relatórios externos relacionados à atuação da instituição na área ambiental e contribui, ainda, nas discussões de temas importantes para o desenvolvimento sustentável da Região, por meio da Revista Econômica do Nordeste (REN), com a publicação de artigos científicos que contribuem para difusão de conhecimentos e experiências dentro dessa temática.

POLÍTICAS COM COMPONENTES AMBIENTAIS E SOCIAIS APLICADAS ÀS LINHAS DE NEGÓCIOS

As políticas socioambientais relacionadas ao crédito têm base na Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste (PRSA) aprovada em junho de 2015, em consonância com a Resolução nº 4.327, de 25.04.2014 e com as políticas ambientais vigentes no país, em especial, a Política Nacional do Meio Ambiente, as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Resíduos Sólidos e sobre Mudança do Clima e Desertificação.

Dentre essas políticas/iniciativas destacam-se as seguintes:

- (i) Adequação dos normativos internos à legislação ambiental dos estados da área de atuação do Banco. Nesse sentido, nos normativos internos do BNB foi criado um capítulo específico para cada um dos onze estados da área de atuação do Banco (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), elaborado a partir do que estabelecem as legislações ambientais estaduais principalmente no tocante ao licenciamento ambiental;
- (ii) Crédito para promoção da sustentabilidade. Além das linhas do Pronaf voltadas para a sustentabilidade, como o Pronaf Floresta, Pronaf ECO, Pronaf Semiárido e Pronaf Agroecologia, o Banco do Nordeste dispõe de um programa especialmente desenhado para a promoção da sustentabilidade, o FNE Verde, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento de empreendimentos e atividades econômicas que propiciem a preservação, conservação, controle e/ou recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade;
- (iii) Apoio à pesquisa e difusão tecnológica, mediante lançamento de editais específicos, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Científico – Fundeci;

- (iv) Condicionamento da aprovação de financiamentos ao cumprimento da legislação ambiental vigente e à inclusão (quando necessária), no projeto, de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais que a atividade possa vir a causar. Vide comentário abaixo;
- (v) Sistema de Elaboração e Análise de Projetos (SEAP), o sistema apresenta módulo específico com impactos das atividades e procedimentos ambientais. Vide comentário abaixo;
- (vi) Verificação, pela unidade de controles internos do Banco, da conformidade dos projetos às exigências ambientais normativas.

Todos os normativos ambientais do Banco do Nordeste são aprovados pela Diretoria Executiva e são aplicáveis a todas as linhas de financiamento de todas as fontes de recursos operadas pelo Banco. Tais normativos visam garantir o cumprimento da legislação ambiental nas concessões de financiamentos, sobretudo quanto à exigência de documentos em geral emitidos pelos órgãos ambientais competentes, tais como licenças ambientais, autorizações ambientais, certificados de dispensa de licenciamento, entre outros, bem como quanto à fiscalização do cumprimento das exigências ambientais especificadas na análise ou no instrumento contratual, além da verificação da situação atual do empreendimento quanto a diversos aspectos*.1 Seu cumprimento é condição para a realização de negócios.

Os normativos ambientais do Banco estão disponíveis ao público interno, pois foram desenhados para orientar o corpo técnico e gerencial no tocante aos aspectos ambientais quando da concessão de crédito.

Além dos normativos internos, há orientações sobre análise ambiental a serem cumpridas, constantes no caderno de Recomendações Técnicas do Banco, bem como nos diferentes sistemas internos da Instituição, tais como o Sistema de Elaboração e Análise de Projetos – SEAP – S033, Sistema Integrado de Crédito – SINC- S035 e o Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos – SIAT – S079. Dentre tais sistemas, apenas o SEAP está disponível ao público externo.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (PRSA) encontra-se em processo de implementação, consolidando, assim, as diversas ações que o Banco já vem desenvolvendo em relação à temática meio ambiente e responsabilidade social. Referida PRSA é composta de 11 princípios e 68 diretrizes, além das salvaguardas ambientais; os quais integram os normativos internos do Banco e está disponível ao público externo em geral por meio do site eletrônico do BNB na internet.

MONITORAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O processo de acompanhamento de empreendimentos financiados ocorre com a realização de vistorias na etapa de contratação e na etapa de

1 (*) = órgão ambiental; ocorrência de remoção de vegetação na área de reserva legal; comprometimento do projeto em relação a passivo ambiental; ocorrência de práticas em desacordo com as especificações estabelecidas nas licenças ambientais, nas outorgas de uso d'água e nas licenças prévias para construção de obras hídricas.

desembolso dos créditos em que é comprovada a aplicação dos recursos.

Já os aspectos sociais são verificados pontualmente nas atividades de diagnóstico da empresa, nas quais outros aspectos do empreendimento também são verificados (econômico-financeiros, técnicos, normativos, legais, contábeis etc.). Diante disso, a gestão desses aspectos ainda está em fase de aprimoramento.

Observa-se o cumprimento das exigências ambientais especificadas na análise ou no instrumento contratual, bem como a verificação da situação atual do empreendimento quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Verificação do nível de poluição, disposição de resíduos sólidos e/ou embalagens;
- (ii) Verificação das áreas legais de cobertura vegetal, inclusive as áreas de preservação ambiental;
- (iii) Comprometimento do projeto em relação a passivo ambiental;
- (iv) Ocorrência de práticas em desacordo com as especificações estabelecidas nas licenças ambientais, nas outorgas de uso d'água e nas licenças prévias para construção de obras hídricas;
- (v) Atualização da folha de pagamento dos funcionários;
- (vi) Cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (comprovação por documento hábil).

MEDIDAS ADOTADAS EM OCORRÊNCIAS DE IRREGULARIDADES DETECTADAS

Imediatamente após a análise das informações contidas em documentos disponíveis e/ou nos relatórios de acompanhamento do empreendimento, caso se verifique alguma ocorrência de irregularidade, o Banco adota um ou mais dos seguintes procedimentos, sem prejuízo de se implementarem outras medidas:

- (i) Suspender a liberação de novas parcelas do crédito;
- (ii) Consignar o fato em sistema restritivo interno, até a apuração completa da ocorrência.

ILÍCITO PENAL

Nos casos de constatação de danos ambientais ou a verificação da falta de imediato controle e correção dos impactos negativos causados, serão adotadas as seguintes medidas:

- (i) Interpelar os responsáveis;
- (ii) Exigir do cliente a imediata correção dos fatores causadores dos impactos negativos ambientais verificados;
- (iii) Avaliar se houve negligência ou imperícia do prestador de assessoria empresarial e técnica para adoção das medidas cabíveis.





PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

O Banco contribui de forma significativa para a estrutura produtiva na sua área de atuação por meio de financiamentos de projetos sustentáveis a empreendimentos produtivos. Para tanto, oferece várias linhas de crédito distribuídas nos principais setores do mercado, como: rural, industrial, comércio e serviços, infraestrutura, agroindustrial e turismo. Cada um desses setores conta com programas de financiamentos específicos para diversas atividades e porte de clientes.

Do valor total de operações de crédito contratadas em 2015, R\$ 11,5 bilhões foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 91,4% dos financiamentos de longo prazo. Desses recursos, R\$ 6,8 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 59,2% do total aplicado com recursos do Fundo e crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior. Os clientes de médio e grande porte contrataram R\$ 1,7 bilhão e R\$ 3,0 bilhões, respectivamente (G4-FS6).

Em termos de distribuição por porte de beneficiário, em 2015, o Banco do Nordeste contratou financiamentos com pequenos empreendimentos de forma prioritária, conforme diretriz do FNE, promovendo a geração e a desconcentração de emprego e renda (Tabela 5). (G4-FS6).

Tabela 5 – Contratações por porte (R\$ milhões)

Porte	2014	2015	Variação Valor
	Valor	Valor	
Pequeno	6.368,8	6.801,4	6,8%
Médio	1.820,2	1.738,5	-4,5%
Grande	5.264,7	2.955,3	-43,9%
Total	13.453,7	11.495,2	-14,6%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro, 2015.

Na perspectiva dos setores econômicos, os maiores crescimentos em relação a 2014 ocorreram no setor de infraestrutura, com aumento de 109,2%; e de comércio com 10,8%. A maior parte dos recursos contratados com a fonte FNE destinou-se ao setor rural (R\$ 5,6 bilhões que correspondem a 49% do volume contratado com esta fonte). Para o setor industrial foram destinados R\$ 1,5 bilhão e para o setor serviços R\$ 1,7 bilhão. Conforme mencionado anteriormente, os decréscimos nas contratações dos setores industrial e serviços são justificados pela atual conjuntura econômica (Tabela 6). (G4-FS6)

Tabela 6 – Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2014	2015	Variação
Rural	5.148,3	5.635,5	9,5%
Industrial	3.761,6	1.549,8	-58,8%
Infraestrutura	233,6	488,6	109,2%
Comércio	1.901,5	2.106,8	10,8%
Serviço	2.408,7	1.714,5	-28,8%
Total	13.653,7	11.495,2	-14,6%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro, 2015.

Os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste no provimento de crédito de longo prazo são norteados pelas diretrizes do FNE, como política pública de financiamento, sendo também, condicionados pela dinâmica da realidade econômica e social da Região. Dessa forma, o Banco se utiliza dessa modalidade de financiamento, dentre outras modalidades, a fim de promover o desenvolvimento sustentável em sua área de atuação, por meio de diversas fontes de financiamento, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 – Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Fonte	2014	2015	Varição
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	3.453,7	11.495,2	(15)%
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	205,8	123,8	(40)%
Recursos Internos (Recin)	581,7	870,7	50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	14,2	0,9	(94)%
Poupança Rural	0,7	0,2	(71)%
Fundos de Terras e da Reforma Agrária	17	29,2	72%
FDNE-REPASSES	0	53,6	-
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	2,3	0	(100)%
Outras	2,3	6,1	165%
Total	14.277,70	12.579,70	(12)%

Fonte: Contratações mensais, Dez/2015.

O Banco do Nordeste atua também em operações de curto prazo como capital de giro, descontos de títulos, contas garantidas e câmbio. Além disso, o Banco disponibiliza outros produtos no segmento de curto prazo como CDC e CrediAmigo os quais estão em expansão. (G4-FS6)

Em 2015, os programas financiados, por setor de mercado, na área de atuação do Banco, estão contemplados no relatório anual do Banco do Nordeste, disponibilizados por meio do site da instituição.

IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS (G4-EC7 E G4-EC8)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.

Durante o ano de 2015, foi financiado o montante de R\$ 11,5 bilhões com recursos do FNE, distribuído em 506.117 operações de crédito direcionadas a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura, localizados nos onze estados da área de atuação do referido Fundo.

Apesar desse total representar alcance de 89,1% do programado para o exercício, as operações atenderam empreendimentos de todos os 1.990 municípios da área financiável pelo FNE, uma cobertura de 100% da área regional de atuação, com valor médio por operação de R\$ 22,7 mil.

A distribuição de financiamentos por estado é apresentada no Quadro 7, sendo registrada maior participação estadual no estado da Bahia, com 27,9%, convergente com a diretriz de limite máximo por estado de 30% do total anual de financiamentos. No tocante ao piso de 4,5% (não aplicável ao estado do Espírito Santo, que possui menor área financiável), os estados de Alagoas e Sergipe registraram participação de 3,7% e 3,2%, respectivamente, nos quais se observou proporcionalmente maior movimento de adiamento de investimentos empresariais, não tendo se concretizado parte dos financiamentos que se encontravam em negociação, notadamente de médio e grande porte (quadro 7). (G4-FS6)

Quadro 7 – FNE: Financiamentos por Estado (R\$ milhões) (G4-S6)

Estado	Valor (R\$)	Percentual
Alagoas	430,7	3,7
Bahia	3.211,6	27,9
Ceará	1.795,3	15,6
Espírito Santo	151,8	1,3
Maranhão	1.218,3	10,6
Minas Gerais	796,9	6,9
Paraíba	631,5	5,5
Pernambuco	1.229,9	10,7
Piauí	1.061,5	9,2
Rio Grande do Norte	595,7	5,2
Sergipe	372,1	3,2
TOTAL	11.495,2	100.0

Fonte: Ambiente de Políticas, 2015.

Quanto à abordagem de espaços prioritários, a ação de financiamento com recursos do FNE contempla o apoio a espaços sub-regionais, definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. (G4-FS6) (G4-FS13)

Nesse contexto, destaca-se o financiamento a projetos no Semiárido, no total de R\$ 4.072,7 milhões, montante 7,8% superior ao realizado em 2014, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a agricultores familiares, produtores rurais empresariais e MPEs, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da PNDR atingiu um total de R\$ 9.153,8 milhões, cerca de 79,6% dos financiamentos totais do FNE no ano. (G4-FS6) (G4-FS13).

As mesorregiões diferenciadas e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, tendo alcançado financiamentos no total de R\$ 2.043,8 milhões, superando o projetado de R\$ 1.725,0. (G4-FS6)

Alguns períodos se mostram mais desafiadores para o alcance integral dos valores programados. Esse contexto renova propósitos e ações, de forma cooperada com as demais entidades que participam da promoção do desenvolvimento regional, abrindo perspectivas de avanços nas próximas etapas.

Quanto ao FNE, Resende et al (2015)¹ avaliaram a relação entre o FNE e o crescimento do PIB *per capita* entre 1999 a 2011 dos municípios e microrregiões da sua área de atuação. Concluíram que os recursos do FNE, para algumas tipologias, apresentaram impactos positivos sobre o crescimento do PIB *per capita* em nível municipal e microrregional e evidenciaram o papel exercido pelo FNE sobre a redução das desigualdades aos níveis macrorregional e intrarregional. Observaram, ainda, que o FNE apresenta relação positiva com o crescimento dos municípios vizinhos aos de tipologia Dinâmica da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

1 RESENDE, Guilherme Mendes; SILVA, Diego Firmino Costa da; SILVA FILHO, Luís Abel da. Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): uma análise espacial por tipologia da PNDR entre 1999 e 2011. In: XX Encontro Regional de Economia – Nordeste. ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, **Anais...**, Fortaleza, 2015.

Tais resultados corroboram aqueles obtidos por Gonçalves et al. (2013)² e Soares et al. (2014)³, ao investigar os efeitos dos investimentos advindos do FNE no crescimento econômico dos municípios desta região na década de 2000. Os autores identificaram quatro grupos de municípios com efeitos diferenciados, sendo que os grupos com PIB *per capita* intermediários – valores entre R\$ 2.143 e R\$ 3.866 (792 municípios) e entre R\$ 3.866 e R\$ 7.406 (177 municípios) – apresentaram efeitos positivos e estatisticamente significantes. A ausência de impacto no crescimento nos municípios menores economicamente reforça a necessidade de um acompanhamento melhor da quantidade e da qualidade dos recursos destinados a estes municípios (o mesmo vale para os municípios estudados por Da Mata e Resende (2015)⁴, e como também dos fatores locais que formam os gargalos ao crescimento econômico (Quadro 8).

Quadro 8 – FNE: Contratações por tipo de município (1) - Exercício de 2015
- Valores em R\$ Mil (G4-FS13)

Tipologia	Quantidade de Operações	Percentual	Valor Contratado (em R\$mil)	Percentual
Alta Renda ⁽⁵⁾	9.457	1,9	2.341.400	20,4
Baixa Renda ⁽²⁾	148.749	29,4	1.669.580	14,5
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	175.404	34,6	3.548.136	30,9
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	172.507	34,1	3.936.111	34,2
Total	506.117	100,0	11.495.227	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: **(1)** Classificação Municipal de Renda dos Municípios. **(2)** Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(3)** Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. **(4)** Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. **(5)** Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

Os empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio porte, rurais e urbanos, mobilizaram 59,2% do valor total dos financiamentos contratados no exercício, conforme apresentado no Gráfico 1. Nesse grupamento, se destaca com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (pronafianos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional. Merece destaque também o crescimento nominal de 10,9% das contratações com os portes Mini e de 7,1% do total contratado com Pequeno-Médio, em relação a 2014. (G4-FS6)

2 GONÇALVES, Marcos Falcão; SOARES, Ricardo Brito; LINHARES, Fabrício Carneiro; VIANA, Luiz Fernando Gonçalves. Efeitos Diferenciados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no Crescimento Econômico dos Municípios Nordestinos. In: XLI Encontro Nacional de Economia. ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, **Anais...**, Foz do Iguaçu, 2013.

3 SOARES, Ricardo Brito; LINHARES, Fabrício Carneiro; GONCALVES, Marcos Falcão; VIANA, Luiz Fernando Gonçalves. Fondo Constitucional de Financiamiento del Nordeste del Brasil: efectos diferenciados sobre el crecimiento económico de los municipios. **Revista de la CEPAL**, n. 113, p.183-201, 2014.

4 DA MATA, Daniel; RESENDE, Guilherme. Changing the Climate for Banking: The Economic Effects of Credit in a Climate-Vulnerable Area. 2015. In: **37º Encontro Brasileiro de Econometria**. SBE – Sociedade Brasileira de Econometria, **Anais...**, Florianópolis, 2015.

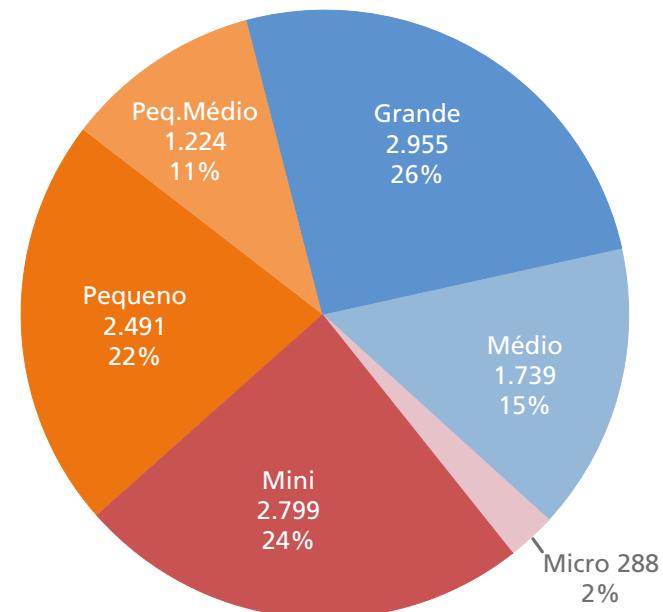


Gráfico 1 - FNE 2015: Financiamentos por porte de beneficiário (R\$ milhões)
(G4-FS6)

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Sustentável – Etene, 2015.

Considerando-se toda a área de atuação do FNE, a relação valor contratado por residente foi de R\$ 224,19 por habitante, aproximadamente 4,9% superior aos R\$ 213,73 por habitante, registrado em 2013. O estado do Sergipe apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 531,98/habitante, seguido pelos estados do Piauí (R\$ 352,07/habitante), Rio Grande do Norte (R\$ 264,59/habitante) e Espírito Santo (R\$ 233,57/habitante).

À agricultura familiar, por meio do Pronaf, foram destinados recursos do Fundo no total de R\$ 2,3 bilhões. Os financiamentos do FNE beneficiaram 1,40 milhão de pessoas, aproximadamente, pertencentes a esse Programa.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, acredita-se que as contratações realizadas no exercício de 2015 pelo FNE possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 23,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 14,3 bilhões; geração e/ou manutenção de aproximadamente 840 mil ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 4,2 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 1,8 bilhão. Ressalte-se que esses impactos descritos não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo. (G4-EC8)

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do AgroAmigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas citados a seguir e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, na posição de dezembro de 2015, cerca de 575

mil clientes do AgroAmigo eram também beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o que representa 52,4% da carteira ativa de clientes.

O AgroAmigo tem também como estratégia a política de inserção econômica das mulheres, estimulando o aumento da participação nos financiamentos, inclusive, na exploração de atividades não agrícolas no meio rural. Dessa forma, na posição de dezembro/2015, 48% dos clientes que possuíam operações eram do gênero feminino, representando o quantitativo de mais de 572 mil operações ativas com clientes mulheres.

Além disso, o AgroAmigo promove o acesso do agricultor familiar à conta-corrente, movimentada por meio de cartão de débito, colaborando para a inclusão financeira e facilitando as negociações comerciais dos agricultores familiares. Na posição de dezembro/2015, mais de 969 mil clientes possuíam conta-corrente, o que representa 88,3% do total de clientes ativos do Programa.

INICIATIVAS PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO FINANCEIRA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (G4-FS16)

A Universidade Corporativa oferece, por meio da Comunidade Virtual de Aprendizagem, o curso “Gestão de Finanças Pessoais”, com carga horária de 2h, que tem como objetivo introduzir, em termos práticos, conhecimentos de Economia Doméstica e Administração Financeira que possam orientar o treinando a melhor gerir suas finanças pessoais. O curso está disponível para todos os funcionários, bolsistas e jovens aprendizes. Desde que foi lançado, em 2008, até a data de 31.12.2015, o curso já havia sido realizado, com aprovação, por 2.065 pessoas. Apenas em 2015, foram 277 pessoas que concluíram com aprovação o referido curso.

Dentre os diferenciais do AgroAmigo no atendimento aos agricultores familiares, existe a preocupação com a utilização adequada dos recursos financeiros e incentivo ao uso de técnicas que contribuam para a sustentabilidade do meio ambiente. Assim, na ocasião da Palestra Informativa, complementarmente, são proferidas palestras por parceiros locais que focam a conscientização ambiental e atividades práticas com ênfase em sustentabilidade, assim como para fortalecer a educação financeira.

Outras ações de capacitação desenvolvidas pelo Programa visam suprir a carência de informação dos clientes em assuntos concernentes às atividades desenvolvidas, gerenciamento de recursos financeiros, questões ambientais e disseminação da produção agroecológica.

O AgroAmigo promove a realização de eventos locais que representam modalidade de capacitação, sendo instrumento de sensibilização e atualização dos clientes em temáticas de importância ao desenvolvimento pessoal e da comunidade.

FUNDOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE DESENVOLVIMENTO

Em 2015, o Banco do Nordeste concedeu apoio financeiro não reembolsável à realização de pesquisas científicas e tecnológicas e difusão de tecnologias, pesquisas socioeconômicas, programas e projetos que visam prestar assistência técnica a atividades produtivas na área de atuação do Banco, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação

(Fundeci) e Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase). A aplicação dos recursos dos Fundos de Pesquisa e Desenvolvimento do Banco do Nordeste é orientada por meio da seleção anual de projetos (Avisos/ Editais), bem como por demanda espontânea de projetos apresentados que sejam de interesse do Banco e com impacto para o desenvolvimento científico-tecnológico e dos setores produtivos da região, sendo efetivada por meio de Convênios do Banco do Nordeste com instituições de pesquisas, universidades, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

O Fundeci foi pioneiro no fomento à pesquisa e à difusão de tecnologias direcionadas às atividades produtivas da área de atuação do Banco do Nordeste, já tendo apoiado mais de 3.300 projetos. Em 2015, foram contratados 14 (catorze) projetos com apoio do Fundeci, no montante de R\$ 0,89 milhão de reais em atividades tais como pesquisas sobre apicultura, desenvolvimento de tecnologia na indústria ceramista, agroecologia, capacitação em saúde pública, eventos de debate sobre economia, microfinanças, políticas públicas e desenvolvimento regional.

Já o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase), que era responsável por financiar projetos e pesquisas socioeconômicas de interesse do Nordeste, bem como proporcionar apoio técnico e gerencial às pequenas e médias empresas da Região, foi extinto no ano de 2015, por decisão do Conselho de Administração do Banco. Assim, em 2015, foram contratados apenas 03 (três) projetos no montante de R\$ 0,21 milhão de reais em projetos relacionados com discussão de temas político-econômicos do Brasil, planejamento urbano e capacitação profissionalizante.

Tabela 8 – Valores destinados ao Fundeci e à Fase

FUNDO	QUANTIDADE	VALOR
FUNDECI	14	829.370,51
FASE	03	207.408,00
TOTAL	17	1.036.778,51

Fonte: Etene, 2016.

Além dos valores aplicados acima, em dezembro de 2015, a Diretoria Executiva do Banco aprovou a destinação de R\$ 8 milhões para publicação dos avisos: Etene/Fundeci 01/2015 – MEIO AMBIENTE - Pesquisa e Difusão de Novas Tecnologias de Convivência e Mitigação dos Impactos das Mudanças Climáticas na Região Nordeste; Etene/Fundeci 02/2015 – PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE - Inovações Tecnológicas e Organizacionais para Incremento da Produtividade e Competitividade nos Setores Produtivos; ETENE/FUNDECI 03/2015 – INOVAÇÃO BANCÁRIA - Inovações Metodológicas, de Gestão e Avaliação aplicadas ao Setor Bancário e Produtos Inovadores para Instituições Financeiras; Etene/Fundeci 04/2015 – HABITAÇÃO INCLUSIVA - Pesquisa e Difusão de Tecnologias e Produtos Inovadores e de Baixo Custo para Construção e Manutenção de Habitações Sociais. Esses editais foram disponibilizados para apresentação de projetos no primeiro semestre de 2016 e formalização de convênios para concessão de recursos às instituições convenientes em caráter não reembolsável.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DA REGIÃO NORDESTE (PRODEPRO)

O Prodepro é um programa de financiamento em fase de estruturação e negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem como principais objetivos ofertar infraestrutura para superar gargalos do desenvolvimento das principais cadeias produtivas da região, bem como maximizar a integração física intra e interregional, além de incrementar a atração de investimentos e o fomento às exportações. A Carta Consulta do Programa foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX) da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 08.03.13 para a qual foi solicitada prorrogação.

O Programa visa disponibilizar US\$ 1,0 bilhão para financiamento, sendo US\$ 500 milhões de recursos BID e US\$ 500 milhões de contrapartida. O Banco do Nordeste será o mutuário e executor, em estreita articulação com os governos estaduais (submutuários) da região Nordeste, MG e ES. A contrapartida será composta de financiamentos do BNB ao setor privado nas cadeias beneficiadas pelas linhas usuais do Banco (FNE, BNDES, RECIN etc.), na área de influência das infraestruturas financiadas, somada a uma parcela dos governos estaduais, equivalente a 10% do valor dessas obras de infraestrutura.

No período inicial do Programa, o Banco do Nordeste formalizou com o BID, ainda em 17.09.12, o Convênio de Cooperação Técnica ATN/OC-13347-BR, por meio do qual ambas as instituições disponibilizaram US\$ 500 mil cada uma para apoiar a estruturação do Programa. Essa Cooperação Técnica foi finalizada em maio de 2015 e teve como principal produto o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Prodepro, que diagnostica os setores produtivos de maior relevância nos 11 estados da área de atuação do Banco (Nordeste, MG e ES), seus respectivos gargalos e indica os investimentos prioritários para cada setor (e em cada estado), constituindo-se o principal instrumento de planejamento do Programa. Espera-se para 2016 retomar a negociação sobre o programa para efetivação da contratação de recursos do BID e repasse aos Estados.

PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)

O apoio do Banco do Nordeste à Política Nacional da Habitação por meio da operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), consiste de ação realizada em conjunto com os Ministérios das Cidades e da Fazenda, os governos dos estados da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco e os movimentos sociais.

Viabilizado a partir de Termos de Acordo de Cooperação firmados em 2009 com os órgãos acima mencionados, essa iniciativa envolve recursos financeiros no montante de R\$ 13,8 milhões para promover e viabilizar a construção de 1.283 unidades habitacionais nas áreas rurais dos estados supracitados, distribuídas em 32 municípios.

Até o momento, foram concluídas 775 unidades habitacionais que representam 60% da meta global do programa. A Portaria da Secretaria Nacional de Habitação Nº585, de 16 de novembro de 2015, que dispõe sobre

o prazo para execução de obras e serviços e entrega das unidades habitacionais, no âmbito do PSH, prevê para 23 de agosto de 2016 a conclusão do Programa e a devolução dos recursos não aplicados e das obras não concluídas.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO ESTADO DO PIAUÍ (PRÓ-DESENVOLVIMENTO)

O Programa tem como objetivo promover o desenvolvimento do Estado, visando atender a demandas da sociedade e em sintonia com as premissas do desenvolvimento sustentável, contemplando investimentos na pavimentação e recuperação de estradas, alargamento e construção de pontes; estruturação de rede de internet banda larga pública; fortalecimento institucional da Segurança Pública; criação de novos Polos da Universidade Aberta do Brasil; construção e reforma de quadras e ginásios poliesportivos e estádios de futebol; e implantação do Rodoanel. Desde 2010, encontra-se em implantação projeto de financiamento com recursos do citado Programa, contratado com o Estado do Piauí, no valor contrato de R\$ 288 milhões.

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT)

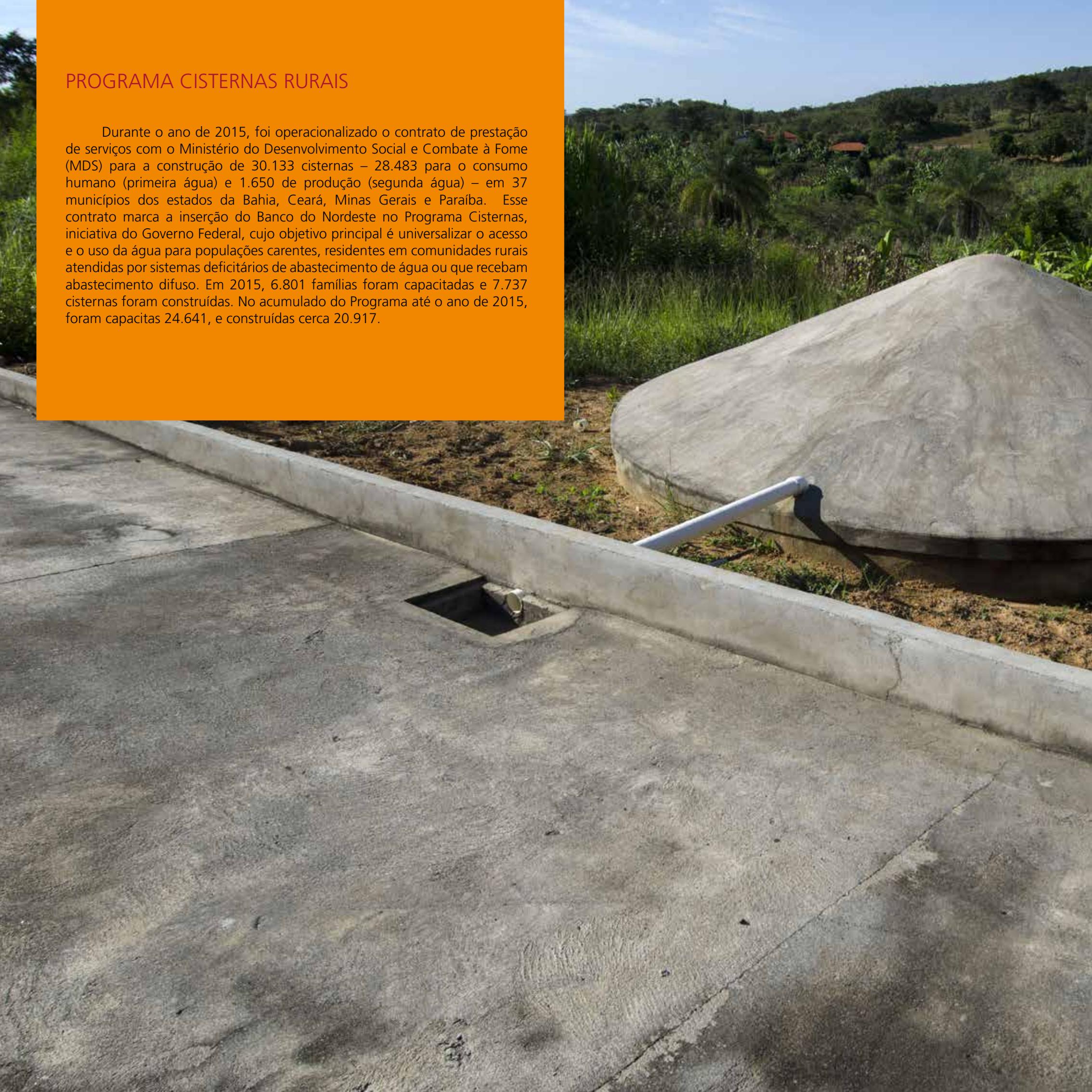
Tem como finalidade modernizar a administração tributária e melhorar a qualidade dos gastos públicos, com vistas a uma gestão mais eficiente e a prestação de serviços de maior qualidade à coletividade. No âmbito desse programa, o Banco do Nordeste tem contrato de operações com os municípios de Camaragibe (PE) e de Luis Eduardo Magalhães (BA), totalizando em contratações o valor de R\$ 6,9 milhões.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS PRIVADOS EM ÁREA TOMBADA E DE ENTORNO (IPHAN-RECUPERA)

Decorre de uma parceria firmada em entre a União Federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Banco do Nordeste, iniciada em 2010 e renovada em 2015, para prestar serviços técnicos e operacionais necessários à implementação de financiamento para recuperação de imóveis privados tombados e situados nas 43 cidades indicadas pelo referido Instituto, localizadas na área de jurisdição institucional do Banco, contribuindo para a melhoria das condições de uso e de habitação do bem objeto da intervenção. Até dezembro de 2015, o IPHAN celebrou convênios com 09 municípios, com previsão de recursos na ordem de R\$ 19,1 milhões. Dos municípios conveniados, 08 estão operacionalizando o Programa IPHAN-RECUPERA, verificando-se 89 propostas selecionadas, somando R\$ 9,9 milhões, com a contratação de 13 operações, demandando recursos na ordem de R\$ 1,37 milhões e, existindo perspectiva de crescimento do citado Programa.

PROGRAMA CISTERNAS RURAIS

Durante o ano de 2015, foi operacionalizado o contrato de prestação de serviços com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas – 28.483 para o consumo humano (primeira água) e 1.650 de produção (segunda água) – em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba. Esse contrato marca a inserção do Banco do Nordeste no Programa Cisternas, iniciativa do Governo Federal, cujo objetivo principal é universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, residentes em comunidades rurais atendidas por sistemas deficitários de abastecimento de água ou que recebam abastecimento difuso. Em 2015, 6.801 famílias foram capacitadas e 7.737 cisternas foram construídas. No acumulado do Programa até o ano de 2015, foram capacitadas 24.641, e construídas cerca 20.917.





CrediAmigo
Banco do Nordeste





PROGRAMAS DE MICROFINANÇAS

A atuação do Banco do Nordeste no segmento de microfinanças, importante instrumento de inclusão social, é feita por meio de seus dois programas, o CrediAmigo e o AgroAmigo, respectivamente para as áreas urbana e rural. Esses programas têm apoiado com empréstimos, as atividades produtivas de microempreendedores informais.

Referidos programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, que tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população.

CREDIAMIGO

O CrediAmigo tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito a milhares de microempreendedores urbanos que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços.

Por meio de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores, é ofertado crédito desburocratizado, rápido e com taxas diferenciadas.

Além do crédito, o CrediAmigo oferece aos seus clientes conta corrente (normal e simplificada) com cartão de débito, seguro de vida, seguro prestamista e orientação empresarial e ambiental.

REDE DE ATENDIMENTO

Em 2015, o Programa CrediAmigo expandiu sua rede de atendimento para 449 pontos de atendimento. Trata-se de estratégia para manter o crescimento e a aproximação do programa ao seu cliente.

PERFIL DOS CLIENTES

Em 2015, o perfil dos clientes do CrediAmigo apresentou-se assim (Figura 2):



Figura 2 – Distribuição dos clientes do CrediAmigo por gênero e setor econômico em 2015

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

Conheça o perfil dos clientes do CrediAmigo, distribuídos por idade, renda familiar, e escolaridade na Figura 3.



Figura 3 – Perfil dos clientes do CrediAmigo quanto a idade, renda familiar e escolaridade em 2015

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

Em 2015, 50% dos clientes ativos situavam-se na faixa de renda menor que R\$1.000,00. Isso confirma a atuação do CrediAmigo junto à camada mais pobre da população.

Por sua vez, 42% dos empréstimos concedidos, em 2015, foram até

R\$2.000,00 (dois mil reais), o que comprova o alcance social do apoio do CrediAmigo ao microempreendedor.

VALOR FINANCIADO	
De R\$ 100,00 a R\$ 1.000,0	9%
R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	33%
R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	13%
R\$ 3.000,01 a R\$ 6.000,00	25%
R\$ 6.000,01 a R\$ 8.000,00	8%
R\$ 8.000,01 a R\$ 15.000,00	12%

Figura 4 – Distribuição por valores financiados

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

RESULTADOS EM 2015

O CrediAmigo vem apresentando um crescimento contínuo em expansão de mercado, atingindo, ao final de 2015, a quantidade de 2.030.821 clientes ativos, representando um aumento de 9,1% em relação a 2014.

Por sua vez, a taxa de inadimplência do Programa CrediAmigo foi de 1,3% em dezembro de 2015.



Gráfico 2 – Taxa de inadimplência do Programa CrediAmigo de 2011 a 2015

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

Os desembolsos globais do CrediAmigo chegaram a R\$ 8,1 bilhões, o que representa um aumento de 14% em relação ao realizado em 2014 (Tabela 8).

Tabela 9 – Indicadores de alcance de 2010 a 2015

INDICADORES DE ALCANCE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Carteira Ativa (R\$ Milhões)	742,6	1.144,9	1.619,9	2.156,8	2.654,8	2.929,1
Clientes Ativos	737,826	1.046,062	1.360,170	1.659,699	1.862,239	2.030,821
Clientes Novos	335.330	483,131	531,058	548,710	513.297	509,810
Clientes Atendidos (De 1997 a 2014)	1.547,587	2.034.525	2.581,721	3.168,201	3.656,927	4.220,043
Empréstimos Desembolsados (Quantidade)	1.632,482	2.246.905	2.844,021	3.413,430	3.871,871	4.167,867
Empréstimos Desembolsados (R\$ Milhões)	2.066,3	2.975,9	4.320,2	5.760,1	7.124,8	8.133,7
Valor Médio dos Empréstimos (R\$)	1.265,7	1.324,4	1.519,	1.687,5	1.840,1	1.951,5

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

A capacidade operacional do CrediAmigo demonstra crescimento expressivo e contínuo, tendo sido contratado ao longo do ano de 2015 o montante de 4.167.867 operações de crédito (Gráfico 3).

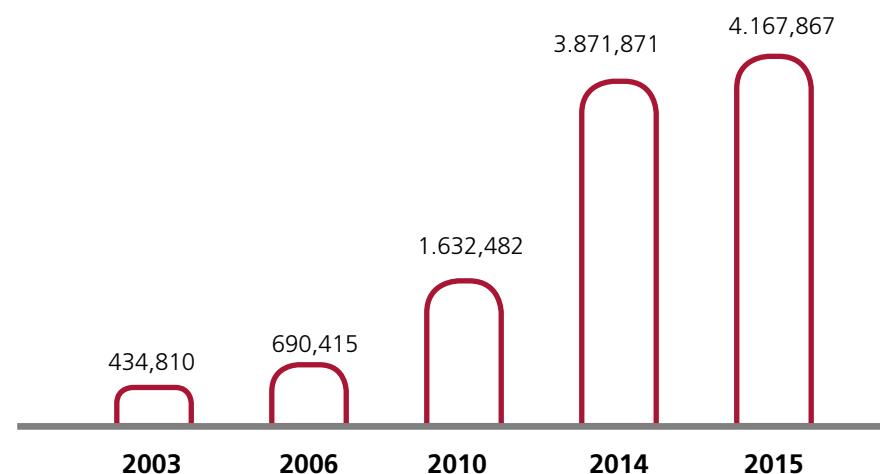


Gráfico 3 – Crescimento do CrediAmigo de 2003 a 2015

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

No tocante às operações acumuladas, o CrediAmigo atingiu, em 2015, a marca de 24.446.072 operações (Gráfico 4).

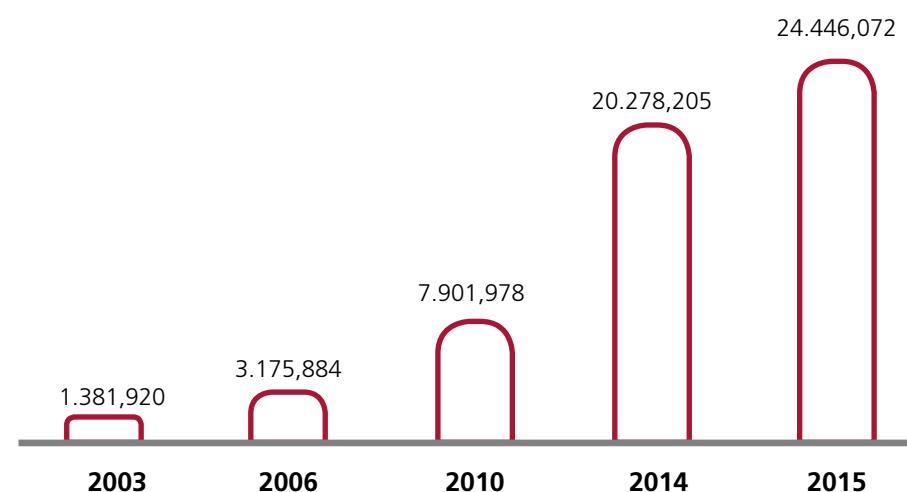


Gráfico 4 – Operações acumuladas do CrediAmigo de 2003 a 2015

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

Em valores desembolsados, o CrediAmigo realizou, em 2015, a quantia de R\$ 8,1 bilhões (Gráfico 5).

AGROAMIGO

O Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nordeste Cidadania (INEC), visa à concessão de financiamento para produtores rurais, adotando metodologia própria de atendimento aos agricultores familiares nas próprias comunidades por meio dos agentes de microcrédito rural, tratando-se de iniciativa pioneira no Brasil.

O Programa AgroAmigo propõe-se a atender aos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos quais o Banco do Nordeste aderiu (Figura 5):



Figura 5 – ODS contemplados na ação do AgroAmigo

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

A metodologia utilizada pelo AgroAmigo permite o acesso dos agricultores familiares ao crédito orientado e acompanhado, dando suporte a ações governamentais que objetivam a erradicação da pobreza no meio rural, fome zero e emprego digno e crescimento econômico.

Dentre as prioridades do AgroAmigo, destaca-se o estímulo à igualdade de oportunidade entre gêneros, o que possibilita o acesso ao financiamento pelas mulheres, responsáveis, em grande parte, pelo provimento de suas famílias. Na igualdade de gênero, a valorização das agricultoras familiares permite-lhes desenvolver atividades próprias ou complementares à do núcleo familiar.

O AgroAmigo integra-se, portanto, ao desafio de redução de desigualdades no meio rural nordestino, com foco na sustentabilidade dos empreendimentos e na promoção da bancarização dos clientes.

O Programa é destinado a agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), classificados em dois grupos:

- Pronaf Grupo B, ou seja, agricultores que obtenham renda bruta anual de até R\$ 20 mil, que explorem área de até quatro módulos rurais e empreguem mão de obra familiar.
- Demais grupos do Pronaf, com exceção dos grupos A e A/C, que obtenham renda bruta anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil.

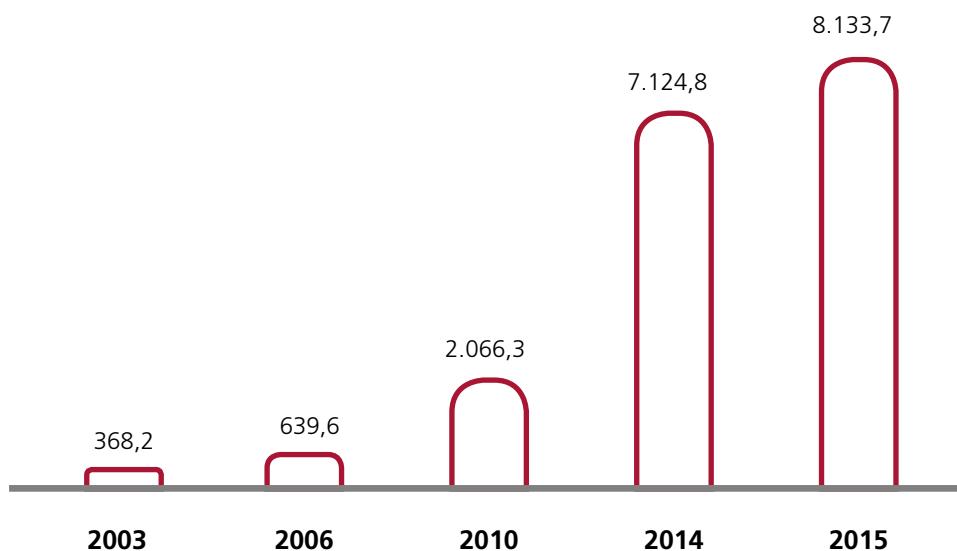


Gráfico 5 – Valores desembolsados pelo CrediAmigo de 2003 a 2015

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

A seguir, apresentamos os Indicadores de Alcance por Estado em 2015. Os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste no provimento de crédito de longo prazo são norteados pelas diretrizes do FNE como política pública de financiamento, sendo, também, condicionados pela dinâmica da realidade econômica e social da Região (Tabela 10). (G4-FS6)

Tabela 10 – Indicadores de Alcance por Estado em 2015

UF	Clientes Ativos	carteira (R\$ Milhões)	Empréstimos Desembolsados (Quant.)	Empréstimos Desembolsados (R\$ Milhões)	Clientes Atendidos (De 1997 a 2015)
AL	100.557	150.600.558,61	209.443	417.715.296,17	228.833
BA	247.321	358.758.853,75	479.895	999.045.212,56	591.467
CE	674.338	879.736.184,82	1.452.515	2.466.082.463,97	1.198.826
ES	5.049	11.743.012,23	9.168	29.207.294,04	12.728
MA	173.848	291.267.033,51	368.417	951.219.909,77	409.824
MG	95.191	120.454.452,94	182.734	339.330.126,70	191.209
PB	147.866	242.685.273,05	307.546	607.071.577,77	323.173
PE	140.729	224.980.552,21	271.136	566.516.738,16	357.366
PI	236.086	339.059.182,56	476.073	909.517.633,14	431.040
RN	113.127	175.362.539,52	227.606	476.295.126,57	245.171
SE	96.709	134.470.270,62	183.334	371.685.879,90	203.546
Total	2.030.821	2.929.117.913,82	4.167.867	8.133.687.258,75	4.193.183

Fonte: Ambiente de Microfinança Urbana, 2015.

O Programa abrange atividades agropecuárias e não agropecuárias tais como turismo, artesanato, comércio, serviços rurais etc., buscando a diversificação, a agregação de valor e a comercialização dos produtos das unidades familiares. (G4-FS6)

O AgroAmigo, em dezembro de 2015, fazia-se presente em 202 unidades do Banco, atendendo a 1.990 municípios do Nordeste brasileiro e Norte de Minas Gerais, contando com 1.444 colaboradores da OSCIP parceira, como se verifica na Figura 6. (G4-FS6)



Figura 6 – AgroAmigo: unidades de atendimento em 2015
Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2015

Em 2015, o programa contratou 448.568 operações em toda área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de R\$ 1,84 bilhão, superando assim a meta estabelecida de R\$ 1,80 bilhão.

O valor médio das operações do AgroAmigo em 2015 foi de R\$ 4.100,45. A carteira ativa do AgroAmigo, que em 2014 correspondia a R\$ 2,71 bilhões, atingiu R\$ 3,39 bilhões em 2015, crescimento de mais de 25%.

Dentre as atividades financiadas, a pecuária obteve destaque, conforme demonstrado no Gráfico 6. De acordo com as potencialidades locais, o programa incentiva também outras atividades econômicas, inclusive não agropecuárias, buscando a sustentabilidade dos empreendimentos e a diversificação da carteira. (G4-FS6)

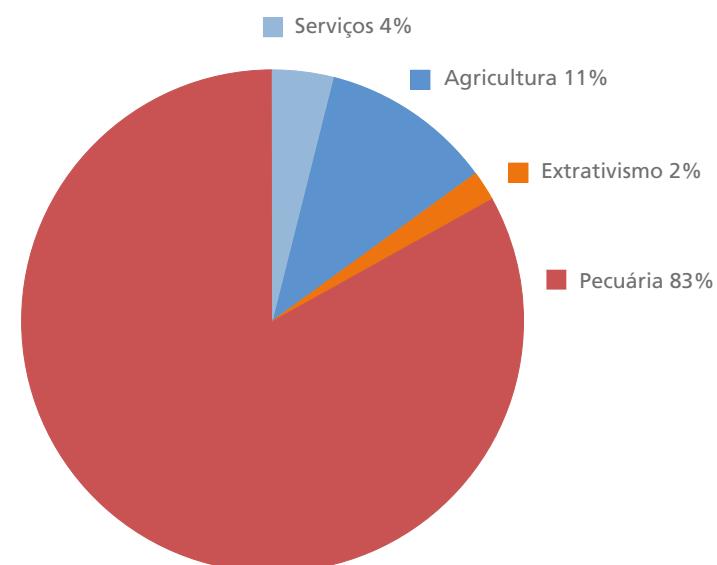


Gráfico 6 – Atividades financiadas pelo AgroAmigo
Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

Em 2015, o AgroAmigo foi considerado o maior programa de microfinanças rurais da América do Sul. O Programa foi responsável pela inclusão financeira de aproximadamente 900 mil agricultores familiares, beneficiados com conta corrente, poupança e cartão de débito.

PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

A prospecção de clientes pelo Agente de Crédito favorece a identificação de mulheres trabalhadoras rurais para contratação de financiamento. Em 2015, um percentual de 47% das operações foi realizado com mulheres.

CONTRATAÇÕES POR REGIÃO (G4-FS6)

No tocante à distribuição das operações do AgroAmigo, em 2015, 69% foram contratadas na região do semiárido nordestino. Esse resultado é bastante satisfatório, haja vista o esforço do Banco do Nordeste de promover financiamentos que objetivam a convivência com a estiagem nessa região, notadamente para os agricultores familiares.



O AGROAMIGO E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Banco integrou-se ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, que tem como objetivo principal elevar a renda e as condições de bem-estar da população.

A atuação do AgroAmigo no Plano Brasil Sem Miséria acontece, principalmente, com o atendimento dos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos:

Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social (MDS). É um Programa de transferência direta de renda com condicionalidades, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Os agricultores familiares beneficiados pelo Bolsa Família também podem ser atendidos pelo AgroAmigo, que concederá microcrédito produtivo e orientado para geração de trabalho e renda, contribuindo para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como, constituindo-se em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo.

Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Inicialmente, os produtores receberão apoio direto do MDA e, em uma segunda fase, contarão com o apoio creditício do AgroAmigo.

Destaque-se, que na posição de dezembro de 2015, o AgroAmigo tinha 1.097.759 clientes, dos quais mais de 52% são beneficiados pelo programa Bolsa Família.

O alinhamento do programa AgroAmigo com as estratégias de políticas públicas do Governo Federal representa importante relevância social e econômica, uma vez que colabora com a melhora de vida de beneficiários do programa Bolsa Família.

Para divulgar este trabalho, o Banco do Nordeste realizou eventos com participação de potenciais clientes beneficiários do Programa Bolsa Família. Além disso, como ações complementares, ocorreram eventos e parcerias com CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Tal parceria intensifica o combate à pobreza e contribui para a redução de desigualdades sociais.

METAS PARA 2016

A meta de contratação para o AgroAmigo é de R\$1,95 bilhões.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Este programa é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, através do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf na região Nordeste.

O público-alvo do programa é estratificado em grupos de mutuários, resultando no enquadramento por meio da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), emitida por entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Compreende agricultores familiares e assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e mutuários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatário ou parceiros, além de pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, quilombolas e indígenas com a mesma faixa de renda.

O Pronaf também disponibiliza linhas de crédito especiais para públicos e atividades específicas: Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf ECO, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia e o Pronaf Semiárido.

RESULTADOS DA CARTEIRA PRONAF (INCLUSIVE AGROAMIGO) EM 2015

No ano de 2015, o Banco contratou 468.310 financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,32 bilhões, alcançando 106% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 66,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia AgroAmigo (Programa de Microcrédito Rural - AgroAmigo). (G4-FS6)

Comparando o resultado obtido em 2015 com o de 2014, houve aumento de 11,5% no volume de recursos aplicados no segmento. No que tange à quantidade de operações, a elevação foi de 8,5%.

No ano de 2015, a região Nordeste registrou mais um ano de estiagem que persiste desde 2012, frustrando a expectativa dos agricultores familiares de reforçarem as estruturas produtivas de seus empreendimentos rurais, pois a prioridade passou a ser a salvaguarda dos rebanhos frente às intempéries climáticas. (G4-FS6)

Em 2015, o Banco aplicou R\$ 1,6 bilhões, correspondentes a 25% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 6,3 bilhões) em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/1995, complementada pela Lei 12.249/2010, que estabelecem a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades. (G4-FS6)

O valor médio das operações Pronaf, como se observa na Tabela 11, mostra-se crescente, tendo em vista os limites de financiamento para os agricultores familiares virem sendo elevados a cada Plano Safra, para adequar-se às demandas de crédito.

Tabela 11 – Pronaf: Valor médio contratado de 2008 a 2015

Ano	Valor Médio Contratado por Operação (R\$)
2008	2.228,91
2009	2.494,39
2010	3.009,97
2011	3.320,17
2012	4.343,32
2013	4.646,69
2014	4.823,84
2015	4.958,84

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

A distribuição por setor de atividade das contratações Pronaf, conforme o Gráfico 7, a seguir, mostra um maior percentual de aplicação na pecuária, que representa o setor tradicionalmente mais explorado pelos agricultores familiares. (G4-FS6)

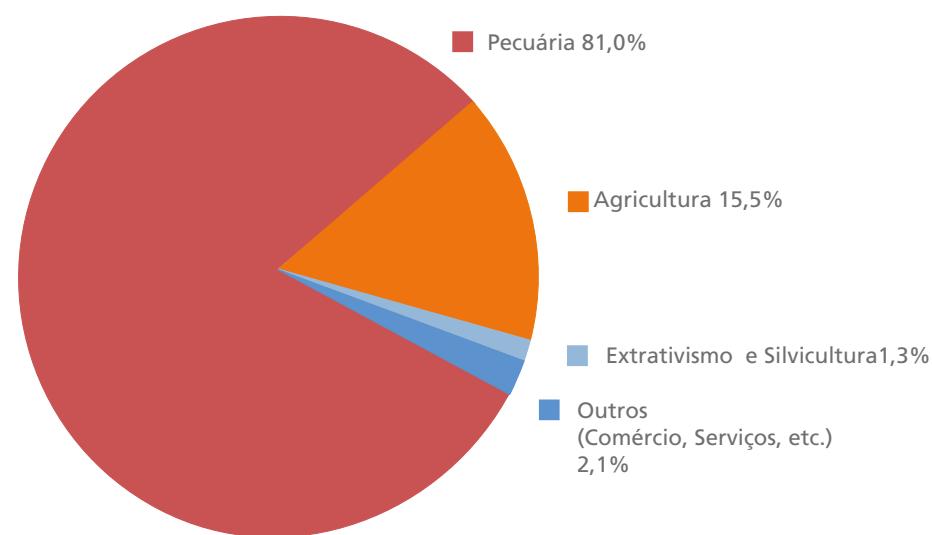
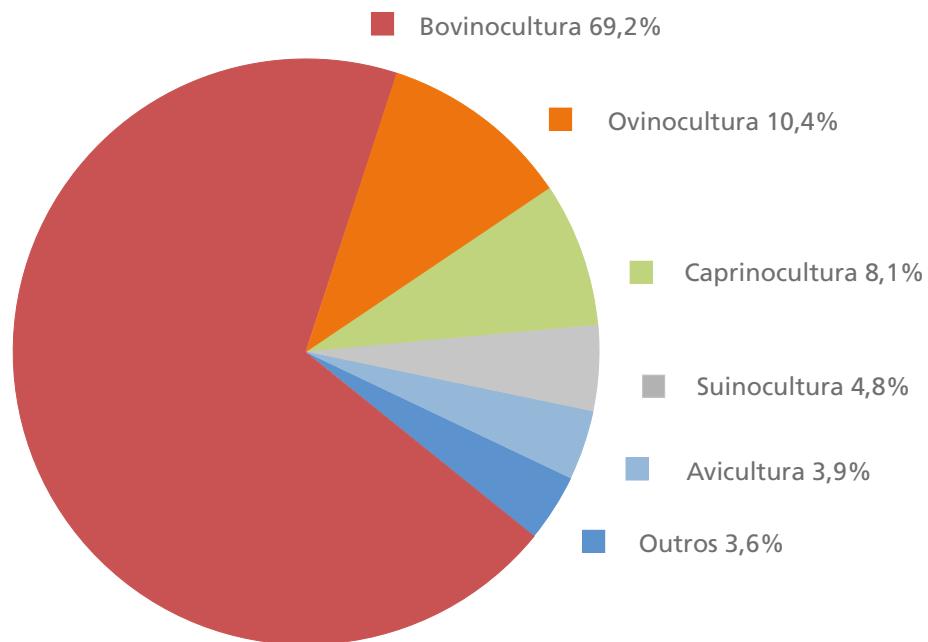


Gráfico 7 – Contratação Pronaf - Distribuição por Setor

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

O Gráfico 8 mostra a distribuição em 2015, das aplicações no setor pecuário, verificando-se que a bovinocultura é a atividade mais representativa no total de financiamentos, o que reflete a tendência da ocupação econômica dos agricultores familiares da Região. (G4-FS6)



Na distribuição das contratações por gênero, as mulheres representam 41,9% das contratações em 2015.

O Grupo Pronaf Mulher, importante linha de crédito voltado para inclusão produtiva da mulher agricultora, representou 41,9% das contratações em 2015.

PARCERIAS

Buscando a sustentabilidade dos empreendimentos familiares rurais, o Banco do Nordeste empreende esforços para a formação de parcerias com outros programas do governo (Figura 7), tais como:

Gráfico 8 – Setor Pecuário: distribuição por atividade (G4-FS6)
 Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

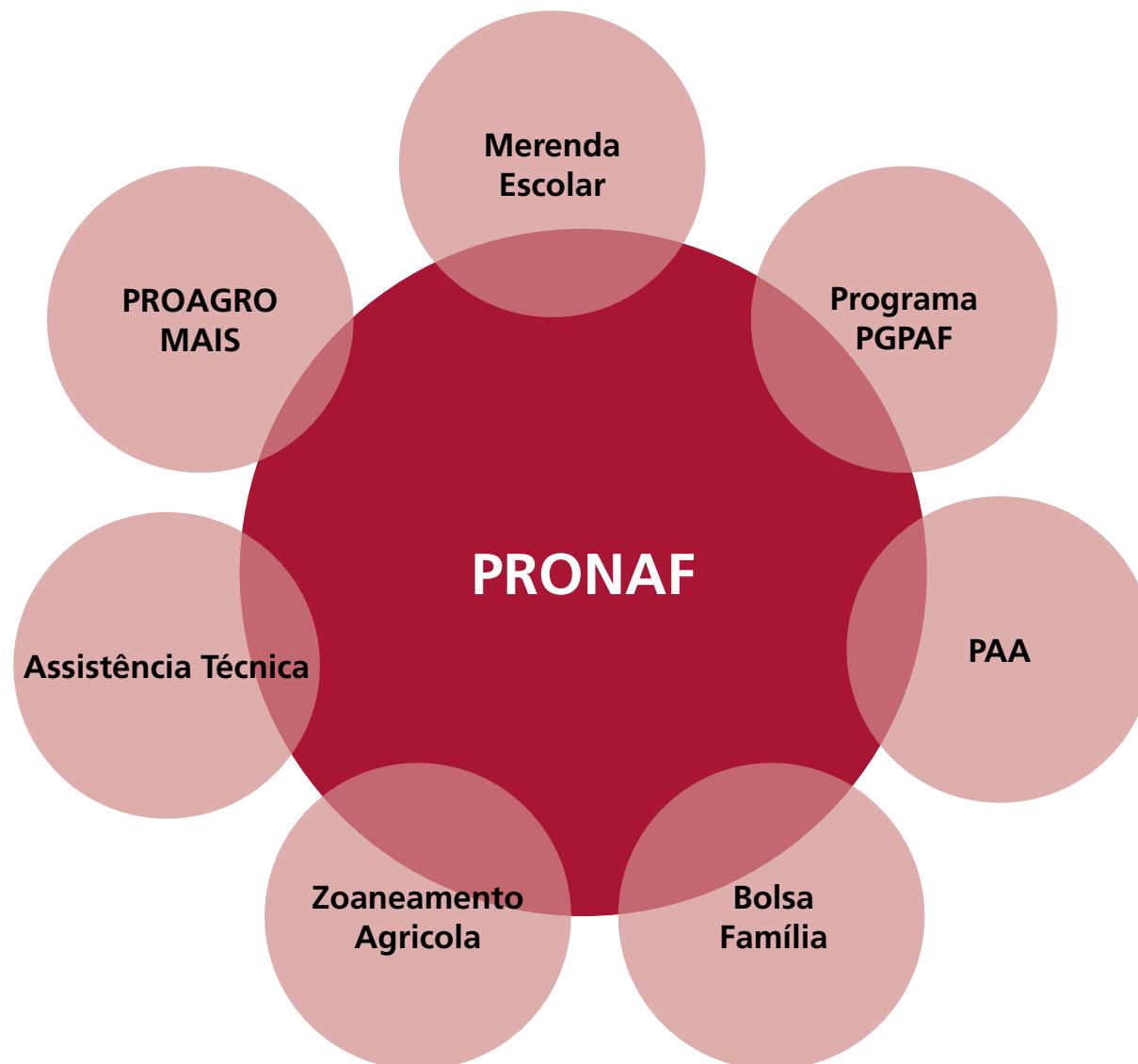


Figura 7 – Parcerias do Pronaf
 Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar, 2015.

- i. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos estudantes da rede pública.
- ii. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) – concessão de um bônus aos agricultores familiares que contraírem financiamento de investimento ou custeio, quando o preço de mercado do produto financiado estiver abaixo do custo de produção (preço de garantia).
- iii. Programa de Aquisição de Alimentos da Conab (PAA) – constitui-se em mecanismo complementar ao Pronaf no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte dele para pessoas em risco alimentar.
- iv. Zoneamento Agrícola - É um trabalho técnico, conduzido pela Embrapa, com a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que através da identificação dos riscos climáticos, principalmente, com respeito à falta de água durante os estágios críticos das lavouras (ou culturas), procura definir as melhores épocas de plantio.
- v. Proagro Mais - criado no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), tem por objetivo atender produtores vinculados ao Pronaf nas operações de custeio agrícola.
- vi. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) – programa para contratação de serviços de assistência técnica de forma contínua, com pagamento por atividade mediante a comprovação da prestação dos serviços.
- vii. Bolsa Família - O AgroAmigo, mediante articulação com as coordenações estaduais do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), acompanha a participação dos beneficiários desse programa assistencial em sua carteira de clientes.

METAS PARA 2016

A meta de contratação para o Pronaf é de R\$ 2,4 bilhões (incluindo o R\$ 1,95 bilhão do AgroAmigo).

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)

O Banco do Nordeste financia a aquisição de imóveis rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2015, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 815 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 48,3 milhões, sendo 728 operações no valor total de R\$ 25,6 milhões do SAT, e 87 operações no valor total de R\$ 22,7 milhões do SIC.

No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 14 operações, no valor total de R\$ 999 mil.

METAS PARA 2016

O Banco do Nordeste participa do Programa Nacional de Crédito Fundiário na qualidade de agente financeiro encarregado da gestão e do repasse dos recursos aos clientes do programa, operacionalizando as linhas de financiamento concebidas pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Dessa forma, as metas são estabelecidas pelo Ministério, que mobiliza os parceiros do Programa para seu atendimento.





GESTÃO AMBIENTAL

O Banco do Nordeste acredita que o desenvolvimento regional passa pela necessidade de conciliar lucratividade com conservação dos recursos naturais.

Para supervisionar o desempenho econômico, ambiental e social, o Banco do Nordeste conta com a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável.

Dessa forma, tem-se trabalhado para manter 6 compromissos com as questões socioambientais, incorporando a variável ambiental em suas práticas negociais e administrativas e buscando, dentre outras diretrizes:

- Informar, sensibilizar e engajar continuamente seus públicos nas políticas e práticas de sustentabilidade do Banco;
- Desenvolver uma cultura de consumo consciente de recursos naturais nos processos internos;
- Financiar ações e projetos que visem à sustentabilidade.

Um dos meios usados para a realização destas e outras ações socioambientais acontece por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Banco do Nordeste. Além de ser uma ferramenta de inserção da sustentabilidade, o SGA busca adequar as atividades do Banco às diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa proposto pelo Ministério do Meio

Ambiente (MMA) que busca implementar a gestão sustentável das atividades administrativas e operacionais do governo federal.

O SGA do Banco do Nordeste adota as seguintes linhas de ação prioritárias: Uso Sustentável de Recursos; Coleta Seletiva Solidária e Gestão de Resíduos.

USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS ENERGIA ELÉTRICA

No que se refere à energia elétrica, em 2015, o consumo total foi de 51.872, MWh (Mega Watt Hora), ou 186.739,20 GJ (Giga Joule). Para esse cálculo, foram consideradas 316 unidades do Banco.

Comparando-se esse número com o resultado de 2014, consumo total de 50.811,85 MWh (Mega Watt Hora), ou 182.922,66 GJ (Giga Joule), verifica-se que houve acréscimo de aproximadamente 2,09%, justificado pelo aumento do número de unidades em funcionamento, que passou de 304 para 316, um acréscimo de aproximadamente 4% no número de unidades. (G4- EN6)

O Banco do Nordeste continuou, em 2015, adotando as mesmas medidas praticadas em 2014 e nos anos anteriores com relação à racionalização do consumo de energia em suas instalações, quer através da reforma de agências antigas ou da instalação de novas agências. (G4- EN6)

Em todas as unidades novas instaladas e que entraram em funcionamento em 2015 foram adotadas especificações de luminárias, reatores e equipamentos com foco na racionalização e redução do consumo de energia elétrica.

COMBUSTÍVEIS

O Banco do Nordeste possui uma frota de veículos locados, que é utilizada para realizar serviços à Instituição. Essa frota é composta por automóveis e tratores que são abastecidos com óleo diesel e gasolina. Além disso, o Banco utiliza geradores que são movidos a diesel. (G4-EN3)

No que se refere a óleo diesel, foram gastos R\$ 5.212,78. Considerando o preço médio anual de R\$ 3,29 o litro, temos um consumo anual aproximado de 15.839,75 litros de óleo diesel utilizado para abastecimento de caminhões, caminhonetes, vans e grupos geradores.

No que se refere ao consumo de gasolina, foram gastos R\$ 67.318,79. Considerando o preço médio anual de R\$ 3,96 o litro, temos um consumo anual aproximado de 16.999,69 litros de gasolina utilizada para abastecimento de automóveis de uso da administração. Não possuímos controle de consumo de litros por combustível, portanto, o consumo foi estimado pelo valor gasto do contrato de fornecimento de combustíveis no ano 2015 dividido pelo valor obtido no site da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Não possuímos controles que identifiquem na planta o consumo isolado de refrigeração em relação ao consumo de eletricidade. Não há consumo com aquecimento ou vapor.

ÁGUA

Toda a água de consumo do CAPGV provém das seguintes fontes:

Poços – 245.791,00 m³

Cagece – 33.482,00 m³

Reaproveitamento pela ETE – 40.880,00 m³

Reaproveitamento % = 16,63%

Todas as águas servidas do CAPGV são encaminhadas para a Estação de Tratamento de Esgoto localizada próximo à Portaria 2 do Centro Administrativo.

Atualmente, o volume de efluente médio é de 300 m³/dia ou 3,5 l/s, sendo 100% tratado por meio de tecnologia de lodos ativados do tipo aeração prolongada.

O tratamento se inicia com a remoção de sólidos grosseiros e finos na entrada (lixo e areia), por meio de uma grade e uma caixa de areia, e posteriormente bombeado para o processo biológico.

A ETE possui 2 unidades principais: a primeira é o tanque de aeração, onde é feita a mistura, aeração e agitação do efluente com o lodo em recirculação; a segunda é o decantador, responsável pela separação da matéria sólida do líquido. O líquido já clarificado é posteriormente desinfetado com hipoclorito de sódio, e reutilizado nos jardins do Centro Administrativo, bombeado por uma estação elevatória final, atendendo não só ao padrão de reúso como também para lançamento em corpo receptor.

Por se tratar de um tratamento secundário de alta eficiência, a qualidade do efluente tratado traz grande segurança sanitária, atendendo à toda legislação ambiental. Segue resultado feito pelo Laboratório Tratágua no dia 13.08.15 (Quadro 9).

Quadro 9 – Resultado de tratamento de efluente

PADRÕES DE EMISSÃO	RESULTADO	FAIXA DE LIMITES RECOMENDADOS
Ph	7,45	5,0..9,0
Temperatura	27,9	<40°C
Materiais sedimentáveis	Ausente	<_1,0ml/Lh
Sólidos suspensos totais	Ausente	<_50,0mg/L
Susbtâncias solúveis em hexano	12,0	<_50,0mg/L
Materiais flutuantes	Ausente	Ausente
Dqo	35,28	<_200mg/L
Bactérias grupo coliforme termotolerantes(fecais)/100ml	5000	<_5000

Fonte: Ambiente de Gestão de Patrimônio, 2015.

Para a operação e manutenção da ETE, o BNB conta com equipes elétrica, mecânica e hidráulica. Também possui contrato com empresa especializada para dar consultoria e assistência técnica operacional, no sentido de obter os melhores resultados.

Diante da escassez hídrica no Estado, o BNB adota há tempos a prática do reúso, irrigando seu jardim com 100% do efluente tratado, que também já possui nutrientes (N e P) que contribuem para um melhor crescimento da vegetação. (G4 –EN10) Ao mesmo tempo, evita o lançamento do efluente tratado no canal do sangradouro da lagoa do Passaré.

O Banco não realiza controle e acompanhamento do descarte de água em outras unidades fora do CAPGV, considerando que a escala desses efluentes é reduzida, e considerando a dispersão das unidades, não justificando economicamente a manutenção de uma estrutura de controle.

Nos últimos anos, em todas as obras de construção ou reforma de prédios de uso do BNB, foi adotada como especificação padrão a utilização dos materiais a seguir relacionados, o que impactou na redução do consumo de água e energia:

- torneiras para lavatórios e válvulas de descarga para mictórios com fecho automático;
- caixas de descarga para vasos sanitários com consumo reduzido (6 litros);
- luminárias de alto rendimento;
- lâmpadas fluorescentes econômicas com reatores eletrônicos de partida rápida.

Ademais, o mobiliário que está sendo instalado por ocasião das reformas, além de atender às exigências de ergonomia e durabilidade, caracteriza-se por sua modularidade e intercambialidade, o que proporciona redução dos espaços ocupados e maior racionalidade no uso do espaço construído, evitando desperdícios e ambientes ociosos.

PAPEL

Em 2015, foram consumidas 124.455 resmas¹ de papel, aproximadamente 295 toneladas, o que correspondeu a uma redução de 28,2% em relação ao ano anterior. Tal redução representa uma economia de aproximadamente 116 toneladas de papel. (G4-EN1).

A redução de consumo de papel está relacionada ao gerenciamento da utilização de cópias e de impressão de documentos no Banco, permitindo aos gestores um acompanhamento sistemático da utilização dos equipamentos de reprodução de suas respectivas Unidades.

¹ Para cálculo da quantidade de papel consumida, foi somado o valor total pago pelo Banco, em reais, em 2015 e dividiu-se pelo valor estimado de uma resma (considerado R\$14,16), chegando-se ao quantitativo de 124.455 resmas. Esses valores em reais foram obtidos do Sistema de Pagamentos do Banco (S320). Para o cálculo em toneladas foi feita estimativa, em que cada resma corresponde a 2,37 Kg.

COPOS DESCARTÁVEIS

Em 2015, o consumo de copos descartáveis de 150ml foi da ordem de 11,67 milhões de unidades², correspondendo aproximadamente a 19,3 t, o que correspondeu a uma redução de 1,6%, em relação ao ano anterior. Tal redução representa uma economia de aproximadamente 0,32 toneladas de plástico (polipropileno). (G4-EN1).

A economia de 0,32 toneladas na utilização polipropileno deve-se a ações de conscientização do usuário acerca do uso sustentável dos recursos naturais, iniciada em 2013.

Em 2015, o Banco, não recebeu multas significativas e não recebeu sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais (G4-EN29).

GESTÃO DE RESÍDUOS (G4-EN23)

Em atendimento ao decreto nº 5.940/2006, o Banco do Nordeste realiza, desde 2007, o Programa Coleta Seletiva Solidária, que tem como objetivo promover o descarte seletivo de resíduos recicláveis produzidos nas dependências do Banco e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em 2015, o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV) e outras 9 unidades do Banco (Fortaleza- Bezerra de Menezes, Aracaju-Centro, Aracaju-Siqueira Campos, Imperatriz, Maracanaú, Paulo Afonso, Surubim, Salvador Pituba, Salvador Barra e Edifício Miguel Calmon), doaram o total de 21,89 toneladas de resíduos recicláveis para associações e cooperativas de catadores.

A periodicidade de coleta de resíduos recicláveis no CAPGV ocorre semanalmente, enquanto que nas outras 9 unidades do Banco realizam a coleta seletiva solidária mensalmente.

O total de resíduos recicláveis destinados tem reduzido ao longo dos últimos anos (Gráfico 9). Em 2015, esse número foi inferior aos resultados obtidos em 2014, que destinou 63,46 toneladas, uma diminuição de 65,5% em relação ao valor total de coletado no Banco.

Podemos observar também uma diminuição de 83,3% em relação aos resíduos coletados especificamente CAPGV, quando em 2014 havia sido coletado 54,3 toneladas e em 2015 foram apenas 9 toneladas coletadas pelas associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (Gráfico 9).

² Para cálculo da quantidade de copos descartáveis consumida, foi somado o valor total pago pelo Banco, em reais, em 2015 e dividiu-se pelo valor estimado de um pacote com 100 copos (considerado R\$2,14), chegando-se ao quantitativo de 116.721 pacotes com 100 copos descartáveis de 150ml, ou 11,67 milhões de unidades. Esses valores em reais foram obtidos do Sistema de pagamentos do Banco (S320). Para o cálculo em toneladas foi feita estimativa, em que cada copo de plástico de 150ml corresponde a 1,65g.

COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS

(valores em toneladas)

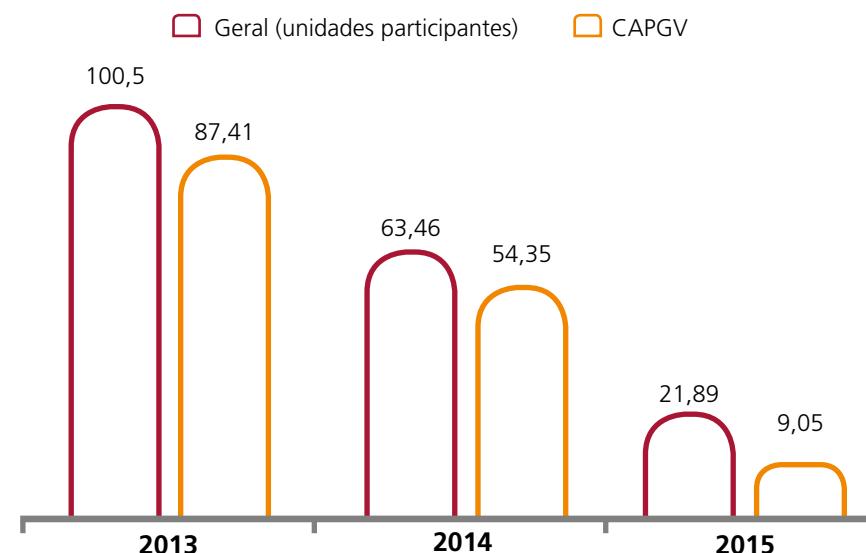


Gráfico 9 – Quantidade de resíduos recicláveis coletados

Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento, 2015.

Além dos resíduos recicláveis, o CAPGV e demais unidades do Banco geram em suas atividades outros tipos de resíduos, tais como: resíduos de equipamentos eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, óleo mineral, resíduos de podas e resíduos de construção civil.

Destes, os que são considerados potencialmente poluentes, tais como equipamentos eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes e óleo mineral vêm sendo coletados por empresas especializadas, responsáveis por sua coleta, descontaminação e destinação final adequada.

Não há periodicidade de coleta de óleo mineral, resíduos eletroeletrônicos e lâmpadas. O recolhimento desses materiais ocorre por empresas especializadas, quando os reservatórios de coleta estão nos limites de suas capacidades. Destaca-se que o Banco não dispõe de informações referentes aos tratamentos realizados pelas empresas que realizam a coleta e transporte das lâmpadas, óleo mineral e resíduos eletroeletrônicos.

No tocante aos resíduos eletroeletrônicos, as unidades encaminham estes para o CAPGV que centraliza a destinação geral do material. Já a coleta de lixo comum, resíduos de construção civil e resíduos de podas acontece mensalmente, por empresa especializada.

Além disso, o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas e outras 09 unidades do Banco doaram resíduos recicláveis para as associações e cooperativas de catadores. A coleta e o transporte desses resíduos são realizados pelas próprias associações e cooperativas, não gerando custos para a Instituição.

Ressalte-se também a contratação de empresa especializada para realização da coleta e destinação dos resíduos não recicláveis gerados no CAPGV (lixo comum, resíduos de poda, resíduos de construção civil).





PORTAL DA SUSTENTABILIDADE

O Portal da Sustentabilidade, local montado no Centro de Treinamento da Direção Geral do Banco, em Fortaleza, continua oferecendo, para seus funcionários, oficinas, palestras e aulas ao ar livre. Possui, ainda, espaços temáticos, com o objetivo provocar uma reflexão sobre a atual situação do planeta, com relação às consequências ambientais.

Dentre esses locais temáticos, destacam-se:

Cine Verde: Oferece mais de seis horas de vídeos de curta duração sobre assuntos sociais e ambientais, incluindo diversas tecnologias de convivência com o semiárido. A ideia é informar os frequentadores sobre as principais ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas no mundo e também no Banco.

Bodega do Orgânico: Aberta semanalmente, oferece aos empregados do Banco alimentos livres de agrotóxicos. Durante o ano 2015, ocorreram 12 Mostras do Orgânico. Além da venda de produtos de qualidade, o espaço também conta com textos informativos sobre produção orgânica, consumo consciente e energias renováveis.

Jardim Permacultural: Espaço totalmente pensado com consciência ecológica, uma verdadeira aula de crédito verde e permacultura ao ar livre. Oferece aos seus visitantes uma série de ideias inovadoras e fáceis de serem replicadas. Lá também estão expostas as linhas de crédito ambiental do Banco do Nordeste.

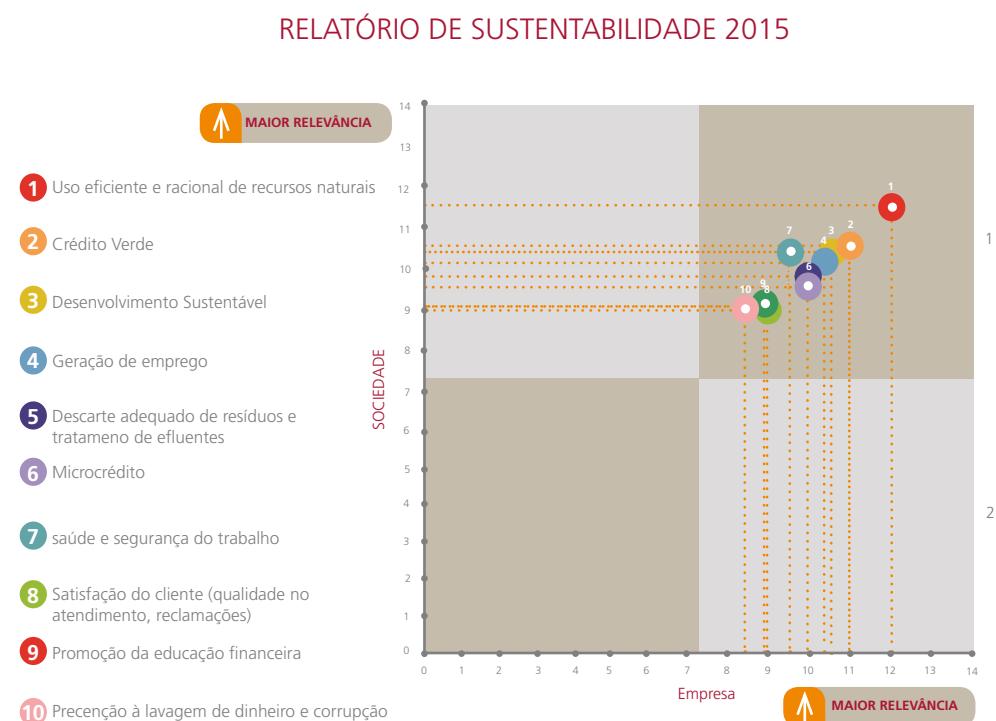


PÚBLICOS DE INTERESSE (Stakeholders)

O Banco do Nordeste busca dialogar com seus clientes, colaboradores, fornecedores, governo, indústria bancária, instituições de desenvolvimento, acionistas, sociedade e comunidade, que formam o seu público de interesse (stakeholders), conforme disposto na Figura 8, de maneira transparente com intuito de estreitar laços de parceria em prol do desenvolvimento regional sustentável. (G4-25)

Visando permitir maior integração e conhecimento quanto ao relacionamento com cada grupo de público de relacionamento, a direção do Banco em parceria com as demais áreas definiu as partes interessadas, cuja classificação destas consta em nossos normativos. A definição deste público é utilizada, por exemplo, quando da formação de público-alvo para eventos institucionais, ações de comunicação, promoção de engajamento com *stakeholders*, planejamento e inteligência estratégica. (G4-25)

Figura 8 – Matriz de Responsabilidade do Relatório de Sustentabilidade 2015



Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento, 2016.

Como forma de retratar esse relacionamento com seus públicos de interesse, o Banco do Nordeste para elaborar este relatório os contatou por meio de pesquisa, objetivando obter suas considerações e incorporá-las nas ações da organização(Figura 8).

Em 2016, a matriz de materialidade foi construída a partir de consultas realizadas ao público interno (Agências e Direção Geral) e ao público externo, com representantes dos segmentos: sociedade e comunidade, fornecedores, governo, acionistas e clientes. Em complemento a essas informações, também foram considerados na elaboração da referida matriz os seguintes documentos: Política de Responsabilidade Socioambiental, Objetivos Estratégicos, Código de Conduta Ética, Relatórios organizacionais; bem como os Princípios do

Pacto Global, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e temas relevantes do setor financeiro.

A matriz de materialidade foi gerada em conformidade com os resultados auferidos com os temas de maior destaque, conforme disposto figura 8.

Indicador (G4-24) (G4-26) (G4-27)

Quadro 11 – Matriz de Materialidade – Relatório de Sustentabilidade 2015

Grupo de stakeholders	Formas de engajamentos	Ferramentas/Canais do BNB utilizadas	Periodicidade
Clientes	Telefone/ email	Ouvidoria	Permanente
	Telefone/ email	Central de Relacionamento com o cliente	Permanente
	Internet	Internet Banking	Permanente
	Eventos culturais	Centros Culturais	Diária
	Workshop/ videoconferência	Dialogando com o Cliente	Semestral
	Internet/telefone	Pesquisas de satisfação	Semestral
	Internet	Relatório de Sustentabilidade	Anual
Colaboradores	Telefone/ email	Ouvidoria	Permanente
	Internet	Internet Banking	Permanente
	Telefone/email	Comissão de ética	Permanente
	Intranet	Pesquisas de Opinião	Ocasionalmente
	Intranet/eventos	Agenda Ambiental na Administração Pública	Permanente
	Presencial	Portal da Sustentabilidade	Permanente
	Intranet	Noticias.com	On line
	Intranet	Dianet	Diária
	Imprensa	Revista Conterrânea	Mensal
	Intranet	Revista TV	Mensal
	Telefone	Canal com a Presidência	Permanente
	Internet	Relatório de Sustentabilidade	Anual
Fornecedores	Editais	Licitação	De acordo com a demanda
	Internet/telefone	Pesquisas de satisfação	Semestral
	Internet	Relatório de Sustentabilidade	Anual

Continua

Grupo de stakeholders	Formas de engajamentos	Ferramentas/Canais do BNB utilizadas	Periodicidade
Governo	Internet	Relatório de Sustentabilidade	Anual
	Eventos/Grupos de Trabalho/Linhas de crédito	Programas Governamentais	De acordo com a demanda
	Parceiras/Convênios	Órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal	Permanente
	Eventos	Agenda Ambiental na Administração Pública	Permanente
Indústria Bancária	Troca de informações/ participação em Câmaras Técnicas	Febraban	Permanente
	Troca de informações	Bacen	Permanente
	Compartilhamento de Tecnologias	Banco do Brasil	Permanente
Instituições de Desenvolvimento	Trocas de informações/Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	Sudene/Condel	Permanente
	Internet/ impresso	Relatório de Sustentabilidade	Anual
	Apoio à pesquisa e difusão tecnológica no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Científico – Fundeci/ Fundo Fase/Convênios	Universidades/ Centros de Pesquisas	Semestral
	Publicação de artigos na Revista REN – Revista Econômica do Nordeste (publicação do BNB)	Universidades/ Centros de Pesquisas	Trimestral
Acionistas	Internet	Relatório de Sustentabilidade	Anual
	Internet	Relatório Anual	Anual
	Presencial	Reuniões do Conselho de Administração	Mensal
Sociedade e Comunidade	Patrocínio de projetos relacionados aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Idosos, Lei de Incentivo ao Esporte, Lei de Incentivo ao Idoso, por meio de editais.	Conselhos da Criança e do Adolescente e do Idoso	Anual
	Distribuição dos resíduos sólidos para associações e cooperativas de catadores	Agenda Ambiental na Administração Pública	Permanente
	Eventos culturais	Centros Culturais	Diária
	Apoio às entidades carentes e beneficentes	Showroom de produtos artesanais	Mensal
	Eventos culturais	Espaços Nordeste	Diária

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.





COLABORADORES (AS)

GESTÃO PARTICIPATIVA

A Política de Desenvolvimento Humano do Banco inserida em seu sistema normativo consolida-se com as negociações permanentes, que ocorrem normalmente em todos os meses. Tais negociações são marcadas pelas discussões quanto a questões relativas ao Acordo Coletivo de Trabalho e outras de interesse do funcionalismo, firmando um relacionamento permanente e construtivo com as entidades representativas dos empregados do BNB.

Entre as premissas de gestão de pessoas adotadas pelo Banco, ressaltam-se a democracia e a participação. Na prática, a participação dos empregados é incentivada e ocorre por meio de fóruns, colegiados e demais instâncias, bem como por meio da ouvidoria geral. Além dos meios institucionais existem comissões paritárias formadas com a participação de empregados indicados pelas entidades representativas do Banco (Quadro 11).

Em 2015, os esforços estarão voltados para que o processo de negociações seja contínuo, visando uma assinatura do Acordo Coletivo próximo à data-base da categoria.

Quadro 11 – Gestão participativa 2015

	2015	2014
Número de greves registradas no período	1	1
Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva (G4-11)	100%	100%
Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva (G4-LA4)	Não há prazo estabelecido em acordo coletivo.	Não há prazo estabelecido em acordo coletivo.

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

O Banco do Nordeste por meio da CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste – é patrocinador dos planos de pensão para seus colaboradores. São eles: o plano de Benefícios Definidos (BD) e o plano de Contribuição Variável (CV I).

A CAPEF é uma entidade fechada de previdência complementar que propicia aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 2002. O plano CV I, autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25.03.2010, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, e iniciou suas operações em 2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20 de 15.12.1998, registrando em 31.12.13 a relação contributiva de 1:1.

PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios

destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

RESPEITO AO INDIVÍDUO

A Consolidação das Normas de Desenvolvimento Humano representa o conjunto dos Direitos e Obrigações aplicado no âmbito da relação trabalhista entre os seus empregados e o Banco. Este instrumento normativo representa o sumo das Políticas de Desenvolvimento Humano e das disposições legais pertinentes ao Direito Trabalhista, Previdenciário e Social, aplicados em sintonia com as Políticas e Diretrizes do Conselho de Administração do Banco, da Diretoria e com os anseios dos empregados.

COMPROMISSO COM OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE, COMBATENDO O TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO.

Em relação à proteção à criança e ao trabalhador adolescente, o Banco assinou o Pacto de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, faz parte do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil (Feeti) e do Programa Jovem Aprendiz, regido pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000, que estabelece o cumprimento de uma cota de 5% a 15% do quadro funcional, para a contratação de jovens entre 14 e 24 anos na condição de aprendizes, com o objetivo de facilitar a inserção de adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade, no Mercado de Trabalho Formal.

O Decreto 5.598, de 01.12.2005, regulamenta a contratação de aprendizes e estabelece princípios para formação técnico-profissional do aprendiz, bem como apresenta os direitos trabalhistas, tais como remuneração, jornada, atividades teóricas e práticas, FGTS, férias, vales transporte, hipóteses de extinção e rescisão do contrato de aprendizagem.

O Banco do Nordeste estabeleceu critérios para admissão ao Programa Jovem Aprendiz BNB: estar regularmente matriculado na rede pública de ensino, no mínimo na 9ª. Série do ensino fundamental, ter bom aproveitamento e frequência regular à escola, com notas acima de 6(seis), idade entre 15 e 16 anos e pertencer à família em situação de vulnerabilidade social.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO

O Banco prima pela boa relação com seus públicos de relacionamento, os *stakeholders*. Em relação ao público interno, o Banco aderiu ao programa Pró-Equidade de Gênero, desde 2007, ganhando selo pró-equidade por dois anos consecutivos.

São desafios permanentes da gestão de pessoas no BNB proporcionar aos seus empregados:

- a) melhor qualidade de vida;

- b) oportunidade de crescimento profissional;
- c) reconhecimento à potencialidade individual, criatividade e inovação;
- d) educação permanente;
- e) remuneração digna e justa;
- f) ambiente de trabalho alicerçado na democracia, participação, transparência, respeito, harmonia, cordialidade, liberdade de expressão, reconhecimento e solução negociada dos conflitos em todos os níveis;
- g) ambiente físico adequado e seguro.

Quadro 12 – Diversidade e Igualdade de oportunidades

	2015	2014	Meta 2016
Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	N/D	N/D	N/D
Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	Vide abaixo	Vide abaixo	N/D

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

O Banco do Nordeste adota uma postura de compromisso e respeito às diferenças, onde busca desconstruir possíveis atitudes ou comportamentos que afetem homens e mulheres no mundo do trabalho (Quadro 13).

O Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste no seu Art. 5º afirma que defende o direito à diversidade de qualquer natureza e combate toda e qualquer forma de discriminação.

O Banco também foi uma das primeiras organizações públicas do país a incluir mulheres em seu quadro funcional mediante concurso público, mostrando que a equidade de gênero está inerente às políticas da instituição.

Mantém um Plano de Carreira e Remuneração que define os salários para os cargos e funções ocupados por seus empregados, de forma que a remuneração para empregados que ocupam um mesmo nível de cargo e de função seja igual. Variações individuais ocorrem por conta de remunerações adicionais relacionadas, principalmente, a tempo de serviço e enquadramento em planos de funções anteriores.

O Banco do Nordeste desenvolve continuamente diversas ações de combate ao preconceito, nas dimensões de gênero, etnia, orientação afetivo-sexual e pessoas com deficiência.

Por meio de sua Comunidade Virtual de Aprendizagem, o Banco promove treinamentos relacionados a aspectos de direitos humanos. São eles: Atendendo Bem Pessoas com Deficiência; Libras; Princípios e Valores Éticos na Prática Negocial; Integração e Colaboração; Pessoas com Deficiência – Direitos e Deveres.

O Banco contrata empregados por meio da realização de concursos públicos, obedecendo à legislação quanto às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais. Quando estes são convocados, recebem um acompanhamento quanto às condições e adaptação ao trabalho. Desse modo, o Banco não conta com empregados temporários.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E CARREIRA

O Plano de Carreira e Remuneração se constitui na estrutura a partir da qual o empregado pode estabelecer sua trajetória profissional no Banco. É baseado no Plano de Cargos e no Plano de Funções que apresentam critérios de ingresso e de ascensão definidos.

O cargo constitui o perfil de competências profissionais exigido de cada empregado, diferenciado quanto ao nível de complexidade de suas atribuições e requisitos de acesso, acompanhando o empregado durante sua permanência no Banco, desde a sua admissão. Reúne informações relacionadas à educação formal, conhecimentos, habilidades, atitudes, experiência profissional, situação funcional e processo seletivo requeridos, estando dispostos nos eixos de nível fundamental, médio e superior.

O Plano de Funções é a estrutura que agrupa as diversas categorias de Funções em Comissão, conforme seus eixos de carreira, requisitos de ingresso, descrição dos perfis de competências e responsabilidades associadas, referências e faixas salariais correspondentes.

No Plano de Carreira e Remuneração é adotado o conceito de competência, objetivando o contínuo desenvolvimento dos empregados, em consonância com a missão, visão, valores e estratégias institucionais e com ênfase em resultados.

A Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva é definida pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas do Banco (AGO), ao aprovar o Limite Global de Remuneração para vigorar por um ano, contado a partir de mês de abril. A proposta necessita ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração e submetida ao Ministério da Fazenda e Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trata-se de um orçamento autorizativo para o período definido pela Assembleia.

CUIDADOS COM SAÚDE, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), composto por Médicos e Engenheiros do Trabalho, Técnicos de Segurança e Enfermagem do Trabalho desenvolve programas legais com vista ao monitoramento da saúde dos trabalhadores e da prevenção do desenvolvimento de doenças, não só as que são associadas ao risco da atividade, mas abordando a saúde integral dos empregados, além da prevenção de riscos ambientais de trabalho.

Os Exames Periódicos, realizados anualmente, geram informações para o planejamento das ações de saúde e a conscientização dos empregados quanto aos cuidados a serem tomados com sua saúde, disponibilizando exames que possibilitam o diagnóstico precoce de várias patologias, sem se limitar às que são associadas à atividade laboral. Dentre elas, destacamos exames preventivos de câncer de mama, câncer de próstata, bem como aqueles relacionados à prevenção de doenças cardiológicas e oftalmológicas.

Ao longo do ano, foram realizadas ações e campanhas sobre temas diversos alusivos à saúde e segurança do trabalhador, visando à prevenção de doenças ocupacionais e à promoção da saúde e da qualidade de vida. Estas ações demonstram o compromisso do Banco do Nordeste em proporcionar um nível de qualidade de vida cada vez melhor para todos os empregados, e ao mesmo tempo, aumentar a produtividade.

Para proporcionar momentos de integração entre equipes, prevenir doenças osteomusculares, combater o estresse e ainda estimular a prática de atividades físicas pelos colaboradores, o Banco desenvolve ainda o Programa Melhoria da Qualidade de Vida, disponibilizando atividades nas próprias unidades para beneficiar o máximo de colaboradores.

Quadro 13 – Monitoramento da saúde dos trabalhadores e da prevenção do desenvolvimento de doenças

	2012	2013	2014	2015	Meta 2016
Média de horas extras por empregado/ano (G4-LA6)	24,54	16,40	13,89	13,78	
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,39%	0,48%	0,20%	0,19%	0,0
Índice de absenteísmo (G4-LA6)	5.967	6.697,16	7.360,48	7.080,63	6.000,00
Percentual dos acidentes que resultaram em afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço	91,67%	88,46%	85,71%	71,43%	50,00%
Percentual dos acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (G4-LA6)	0	0	0	0	0
Percentual dos acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (G4-LA6)	1	0	0	0	0

	2012	2013	2014	2015	Meta 2016
Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional. (G4-LA5)	CIPA*: Entre 50% e 75%	CIPA*: 50% e 75%	CIPA*: 54%	CIPA*: 90,35%	100
Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região. (G4-LA6)	Taxa Lesões: 0,49 Taxa doenças ocupacionais: 0,21 Taxa dias perdidos: 99,88 Total de óbitos no período (decorrentes de lesão ou doença relacionada ao trabalho) 4: 1	Taxa Lesões: 0,34 Taxa doenças ocupacionais: 0,28 Taxa dias Perdidos: 88,90 Total de óbitos no período (decorrentes de lesão ou doença relacionada ao trabalho) : 0	Taxa Lesões: 0,26 Taxa doenças ocupacionais: 0,15 Taxa dias Perdidos: 75,52 Total de óbitos no período (decorrentes de lesão ou doença relacionada ao trabalho) : 0	Taxa Lesões: 0,25 Taxa doenças ocupacionais: 0,29 Taxa dias perdidos: 60,85 Taxa óbitos: 0	Taxa Lesões: 0,0 Taxa doenças ocupacionais: 0,00 Taxa dias perdidos: 0,00 Taxa óbitos: 0
Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação às doenças graves.	Realização de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde relacionadas no texto anterior ao quadro.	Realização de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde relacionadas no texto anterior ao quadro.	Realização de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde; Atendimento e acompanhamento de empregados afastados por problema de saúde.	Realização de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde; Atendimento e acompanhamento de empregados afastados por problema de saúde.	Realização de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde; Atendimento e acompanhamento de empregados afastados por problema de saúde.
Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	Auxílios para filhos portadores de necessidades especiais Horário para amamentação Assistência para vítimas de assalto CIPA Acidentes de Trabalho Garantias a portadores de doenças não profissionais	Auxílios para filhos portadores de necessidades especiais Horário para amamentação Assistência para vítimas de assalto CIPA Acidentes de Trabalho Garantias a portadores de doenças não profissionais	Auxílio Dependente com Deficiência Auxílio creche especial Horário para amamentação Assistência para vítimas de assalto e sequestro Auxílio enfermidade Alimentação ao empregado Adiantamento emergencial Indenização por morte ou invalidez permanente em decorrência de assalto Indenização por morte em viagem a serviço Percentual: 20%	Auxílio Dependente com Deficiência Auxílio creche especial Horário para amamentação Assistência para vítimas de assalto e sequestro Auxílio enfermidade Alimentação ao empregado Adiantamento emergencial Indenização por morte ou invalidez permanente em decorrência de assalto Indenização por morte em viagem a serviço Percentual: 20%	

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

1. As informações do quadro acima se referem apenas aos empregados do Banco do Nordeste.
 2. Os acidentes com lesão foram obtidos a partir da análise das informações existentes nas investigações de acidentes elaboradas e CATs** emitidas, arquivadas na Gerência de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida. As doenças ocupacionais referem-se aos casos que possuem registro no INSS (benefício em espécie acidentária) a partir da emissão de CATs** ou pela aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico pelo médico perito.
 3. A taxa de dias perdidos de 2014 considerou tanto afastamentos motivados por acidentes de trabalho iniciados naquele ano quanto os iniciados em anos anteriores.
 4. Óbito decorrente de acidente no trajeto trabalho-casa.
 5. No recorte deste indicador não foram inclusos os diretores e o presidente.
- * CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes formal ou representante formal.
** CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho junto ao INSS

TEMAS RELATIVOS À SEGURANÇA E SAÚDE COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS

- Auxílio dependente com deficiência
- Auxílio-creche especial
- Horário para amamentação
- Assistência para vítimas de assalto e sequestro
- Auxílio enfermidade
- Alimentação ao empregado
- Adiantamento emergencial
- Indenização por morte ou invalidez permanente em decorrência de assalto
- Indenização por morte em viagem a serviço (G4-LA8)

Quadro 14 – Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho. (G4-LA6)

Indicadores de saúde e segurança no trabalho*	2015	2014	2013	2012
TL: Taxa de lesões	0,25	0,26	0,34	0,49
TDO: Taxa de Doenças Ocupacionais	0,29	0,15	0,28	0,21
TDP: Taxa de Dias Perdidos	60,85	75,52	88,9	99,88
TA: Taxa de Absenteísmo	7.080,63	7.360,48	6.697,16	5967
Total de óbitos no período	0	0	0	1

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

Quadro 15 – Total de trabalhadores por gênero, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região. (G4-LA1) (G4-10)

	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Número de colaboradores por tipo de emprego	Homens			Mulheres			Total		
Diretores/ Presidente	7	7	7	0		0	7	7	7
Gestão Principal	384	374	319	86	83	59	470	457	378
Coordenação e Gestão Intermediária							0	0	0
Gestão Intermediária	1437	1370	1332	553	529	524	1990	1899	1856
Coordenação	594	525	541	360	326	324	954	851	865
Funções Técnicas	1319	1302	1206	803	775	756	2122	2077	1962
Funções de Assessoria e Apoio	30	27	34	49	48	48	79	75	82
Não comissionados	1091	1069	907	517	544	429	1608	1613	1336
Fora do PCR	4			4			8		
Total	4866	4.674	4.346	2372	2.305	2.140	7238	6.979	6.486
Número de colaboradores por tipo de contrato									
Diretoria	7	7	7	0	0	0	7	7	7
Empregados (CLT)	4859	4667	4339	2372	2305	2140	7231	6972	6479
Total	4866	4674	4346	2372	2305	2140	7238	6979	6486
Número de colaboradores por tipo de região									
Alagoas	199	196	160	107	103	92	306	299	252
Bahia	740	705	680	347	338	305	1087	1043	985
Ceará	1654	1579	1478	884	845	815	2538	2424	2293
Distrito Federal	6	4	4	14	14	16	20	18	20
Espírito Santo	37	34	38	17	16	14	54	50	52
Maranhão	376	366	334	122	118	113	498	484	447
Minas Gerais	257	244	225	109	107	97	366	351	322
Paraíba	288	284	265	128	128	122	416	412	387
Pernambuco	450	448	367	268	272	226	718	720	593
Piauí	313	289	293	123	122	112	436	411	405
Rio de Janeiro	6	7	7	4	5	7	10	12	14
Rio Grande do Norte	279	266	259	113	109	99	392	375	358
Sergipe	257	245	230	133	123	117	390	368	347
São Paulo	4	7	6	3	5	5	7	12	11
Total	4866	4.674	4.346	2372	2.305	2.140	7238	6.979	6.486

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

Quadro 16 – Taxas de contratação por faixa etária, gênero e região (G4-LA1)

Por faixa etária	Taxa de Contratação Homens (%)	Taxa de Contratação Mulheres (%)	Total
Menor que 30 anos	33,04%	34,47%	33,50%
Entre 30 e 50 anos	4,61%	4,37%	4,52%
Maior que 50 anos	0,22%	0,00%	0,16%
Total	7,44%	7,42%	7,43%

Região	Por estado	Taxa de Contratação Homens (%)	Taxa de Contratação Mulheres (%)	Total
Alagoas	NORDESTE	7,04%	5,61%	6,54%
Bahia		9,19%	8,93%	9,11%
Ceará		6,89%	6,79%	6,86%
Maranhão		10,90%	10,66%	10,84%
Paraíba		5,21%	3,13%	4,57%
Pernambuco		6,00%	5,97%	5,99%
Piauí		8,31%	7,32%	8,03%
Rio Grande do Norte		7,89%	12,39%	9,18%
Sergipe		4,67%	9,77%	6,41%
Espírito Santo	SUDESTE	13,51%	17,65%	14,81%
Minas Gerais		6,61%	6,42%	6,56%
Rio de Janeiro		0,00%	0,00%	0,00%
São Paulo		25,00%	0,00%	14,29%
Distrito Federal	CENTRO-OESTE	0,00%	0,00%	0,00%
Total		7,44%	7,42%	7,43%

Por faixa etária	Taxa de Contratação Homens (%)	Taxa de Contratação Mulheres (%)	Total
Menor que 30 anos	1,73%	0,84%	2,56%
Entre 30 e 50 anos	1,18%	0,59%	1,76%
Maior que 50 anos	0,86%	0,60%	1,46%
Total	3,76%	2,02%	5,78%

Região	Por estado	Taxa de Contratação Homens (%)	Taxa de Contratação Mulheres (%)	Total
Alagoas	NORDESTE	0,14%	0,04%	0,18%
Bahia		0,70%	0,34%	1,04%
Ceará		1,28%	0,74%	2,02%
Maranhão		0,39%	0,11%	0,49%
Paraíba		0,19%	0,06%	0,24%
Pernambuco		0,26%	0,19%	0,45%
Piauí		0,25%	0,10%	0,35%
Rio Grande do Norte		0,21%	0,19%	0,40%
Sergipe		0,13%	0,12%	0,25%
Espírito Santo	SUDESTE	0,04%	0,02%	0,06%
Minas Gerais		0,16%	0,09%	0,25%
Rio de Janeiro		0,00%	0,00%	0,00%
São Paulo		0,03%	0,01%	0,04%
Distrito Federal	CENTRO-OESTE	0,00%	0,01%	0,01%
Total		3,76%	2,02%	5,75%

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

COMPORTAMENTO FRENTE A DEMISSÕES

As demissões ocorrem em sua maioria por iniciativa dos empregados. Quando o empregado demonstra comportamentos em desacordo com as normas de conduta do Banco, a ocorrência é relatada para um Comitê Disciplinar, que segue com os trâmites administrativos, dando oportunidade de defesa e apuração da responsabilidade. Ao final do processo, podem ser aplicadas penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Quadro 17).

Quadro 17 – Comportamento frente a demissões

	2015	2014	2013
Número de empregados no final do período	7231	6972	6479
Total do passivo trabalhista no fim do período	R\$ 249.461.469,95	R\$ 221.610.210,22	R\$ 198.290.798,38
Total de processos trabalhistas em aberto no fim do período.	1.031	882	882
Número total de demissões no período	276 (*)	402	75
Número total de admissões no período	538 (**)	897	378
Percentual de demitidos acima de 45 anos de idade em relação ao número total de demitidos.	78,99%	85,07%	21,33%

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.

(*) Total de Saídas em 2015 = 285, sendo 276 demissões, 8 falecimentos e 1 aposentadoria.

(**) Total de entradas em 2015 = 544, sendo 521 nomeações, 17 nomeações sub judice, 2 mudanças de status funcional (Demitido – Ativo), 3 mudanças de status funcional (demitido – sub judice), 1 mudança de status funcional (demitido – licença saúde sem ônus).

PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA

Por orientação estratégica da empresa, o Programa de Preparação de Aposentadoria e Pós-Carreira (Quadro 18) foi temporariamente suspenso para análise e melhoria do programa.

Quadro 18 – Preparação para aposentadoria

	2015	2014
Número de beneficiados pelo programa de preparação para aposentadoria	0	0
Número de lideranças e chefias treinadas quanto à questão do impacto emocional da aposentadoria e importância da preparação do empregado.	0	0

Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas, 2015.





UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO BANCO DO NORDESTE

As ações de desenvolvimento dos empregados do Banco são geridas pela Universidade Corporativa que tem sua atuação amparada no pressuposto de que o conhecimento é um ativo vital para a instituição e, portanto, necessita do desenvolvimento de ações contínuas para que o conhecimento

seja gerado, compartilhado e acumulado, proporcionando o desenvolvimento de competências alinhadas às suas estratégias.

A Universidade Corporativa pauta suas ações e decisões em conformidade com as políticas gerais da Superintendência de Desenvolvimento Humano e, como tal, guardam estreita sintonia com as orientações empresariais oriundas do planejamento estratégico.

As ações de capacitações são planejadas para cada ano e são consolidadas no documento denominado Plano de Educação Corporativa. A sua execução é concretizada através de ações de incentivo para que os empregados venham a adquirir novos níveis de escolaridade, participando de programas de educação formal (ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação) e, ainda, proporcionando capacitações voltadas para a educação profissional que é composta por programas de capacitação externa - promovidos por outras instituições - e capacitação interna, que pode ser desenvolvida em diversas modalidades, como: aprendizagem presencial, ensino a distância, célula de conhecimento, treinamento em serviço, programas de certificação e programas de intercâmbio (Quadros 19 a 23).

Em 2015, o Banco deu prosseguimento aos esforços de adequação das ofertas de treinamento ao modelo de gestão por competências, premissa que deverá perdurar por todo o ano de 2016.

Ainda em 2015, foi dada continuidade à implantação do novo sistema de Avaliação de Desempenho e de Gestão da Aprendizagem denominado o Integrarh, que congregará o novo modelo de avaliação de desempenho por competências e plataforma de educação corporativa.

Esta nova modalidade de avaliação de qualidade no trabalho utilizada pelo Banco do Nordeste cobre todos empregados da instituição, independentemente, de gênero e categoria funcional, com exceção dos diretores e presidente. (G4-LA11)

Quadro 19 – Atuação da Universidade Corporativa

Cargo	Número de colaboradores Verificado no indicador G4-10			Número de colaboradores que receberam avaliação de desempenho			Percentual de colaboradores que receberam avaliação de desempenho (G4-LA11)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Diretores/Presidente	7	0	7	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Gestão Principal	384	86	470	380	86	466	98,96%	100,00%	99,15%
Gestão Intermediária	1437	553	1990	1435	552	1987	99,86%	99,82%	99,85%
Coordenação	594	360	954	590	360	950	99,33%	100,00%	99,58%
Funções Técnicas	1319	803	2122	1307	797	2104	99,09%	99,25%	99,15%
Funções de Assessoria e Apoio	30	49	79	26	48	74	86,67%	97,96%	93,67%
Não Comissionados	1091	517	1608	930	463	1393	85,24%	89,56%	86,63%
Fora PCR	4	4	8	2	1	3	50,00%	25,00%	37,50%
Total	4866	2372	7238	4670	2307	6977	95,97%	97,26%	96,39%

Fonte: Universidade Corporativa, 2015.

Média de horas de treinamento por ano, por funcionário discriminadas por categoria funcional

Quadro 20 – Média de Horas de Capacitação por Eixo de Função e por Gênero (G4-LA9)

Função	F	M	Média Geral
1-Gestão Principal	71,10	66,99	67,74
2-Gestão Intermediária	65,39	72,39	70,45
3-Coordenação	80,37	101,61	93,60
4-Funções Técnicas	67,55	68,57	68,18
5-Funções de Assessoria e Apoio	57,51	100,73	73,92
6-Não comissionado	188,41	185,43	186,39
Total geral	95,46	100,15	98,61

Fonte: Universidade Corporativa, 2015.

(*) Estes dados referem-se somente dos funcionários ativos aprovados nos treinamentos.

(**)O cálculo de horas de treinamento é realizado por funcionário, pois este durante o ano poderá migrar de categoria função.

Quadro 21 – Horas de Capacitação por Eixo de Função (G4-LA9)

Função	Quantidade	Média de Horas
1-Gestão Principal	31.838	67,74
2-Gestão Intermediária	140.190	70,45
3-Coordenação	89.293	93,60
4-Funções Técnicas	144.688	68,18
5-Funções de Assessoria e Apoio	5.840	73,92
6-Não Comissionado	301.210	186,39
Total geral	713.059	98,61

Fonte: Universidade Corporativa, 2015.

Quadro 22 – Horas de Capacitação por Gênero (G4-LA9)

Gênero	Quantidade	Média por Gênero
F	226.433	95,46
M	486.626	100,15
Total geral	713.059	98,61

Fonte: Universidade Corporativa, 2015.

Quadro 23 – Capacitação por Empregados (G4-LA9)

Função	Quantidade	Horas Total
1-Gestão Principal	2.014	31.838
2-Gestão Intermediária	8.003	140.190
3-Coordenação	5.264	89.293
4-Funções Técnicas	7.938	144.688
5-Funções de Assessoria e Apoio	321	5.840
6-Não comissionado	16.485	301.210

Fonte: Universidade Corporativa, 2015.





Com o intuito de estreitar o relacionamento com seus clientes, o Banco do Nordeste procura avançar continuamente na melhoria de seus serviços, ampliando canais e pontos de contato que possam abranger esse público.

Os segmentos de microcrédito urbano e rural totalizam 3.129.440 clientes, correspondendo a 76,9% do total de 4.069.511 clientes ativos do Banco em dezembro de 2015. Para esse público foram realizadas ações específicas de orientação para o crédito, capacitação e apoio creditício e inserção bancária, apoiando o esforço do Governo Federal de ampliação do microcrédito. Em relação a 2014, houve um aumento de 8% na base de clientes do Banco (Tabela 12).

Tabela 12 – Clientes Ativos - Pos. Dez/2015

Segmento	Dez/2014	Dez/2015
MPE	71.062	81.427
EMPRESARIAL	5.751	7.182
MPPR	106.739	88.760
PESSOA FISICA	123.600	122.239
GOVERNO	1.634	1.567
CREDIAMIGO	1.862.239	2.030.821
AGROAMIGO	940.705	1.098.619
AGRICULTURA FAMILIAR	643.583	638.017
AGRONEGÓCIO	813	879
TOTAL	3.759.126	4.069.511

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.

A pesquisa de satisfação com clientes realizada em 2015 teve o objetivo de mensurar o grau de satisfação dos clientes do Banco do Nordeste em relação às seguintes variáveis e indicadores, obtendo-se os índices no Quadro 24 a seguir.

Quadro 24 – Resultado da pesquisa de satisfação com clientes em 2015

Variável	Indicadores	Índice de Satisfação
Rede de agências	Quantidade, localização, acesso e conforto	84%
Atendimento	Interesse e educação dos funcionários, acesso ao gerente, conhecimento dos produtos pelos funcionários, quantidade e agilidade dos caixas, tempo de espera, atendimento prioritário,	85%
Produto e serviços	Produtos adequados, tarifas, juros, documentação necessária para obter crédito, exigência de garantia, agilidade na liberação do crédito.	83%
Autoatendimento	Segurança, quantidade de equipamentos, quantidade de transações possíveis, horário de funcionamento.	81%
Nordeste Eletrônico (<i>Internet banking</i>)	Segurança, facilidade, quantidade de serviços.	91%
Nordeste Eletrônico (<i>Mobile banking</i>)	Segurança, facilidade, quantidade de serviços.	92%
Centro de relacionamento	Atendimento telefônico, quantidade de serviços, interesse dos atendentes, tempo de resposta.	85%
Índice geral de satisfação do cliente		85%

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.

O índice de satisfação de 85% representa uma melhoria em relação aos dois anos anteriores, quando se obteve 80% em 2013 e 82% em 2014.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Em 2015, o Banco deu continuidade à expansão da sua rede de atendimento, com o objetivo de assegurar uma maior presença junto ao cliente, a fim de proporcionar-lhe um atendimento mais satisfatório. Para tanto, foram disponibilizadas ao público em 2015, mais sete novas agências, conforme Quadro 25 a seguir. (G4-13)

Quadro 25 – Expansão da rede de atendimento em 2015

AGÊNCIA	UF
União	PI
Fortaleza Parangaba	CE
Abreu e lima	PE
Caruaru – Maurício de Nassau	PE
Olho d'água das flores	AL
Lauro de freitas	BA
Pinheiros	ES

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.

De acordo com o planejamento de ampliação da rede, o Banco chegou ao número de 296 agências abertas ao público. Houve também a expansão da quantidade de unidades de atendimento de microfinança urbana, sendo inauguradas mais 18 unidades, somando-se um total de 449 unidades de atendimento; além de 202 unidades de atendimento de microfinança rural, em funcionamento ao final do ano de 2015 (Quadro 27). (G4-13)

Quadro 26 – Pontos de Atendimento Presenciais

Canais Presenciais	2013	2014	2015	Meta 2016
Agência	232	289 ¹	296 ¹	321
Posto de Atendimento	5	2	2	1
Unidade de Atendimento de Microfinança urbana (CrediAmigo)	426	431	449	474
Unidade de Atendimento de Microfinança Rural (AgroAmigo)	169	180	202	218
Espaço Nordeste	30	28	0	0
Total	862	930	949	1.014

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.

Nota: ¹ Até 2013 foram informadas as agências autorizadas pelo BACEN e, a partir de 2014, passamos a considerar as agências abertas ao público.

A previsão para 2016 é que sejam instaladas mais 25 agências e 41 unidades de atendimento de microfinanças, números que levarão o Banco a atingir um total de 1.014 pontos de atendimento presenciais.

Com relação aos Espaços Nordeste, tendo em vista o término da parceria, em dezembro de 2013, entre o Banco do Nordeste e o Instituto Nordeste Cidadania – INEC, entidade responsável pela sua operacionalização, foi definida a desmobilização desses canais de atendimento, processo este concluído em 2015.

CENTRO DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES E INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC) atua por meio de vários canais, ora recebendo solicitações, ora buscando novos clientes, ora ampliando o relacionamento destes com o Banco. São canais do Centro de Relacionamento: Receptivo Voz, Receptivo

Multimeios e atendimento Ativo.

Durante o ano de 2015, o Centro de Relacionamento prestou 1.733.296 serviços de atendimentos. Desses, 345.216 foram atendimentos receptivos voz (telefone); 85.786 emissão de boletos; 50.363 foram atendimentos multimeios (SIC, WEB, Fale conosco, sítios de reclamação, fax e cartas); enquanto que os atendimentos ativos atingiram, 72% dos atendimentos realizados representando um volume de 1.251.931 atendimentos. Ver detalhamento dos atendimentos na Quadro 27 – Quantidade de Atendimentos em 2015 (abaixo). Entre os atendimentos ativos, cabe citar os e-mails para as agências, denominados “oportunidades de relacionamento”, no total de 7.767, que contribuíram para a realização de prospecção novos negócios.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) recebeu 323 pedidos de informação por meio do e-SIC, sistema para formulação de pedidos via internet, com tempo médio de atendimento de 5,29 dias, bem abaixo do prazo legal de 20 dias. Além dos pedidos formulados, ocorreram 38.921 acessos a informações disponibilizadas na página de “Acesso à Informação”, no site do Banco. Do total de acessos, 3.472 destinaram-se à seção específica do SIC.

Já o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), regulamentado pelo Decreto 6.523/2008, atendeu 208.744 ligações, com tempo médio de espera de 4 segundos e de atendimento de 3 minutos e 33 segundos.

Em 2015, o Centro de Relacionamento prestou atendimentos, por meio de diversos serviços, dentre eles:

- Atendimento receptivo, envolvendo prestação de informações institucionais e sobre produtos e serviços do banco;
- Encaminhamento dos clientes para os locais adequados para realização de negócios;
- Acesso à informação pelos cidadãos;
- Resolução de problemas, em articulação com unidades internas e parceiros;
- Monitoramento do tempo de espera nas agências;
- Promoção de melhorias nos processos internos, produtos e serviços do Banco, a partir da identificação das necessidades dos clientes;
- Atendimento ativo, por meio de avisos antecipados, cobrança de parcelas em atraso, renovação de seguros, monitoramento de eventos suspeitos de fraude, aplicação de pesquisas de satisfação e de mercado e campanhas de renegociação de dívidas, dentre outros;
- Emissão de 2ª via de boletos;
- Prospecção de novos clientes e negócios, a partir do banco de dados de atendimento.

A empresa terceirizada que prestou esses serviços foi a Vanerven Solution, ganhadora da licitação que, em 2014, recebeu a certificação da ISO 9001, que tem por objetivo avaliar a organização interna dos processos das Organizações, visando garantir o desempenho do negócio, redução de custos, satisfações dos clientes e acionistas e motivação dos colaboradores.

Quadro 27 – Quantidade de atendimentos em 2015

Grandes Números CRCIC - 2015	Total
Atendimento Receptivo Voz	345.216
Atendimento SAC / CAC 1º Nível	340.046
Atendimento SAC / CAC 2º Nível	5.146
Atualização Cadastral - Receptivo	24
Emissão de Boletos	85.786
Atendimento Receptivo Multimeios	50.363
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	323
Monitoramento CPI - Banco do Nordeste Web	42.039
Atendimento Demandas Válidas WEB	7.608
Sítios de Reclamação e Sala de Imprensa	391
Carta / Fax	2
Atendimento ATIVO	1.251.931
Negócios Institucionais	504.261
Atualização Cadastral	15.277
Aviso de Reembolso	424.726
Oportunidades de Relacionamento	7.767
Campanhas de Renegociação de Dívidas 12.844 e Resoluções	12.747
Cartão Empresarial - FCDL	1.207
Cartão de Débito - Libera e não utiliza	5.706
Cartão de Débito - Não possui cartão	3.239
Cobrança de parcelas vencidas CAMED corretora	777
Monitoramento Cartão Visa Electron	83
Monitoramento do Sistema de Gerenciamento do Atendimento - SGA	3.976
Monitoramento Nordeste Eletrônico	5.698
Prospecção de Negócios LRG MPE	5.401
Prospecção de Negócios MPPR	915
Pesquisa OUVIDORIA	42
Pesquisa sobre o canal SMS CrediAmigo	554
Pesquisa sobre CrediAmigo - Clientes Evadidos	1.362
Pesquisa de Satisfação - 2º Nível	304
Pesquisa de Satisfação - Cliente MPE	3.355
Pesquisa de Satisfação - Banco do Nordeste	401
Programa BNB de Cultura - Prestação de Contas	29
Renovação de Seguros	10.695
Recuperação de Crédito	450.207
Pronaf Plano de Adimplência	39.760
Recuperação de Crédito – Cobrança Amigável	340.921
Recuperação de Crédito – 2º Nível	69.113
Recuperação de Crédito MPE em atraso maior 200 dias	413
Envio de SMS	297.463
SMS Retirada de CARTÕES	36.495

Continua

Grandes Números CRCIC - 2015	Total
SMS Retirada de CARTÕES AgroAmigo	149.181
SMS Aniversário 63 Anos Banco do Nordeste - Dia 19.07.2015	6.569
SMS Dia do MPE	45.000
SMS - LEI 12.844	24.718
SMS - GREVE	35.500
Total	1.733.296

Fonte: Sistema Clarify e Vanerven Solution, posição janeiro de 2016.

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC) realiza pesquisas de satisfação com os clientes a fim de avaliar o atendimento prestado.

O atendimento telefônico de 1º nível, realizado por empresa terceirizada, é avaliado ao final de cada ligação, de forma opcional para o cliente, mediante pesquisa eletrônica disponibilizada na URA (Unidade de Resposta Audível). Para a avaliação, são feitas três perguntas: 1 – Quanto à educação e cortesia do nosso atendente; 2 – Quanto à atenção dispensada durante todo o atendimento; 3 – Quanto à qualidade e clareza das informações prestadas. Os clientes atribuem as notas: 1 para ótimo; 2 para bom; 3 para regular e 4 para ruim. (G4-PR5)

O resultado das pesquisas de satisfação de 1º nível realizadas em 2015 está disposto na Quadro 28, a seguir: (G4-PR5)

Quadro 28 – Pesquisa de Satisfação – Atendimento de 1º Nível (G4-PR5)

Status	Quantidade	%
Ótimo	82.053	72,55%
Bom	25.542	22,58%
Regular	4.544	4,02%
Ruim	960	0,85%
Total	113.099	100%

Fonte: Sistema BICP (Huawei), 2015.

Além da pesquisa de 1º nível, realizada ao final de cada atendimento, de forma eletrônica, realiza-se periodicamente Pesquisa de Satisfação do Atendimento de 2º nível*, este executado por funcionários do Banco, nos quais são tratadas as reclamações e informações mais complexas. Em 2015, foram realizadas pesquisas de satisfação do 2º nível referentes aos atendimentos prestados em junho e novembro/2015, totalizando uma amostra de 387 pessoas, 81% clientes, 19% não clientes, distribuídos por todos os estados de atuação do Banco. O instrumento utilizado foi questionário estruturado fechado com coleta por entrevista telefônica. Índice de confiabilidade – 95%. Margem de erro – 5% (Quadro 29).

Quadro 29 – Pesquisa de Satisfação – Atendimento de 2º Nível (G4-PR5)

Qualidade do Atendimento		
Status	Quantidade	%
Excelente	104	26,8
Bom	197	50,9
Regular	52	13,4
Ruim	12	3,1
Péssimo	22	5,8
Cordialidade dos Funcionários		
Status	Quantidade	%
Excelente	128	33,1
Bom	197	50,9
Regular	36	9,2
Ruim	9	2,4
Péssimo	17	4,5
Clareza das Respostas		
Status	Quantidade	%
Excelente	106	27,5
Bom	176	45,5
Regular	58	15,1
Ruim	22	5,8
Péssimo	25	6,1
Tempo de Resposta		
Status	Quantidade	%
Excelente	106	27,3
Bom	165	42,7
Regular	67	17,2
Ruim	25	6,6
Péssimo	24	6,1

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.

* Com relação a aplicação da Pesquisa de Satisfação do 2º nível de atendimento, informamos que foram aplicadas em agosto/2015 e janeiro/2016, utilizando bases de clientes de junho/2015 e novembro/2015, respectivamente.

Em 2015, o Centro de Relacionamento não teve registro de reclamação referente à violação de privacidade de clientes. (G4-PR8)

Não se identificou casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários nos processos de comunicação de marketing, publicidade, promoção e patrocínio. (G4-PR7)

OUVIDORIA

Atuando na qualidade de instância de recurso aos clientes e usuários de produtos e serviços ofertados pelo Banco, possui dentre as suas atribuições receber, instruir, analisar e responder, de maneira consubstanciada no Código de Defesa do Consumidor, nos demais normativos vigentes e na boa técnica bancária, as reclamações cujas respostas encaminhadas pelos habituais canais de atendimento não foram consideradas satisfatórias pelos demandantes. Com fundamento nas reclamações recebidas, deve ainda a Ouvidoria encaminhar ao Conselho de Administração proposições de medidas corretivas e de aprimoramento de processos e rotinas. Atua também junto aos clientes e às diversas áreas, exercendo a mediação de conflitos.

O escopo de atuação da unidade contempla as responsabilidades determinadas pela Resolução CMN/BACEN nº 4.433/2015, tendo recebido ao longo de sua existência obrigações adicionais inerentes à disciplina, atendimento e ao relacionamento institucional, a exemplo do tratamento de manifestações de clientes registradas por meio do Sistema de Demandas do Cidadão (RDR/Bacen) e do Sistema CVM/WEB, no âmbito do mercado de valores mobiliários, bem como das manifestações recebidas de entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, de órgãos governamentais e de ouvidorias de outras instituições.

A atuação da Ouvidoria fundamenta-se nos princípios da transparência, independência, imparcialidade e isenção. A Superior Administração do Banco devota efetivo comprometimento com a função da Ouvidoria, na medida em que provê as condições adequadas ao funcionamento da Unidade, em conformidade com a Resolução CMN/Bacen nº 4.433/2015 e com o que dispõe o Estatuto Social do Banco, em seu Capítulo XI – Da Área de Ouvidoria, no qual formalmente estão expressos os ditames da Área e da função de Ouvidor, detalhados de forma complementar no Manual Básico de Ouvidoria e Manual de Procedimentos da Ouvidoria.

O total de manifestações registradas na Ouvidoria e respondidas em 2015 foi de demandas, distribuídas da forma como aparece na Quadro 30.

Quadro 30 – Manifestações de Ouvidoria por Natureza em 2015

NATUREZA	1º Sem 2015	2º Sem 2015	TOTAL
Reclamação	192	217	409
Denúncia	59	61	120
Informação	22	3	25
Sugestão	5	6	11
Elogio	2	6	8
Total	280	293	573

Fonte: Ouvidoria, 2015.

ACESSIBILIDADE (G4-FS14)

O Banco do Nordeste, visando cumprimento ao Decreto 5296/2004 (acessibilidade) aderiu em 15.01.2009, ao chamado “TAC Acessibilidade”,

firmado em 16.10.2008 entre a Febraban e o Ministério Público Federal (além de outros compromitentes). Antes, porém, desse momento, o Banco já havia se antecipado em diversas soluções técnicas visando à acessibilidade de suas agências às pessoas desfavorecidas, principalmente com a inclusão de rotas acessíveis nos projetos dos prédios das agências (calçadas rebaixadas, rampas, elevadores etc.).

O Ambiente de Marketing participou de forma estratégica na definição das ações necessárias à adaptação do Banco no tocante ao ATENDIMENTO AOS CLIENTES que se enquadrassem nos termos do Decreto (pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida). Para tanto, coordenou Grupo de Trabalho, envolvendo à época diversas áreas: Responsabilidade Socioambiental, Produtos e Serviços Bancários, Tecnologia, Jurídico, Educação Corporativa (atual Universidade Corporativa), Marketing, Comunicação Social, Ouvidoria e Cliente Consulta (atual Centro de Relacionamento).

O resultado desse trabalho conjunto resultou na implementação de diversas medidas, relacionadas, dentre outros, aos seguintes itens:

- **Deficiência visual**

- leitura de contratos em voz alta ou por meio eletrônico.
- envio de folheto de orientações em Braille e com letras ampliadas e de porta-cartão em Braille e altorrelevo, por ocasião da emissão de cartões magnéticos.
- adaptação do portal e do internet banking para utilização de leitores de tela.

- **Deficiência auditiva**

- instalação, na central de atendimento, de ponto de recepção de mensagens gerados por telefones adaptados.
- elaboração de curso na CVA para atendimento em LIBRAS (língua de sinais), com ênfase em termos bancários.

- **Geral**

- capacitação dos atendentes das agências no atendimento a pessoas com deficiência;
- instalação de caixas eletrônicos que atendem à norma ABNT NBR 15250 (terminais de autoatendimento acessíveis);
- aquisição de mobiliário para as agências (guichês de caixa e balcão de apoio rebaixados);
- **disponibilização de rotas acessíveis nas agências** (estacionamento, calçadas, rampas, plataformas elevatórias).

Em 2015, deu-se continuidade aos ajustes e melhorias da estrutura física e de comunicação, no que diz respeito à acessibilidade das pessoas desfavorecidas aos produtos e serviços do Banco do Nordeste. Algumas ações foram realizadas nos últimos anos e merecem destaque:

- Disponibilização de rampas de acesso, adaptação de mobiliário, instalação de assentos de uso preferencial, destinação e sinalização de vagas reservadas nos estacionamentos quando essa comodidade estiver disponível para os clientes em geral, instalação de sanitários adaptados para usuário de cadeira de rodas, adaptações de Automatic Teller Machine (ATM);
- Capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), treinamento para prestar assistência às pessoas com deficiência auditiva, além da disponibilização dos cursos Atendendo Bem Pessoas com Deficiência e Pessoas com Deficiência – Direitos e Deveres, conforme disposto na Quadro 31.

Quadro 31 – Oportunidades de capacitação para atendimento a pessoas desfavorecidas em 2015

Estados	Atendendo bem pessoas com deficiência	Libras	Pessoas com deficiência - direitos e deveres	Total geral
AL	58	4	60	122
BA	196	7	198	401
CE	304	11	309	624
DF	1	1	1	3
ES	17	1	17	35
MA	104	3	102	209
MG	89	6	85	180
PB	55	1	51	107
PE	206	5	196	407
PI	106		94	200
RJ		1	1	2
RN	62	3	68	133
SE	94	3	101	198
SP	1		1	2
Total geral	1293	46	1284	2623

Fonte: Universidade Corporativa Banco do Nordeste, 2015.

No acumulado, o Banco do Nordeste já capacitou um total de 5.197 colaboradores, entre empregados, estagiários e jovens aprendizes, na posição de 31.12.2015, visando à excelência do atendimento ao cliente, em especial, às pessoas com necessidades especiais, conforme apresentado no Quadro 32.

Quadro 32 – Oportunidades de capacitação para atendimento a pessoas desfavorecidas (Acumulado)

Estados	Atendendo bem pessoas com deficiência	Libras	Pessoas com deficiência - direitos e deveres	Total geral
AL	119	39	102	260
BA	443	137	388	968
CE	417	89	359	865
ES	41	16	37	94
MA	197	51	177	425
MG	160	45	145	350
PB	123	36	100	259
PE	366	71	333	770
PI	192	48	170	410
RJ	1	1	1	3
RN	170	47	141	358
SE	198	43	185	426
SP	4	2	3	9
Total geral	2431	625	2141	5197

Fonte: Universidade Corporativa Banco do Nordeste Posição, 2015.

Destaca-se ainda que, todas as intervenções realizadas pelo Banco do Nordeste em suas agências adotam como pressuposto a observância aos requisitos legais de acessibilidade e atendimento preferencial.

As agências inauguradas em 2015, de acordo com esse pressuposto, também atendem aos requisitos de acessibilidade. No total foram 7 novas unidades.

SEGURANÇA

O Banco, no intuito de garantir a conformidade com padrões e requisitos de segurança, aperfeiçoou os mecanismos de proteção ao seu sistema de Internet Banking, Nordeste Eletrônico. Como forma de mitigação de riscos e prevenção a prejuízos financeiros para seus usuários, está ampliando o monitoramento e análise de acessos suspeitos de fraude no Nordeste Eletrônico, inserindo-se no contexto do Grupo de Trabalho da Febraban, com apoio do Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação, vinculado à Célula de Segurança da Informação.

Adicionalmente, como medida para mitigação dos riscos operacionais, o BNB contratou serviços gerenciados de segurança da informação, envolvendo análise de vulnerabilidades dos ativos computacionais, bem como teste de segurança de código em aplicações críticas de negócios financeiros.

No aspecto de segurança bancária, em suporte ao Projeto de Novas Agências, foram provisionados dispositivos e recursos de segurança bancária, de forma a assegurar às novas Unidades do Banco do Nordeste ambiente

corporativo seguro para execução de negócios.

Na temática de recursos tecnológicos, o Banco providenciou melhoria nas especificações técnicas de novos terminais de autoatendimento, cofres, armários-cofre, câmeras e aparelhos de gravação digital de imagens, visando elevar o nível de segurança física desses equipamentos e oferecer maior proteção aos usuários.

Preocupado com a educação em segurança, o Banco realizou visitas de consultoria a algumas unidades, onde foram abordadas questões atuais, como crimes relacionados à segurança da informação, prevenção à “lavagem” de dinheiro, e apresentadas soluções para minimizar vulnerabilidades e ajustar procedimentos relativos ao uso dos recursos de segurança instalados na rede de dados corporativa.

Não obstante, procedeu à atualização e adequação do Plano de Contingência em Situações de Crise e dos Planos de Contingência de Serviços Terceirizados.



FORNECEDORES

O Banco do Nordeste trabalha com fornecedores dos seguintes segmentos: informática; engenharia; materiais, mobiliários e equipamentos; comunicações; mão de obra locada; serviços diversos e arrendamento mercantil etc. (G4-12)

A contratação dos referidos fornecedores é realizada de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993) e com os normativos internos vigentes, por meio de licitação ou de contratação direta, nas formas de dispensa ou inexigibilidade de licitação. As exigências legais são realizadas de acordo com o estipulado nos arts 27 a 31 da referida Lei, quando couber. (G4-12)

O controle de todos os contratos administrativos do Banco são gerenciados e fiscalizados por uma Unidade da Direção Geral, ou seja, a área demandadora do serviço/produto contratado. Cada contrato possui pelo menos um gestor e um fiscal da área demandadora do serviços/produtos, que são responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, conforme legislação e normativos internos vigentes. (G4-12)

No ano de 2015 o Banco do Nordeste realizou pagamentos para 1096 contratos, desses 208 foram assinados em 2015 e 888 assinados anterior a 2015. (G4-12)

No entanto, alguns destes podem se relacionar com Banco por meio de mais de um contrato, logo em 2015 o Banco se relacionou com 749 fornecedores. O valor bruto pago em 2015, referentes aos contratos, foi de R\$ 860.590.212,90. (G4-12)

As informações sobre os contratos estão disponíveis no S320 – Sistema Integrado de Recursos Logísticos. (G4-12)

O Banco possui fornecedores de todas as regiões do país e, considerando a especificidade de alguns serviços, há fornecedores estrangeiros. (G4-12)

Os serviços são prestados de forma contínua e por escopo, de acordo com as necessidades do Banco, na forma da legislação e normativos internos vigentes. (G4-12)

CERTAMES LICITATÓRIOS

Em certames licitatórios, o Banco exige a apresentação de declaração do licitante, assinada por seu representante legal, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor(es) de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

O Banco inclui cláusula específica explicitando o combate ao trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz) e na condição análoga a de escravo nos termos de parceria, acordos, convênios, contratos com fornecedores, com exceção de contratos de locação, por não se caracterizar como uma prestação de serviços, bem como quando se trata de adesão de modelo específico de fornecedor exclusivo. Por meio das convenções de trabalho, é assegurado o regime e horário de trabalho dos funcionários da instituição. Além disso, o Banco exige em seus editais que o licitante declare que para a sua participação na licitação não incorreu na prática de atos lesivos à Administração Pública, na forma da Lei nº 12.846/2013, estando ciente das penalidades a que ficará sujeito no caso de cometimento de tais atos.

O Banco do Nordeste pauta a aquisição de bens e serviços com o estrito cumprimento da legislação e normativos vigente, com imparcialidade e transparência no trato com seu público fornecedor.

A gestão dos seus contratos está focada na manutenção dos padrões de qualidade e na apuração de ocorrências por meio de processo administrativo, levando sempre em conta o direito ao contraditório e à ampla defesa por parte de seus fornecedores.

A parceria do Banco com esse público enseja a prestação de um serviço específico aos mesmos, a partir de comunicação sistemática, por mensagem eletrônica, do vencimento do prazo de suas certidões, em face da obrigatoriedade da manutenção de sua regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como com outros Órgãos do Governo. Isto minimiza impedimentos para a liberação do pagamento a fornecedores pela aquisição de bens e serviços ao Banco.

EXIGÊNCIAS DO BANCO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Faz parte das condições de habilitação, em certames licitatórios iniciados pelo Banco do Nordeste, a apresentação de declaração do licitante, devidamente assinada por seu representante legal, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor(es) de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz(es), a partir de 14 anos.

Adicionalmente, o Banco incluiu cláusula específica explicitando o combate ao trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz) e na condição análoga à de escravo nos Termos de Parceria, Acordos, Convênios e Contratos com Fornecedores.

O Banco utiliza em todos os seus editais uma folha de rosto informando sobre a missão do Banco, sua visão na promoção do desenvolvimento sustentável, e como o mesmo atua, apoiado em suas diretrizes estratégicas, políticas de responsabilidade socioambiental e Código de Conduta Ética, em sintonia com as políticas públicas, princípios do Pacto Global e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Nesse documento, o Banco presta esclarecimentos sobre temas diversos como Código de Ética, Relação com os Fornecedores e Outros Parceiros, Atendimento à Legislação e às Normas, Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo, Abolição Efetiva do Trabalho Infantil, Combate à Corrupção em todas as suas Formas, Valorização da Diversidade, Adoção de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do BNB.

Quanto aos contratos administrativos, há algumas exigências para o contratado, dentre elas estão: a observância de procedimento de integridade, conduta ética e adoção de procedimentos anticorrupção na execução dos serviços, atendendo integralmente ao que dispõe a Lei nº 12.846/2013, de forma que ele declara que tem ciência de que o disposto na Lei nº 12.846/2013 aplica-se ao presente Contrato; tem pleno conhecimento do que dispõe a Lei nº 12.846/2013, em especial no que se refere à prática de atos lesivos à Administração Pública, tendo ciência da responsabilização administrativa e civil a que ficará sujeito na hipótese de cometimento de tais atos, além das penalidades aplicáveis, nos termos da referida Lei; tem ciência de que a prática de atos lesivos à Administração Pública, definidos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, sujeitá-lo-á à aplicação das sanções previstas na referida Lei, observados o contraditório e a ampla defesa.

Adicionalmente, o contratado fica também obrigado a:

a) Cumprir fielmente o disposto na Lei nº 12.846/2013, abstendo-se do cometimento de atos lesivos à Administração Pública, definidos no art. 5º da Lei retromencionada, mormente no diz respeito a práticas corruptas e/ou antiéticas.

b) Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do BANCO, cujo teor poderá ser acessado no site www.bnb.gov.br, no seguinte caminho: **Institucional / O Banco / Código de Conduta Ética / Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste do Brasil S/A;**

c) Disseminar entre seus empregados alocados na prestação dos serviços

objeto deste Contrato o conhecimento sobre o disposto na Lei nº 12.846/2013, de modo que seja assegurado que os mesmos entendam os termos da referida Lei e tenham consciência da relevância do tema integridade e ética na execução dos serviços;

d) Cuidar para que nenhuma pessoa ou entidade que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de maneira direta ou indireta, a qualquer empregado do CONTRATANTE, ou a qualquer pessoa ou entidade em nome do CONTRATANTE;

e) Manifestar aos seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste Contrato, bem como a qualquer pessoa ou entidade que aja em seu nome, a proibição de que qualquer um deles utilize meio imoral ou antiético nos relacionamentos com os empregados do BANCO;

f) Cooperar com o BANCO e demais órgãos, entidades ou agentes públicos, em caso de denúncia, suspeita de irregularidades e/ou violação da Lei nº 12.846/2013 referentes ao presente Contrato.

g) Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

h) Orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

i) Apresentar, sempre que for solicitado pelo fiscal deste Contrato, no prazo de 15 (quinze) dias contado da solicitação, Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados vinculados à execução deste Contrato.

j) Permitir, em caráter irrevogável e irretratável, que o Banco forneça aos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, voltados à administração tributária, toda e qualquer informação ou ainda documentos que lhe forem requisitados, relativos a este contrato, em cumprimento às disposições normativas vigentes.

No caso específico da contratação dos serviços de limpeza e conservação, os instrumentos contratuais contemplam, dentre outras obrigações por parte do contratado, as seguintes: adoção de medidas para evitar desperdício de água, estimulando o seu uso de forma adequada por seus empregados; orientação e capacitação dos seus empregados quanto ao uso racional da energia elétrica; redução da geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; utilização de equipamentos com tecnologia adequada e conhecida, de baixa emissão sonora; e fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários a seus empregados.

Assim, independentemente do objeto pretendido pelo Banco, o contrato contempla cláusula que obriga o contratado a adotar práticas sustentáveis na execução dos serviços, a qual poderá sofrer mudanças dada a natureza peculiar de cada objeto, adaptando-se ao caso concreto. A referida medida visa a que o contratado venha a se conscientizar de sua responsabilidade socioambiental durante a execução dos serviços, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Ao longo do ano monitoramos as contas de energia elétrica de diversas unidades do Banco, no sentido de adequar os contratos firmados com as concessionárias locais à demanda real de cada centro consumidor e ao PERFIL de consumo dessas unidades, objetivando a racionalização do consumo de energia elétrica.

Atualmente, a maior parte das licitações realizadas acontece por Pregão Eletrônico. Por esse motivo, a quantidade de fornecedores cadastrados tem sofrido



CENTRO
CULTURAL
BANCO DO
NORDESTE





SOCIEDADE E COMUNIDADE

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

O Banco do Nordeste busca conduzir sua relação com a sociedade visando o desenvolvimento sustentável e a valorização dos princípios da cidadania. A Instituição acompanha e apoia iniciativas realizadas pela sociedade e comunidade que se coadunem com a missão do Banco.

FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Banco do Nordeste aporta recursos financeiros aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundo da Infância e Adolescência - FIA). Os recursos, geridos pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, são destinados a projetos sociais, beneficiando crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Em 2015, o Banco realizou a seleção dos referidos Conselhos por meio de edital. O valor destinado foi de R\$ 1,3 milhão, beneficiando 16 projetos e 2.490 crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Desde 2007, já destinou cerca de R\$ 7,9 milhões ao FIA, beneficiando

158 projetos e cerca de 18.850 crianças e adolescentes de baixa renda. Além do aporte institucional, propiciando a ampliação de uma rede cidadã, o Banco vem realizando, desde 2008, campanhas envolvendo colaboradores(as), clientes e parceiros, visando incentivar destinações adicionais aos Fundos, tendo arrecadado cerca de R\$ 2,372 milhões. Em 2015, a Campanha FIA arrecadou cerca de R\$ 372 mil.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

O Banco do Nordeste, desde 2009, destina recursos financeiros com base na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), em favor de projetos esportivos localizados em sua área de atuação e que utilizem o esporte como ferramenta de inclusão social, principalmente, para o público infanto-juvenil.

Em 2015, o Banco destinou R\$ 1,3 milhão em favor de cinco projetos de natureza esportiva, beneficiando cerca 8.264 crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. O montante destinado pela Instituição, acumulado desde 2009, já ultrapassa a marca de R\$ 6,9 milhões, contemplando 38 projetos e cerca de 25.900 crianças e adolescentes de baixa renda.

LEI DE INCENTIVO AO IDOSO

Desde 2013, o Banco do Nordeste vem destinando recursos para apoio a projetos que beneficiem o público idoso de baixa renda, tendo destinado cerca de R\$ 2,367 milhões para os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso, por meio de editais públicos, beneficiando 2.985 idosos. De forma análoga ao FIA, o Banco vem promovendo Campanhas em prol do Idoso, com seus colaboradores, clientes e parceiros, tendo arrecadado cerca de R\$ 86 mil.

Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD)

Em 2015, o Banco do Nordeste passou a apoiar também projetos sociais na área de saúde, por meio de incentivos fiscais, com base na Lei nº 12.715, de 17.09.2012, que criou os programas Pronon e Pronas/PCD, tendo destinado R\$ 1,4 milhão, apoiando 05 projetos beneficentes, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde, sendo 02 voltados para a prevenção e o combate ao câncer e 03 para estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência. Referidos projetos foram selecionados segundo critérios de caráter social inclusivo para as 3.576 pessoas beneficiadas, de baixa renda, com câncer ou portadoras de deficiência, respectivamente.

SHOWROOM SOCIAL E FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

O Banco do Nordeste realiza mensalmente em sua sede, localizada no Centro Administrativo Getúlio Vargas, em Fortaleza, o Projeto Showroom Social, iniciativa que consiste na exposição e comercialização de artigos

produzidos de forma artesanal pelas próprias entidades participantes, cujos recursos são utilizados na manutenção e melhoria de projetos sociais da comunidade em que atuam.

Assim como, semanalmente, o Banco, seguindo uma política de oferecer oportunidades de participação nas Mostras do Orgânico para diferentes entidades, recebe entidades que vendem produtos alimentícios livres de agrotóxicos, possibilitando o consumo de alimentos mais saborosos e saudáveis, e contribuindo com o meio ambiente. Somente são convidadas a participar dos eventos da Mostra do Orgânico as Entidades que comercializam produtos com certificado de produção orgânica.

CENTROS CULTURAIS BANCO DO NORDESTE

Os Centros Culturais Banco do Nordeste são espaços democráticos de acessibilidade às diversas áreas das artes, mediante a oferta ao público de programação diária e gratuita, constituindo-se em um lugar de encontro para fruição, reflexão e valorização da arte e da cultura universal, nacional e

regional.

Os três centros culturais trabalham de forma integrada, permitindo que as regiões da Grande Fortaleza, Cariri Cearense e Alto Sertão Paraibano participem do circuito das artes brasileiras. Em 2015, a frequência de público foi de 506.304 visitantes, conforme a Tabela 13.

Tabela 13 – Centros culturais e respectivos públicos

Centro Cultural	Público
Fortaleza	172.413
Cariri	166.739
Sousa	167.152
Total	506.304

Fonte: Ambiente de Marketing, 2015.

Em 2015, o acervo das bibliotecas administradas pelo Banco do Nordeste atingiu a significativa marca de 116.061,00 exemplares.





O Banco do Nordeste, na condição de indutor do desenvolvimento sustentável na região Nordeste e objetivando uma maior capilaridade em sua atuação, busca parcerias com outros órgãos e entidades, tanto na esfera pública como na esfera privada, mantém diálogo aberto com integrantes do governo em seus três poderes e atua conjuntamente para realização de ações e execução de programas governamentais. Assim, participa de câmaras, conselhos e outros fóruns promovidos por órgãos do governo, contribuindo para a implementação das políticas públicas, aliando cooperação técnica à prestação de serviços financeiros.

O Banco do Nordeste participa também de associações e comissões para o aprimoramento do setor bancário, tanto em nível nacional, como é o caso da participação na Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), como em nível internacional, que tem como exemplo a participação na Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). (G4-16)

Em Brasília, o Banco do Nordeste mantém escritório vinculado ao Gabinete da Presidência da Instituição com a função de representação na capital federal e interação com os órgãos governamentais.

O Banco conta com superintendências em todos os estados do Nordeste e uma para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo que, além de coordenar a rede de agências em seu território, atuam no relacionamento com os *stakeholders*.

Valor de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país

Conforme o Decreto 99.509/1990, de 5 de setembro de 1990, o Banco do Nordeste não faz doações de qualquer natureza a entidades político-partidárias (Quadro 33). (G4-SO6)

Quadro 33 – Valor de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país

	2015	2014	Meta 2016
Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	0	0	0

Fonte: Gabinete da Presidência, 2015.

PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)

O apoio do Banco do Nordeste à Política Nacional da Habitação por meio da operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) consiste de ação realizada em conjunto com os Ministérios das Cidades e da Fazenda, os governos dos estados da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco e os movimentos sociais.

Viabilizado a partir de Termos de Acordo de Cooperação firmados em 2009 com os órgãos acima mencionados, essa iniciativa envolve recursos financeiros no montante de R\$ 13,8 milhões para promover e viabilizar a construção de 1.283 unidades habitacionais nas áreas rurais dos estados supracitados, distribuídas em 32 municípios.

Até o momento, foram concluídas 723 unidades habitacionais que representam 56% da meta global do programa. Para este ano, está prevista a publicação de uma Portaria Interministerial (Ministério das Cidades e Ministério da Fazenda) que versará sobre a devolução dos recursos não aplicados e a conclusão do PSH.

PROGRAMA CISTERNAS RURAIS

Durante o ano de 2014, foi operacionalizado o contrato de prestação de serviços com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas – 28.483 para o consumo humano (primeira água) e 1.650 de produção (segunda água) – em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba. Esse contrato marca a inserção do Banco do Nordeste no Programa Cisternas, iniciativa do Governo Federal cujo objetivo principal é universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, residentes em comunidades rurais atendidas por sistemas deficitários de abastecimento de água ou que recebam abastecimento difuso. Em 2014, 17.027 famílias foram capacitadas e 12.959 cisternas foram construídas.



INDÚSTRIA BANCÁRIA

Como instituição financeira pública de estímulo a práticas responsáveis, o Banco do Nordeste desempenha importante papel dentro da indústria bancária, participando ativamente de fóruns temáticos e setoriais com os diversos agentes que a compõe. São exemplos as seguintes representações: em diversas câmaras setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Consultivo da RENE/ Ministério da Ciência e Tecnologia; Comitê Gestor do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e do Comitê de Regionalização da Política de Desenvolvimento Produtivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior-MDIC; Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior-MDIC; Instituições de Desenvolvimento, dentre outros.

Além disso, o Banco do Nordeste manteve no ano 2014 participação em entidades representativas nacionais e internacionais, como Febraban – Federação Brasileira de Bancos ; ABNT - Associação Brasileira De Normas Técnicas; ABVCAP - Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital ; Ibmecc - Instituto Brasileiro de Mercados Capitais; Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Anbima-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; ABBC -Associação Brasileira de Bancos; Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento- Alide; Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento- ABDE; Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – Abecs; Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH;

Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento- ABTD; Associação Brasileira de Anunciantes – ABA; Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje; Associação Brasileira de Qualidade de Vida; Associação Brasileira de Educação à Distância- ABED; Associações comerciais; Associação Brasileira de Bancos – ABBC; Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDLs. (G4-16)

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E PATROCÍNIOS

A concessão de patrocínio divulga a atuação do banco, fortalece o conceito e agrega valor à marca, incrementa vendas e gera reconhecimento, ampliando o relacionamento com seus públicos de interesse. É tanto instrumento de negócios como de apoio a projetos culturais, manutenção de relacionamento político-institucional, valorização da identidade nordestina e realização da política de responsabilidade social do Banco.

Como empresa integrante da Administração Pública Federal indireta e do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo Federal (Sicom), o Banco do Nordeste possui uma política de patrocínio em sintonia com a Política de Patrocínio do Governo Federal, que por sua vez é coordenada e regulamentada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR).

O patrocínio é uma das estratégias do Banco do Nordeste para consecução dos seguintes objetivos:

- a) aumentar a visibilidade e notoriedade da marca corporativa e das demais marcas do Banco;
- b) contribuir para alcance dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico do Banco do Nordeste, vigente à época;
- c) contribuir para a fixação do posicionamento estratégico do Banco na mente de seus públicos;
- d) criar e fortalecer vínculos com seus públicos de interesse, de acordo com as características de cada segmento;
- e) estabelecer novas possibilidades de negócios.

Ao longo do ano de 2015 foram concedidos patrocínios a 237 projetos, no total de R\$ 8,1 milhões, contemplando os segmentos institucional, mercadológico, cultural e socioambiental. Destes, cerca de R\$ 3,5 milhões foram destinados para 42 projetos culturais amparados por Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).

FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE (FINOR)

O Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) consiste em um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, constituído de recursos aplicados sob a forma de subscrição de ações e debêntures, conversíveis ou não em ações.

O Finor destina apoio financeiro a empreendimentos instalados ou que vinham se instalar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que tenham por objetivo contribuir para o desenvolvimento da região Nordeste e partes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A principal fonte de recursos do Finor são parcelas do Imposto de Renda devido de pessoas jurídicas de todo o país que optam por aplicar neste Fundo.

O Banco do Nordeste é o órgão operador do Finor, atuando como agente financeiro e administrador de sua carteira de títulos. O Patrimônio Líquido do Fundo atingiu, em 2015, o valor de R\$ 325,3 milhões, apresentando um acréscimo de 6,7% em relação à última posição de 2014, enquanto a receita com taxa de administração sobre a sua carteira alcançou o montante de R\$ 6,9 milhões. Desde 02 de maio de 2001, o Finor está fechado para novos projetos por força da Medida Provisória nº 2.145. Contudo, está mantido até 31.12.2017 o prazo para o exercício da opção de que trata o artigo 9º, da Lei nº 8.167/1991, para os projetos em implantação.

Em 2015, houve transferência de recursos decorrentes de opções para os Incentivos Fiscais do Finor, no montante de R\$ 10.605,1 mil, efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em atendimento ao pleito dirigido ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Integração Nacional.

DEPÓSITO PARA REINVESTIMENTO

O Depósito para Reinvestimento, instituído pelo Governo Federal com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, é um incentivo fiscal que abrange empresas dos setores industrial, agroindustrial, de infraestrutura e de turismo, permitindo-lhes reinvestirem, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento, o percentual de 30% incidente sobre o Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração.

Em 2015, foi captado o montante de R\$ 78,1 milhões, tendo sido liberados R\$ 101,7 milhões. Na posição de 31.12.2015, os depósitos para reinvestimento totalizaram R\$ 315,7 milhões.



SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI PARA A OPÇÃO "DE ACORDO" - ESSENCIAL

Conteúdos padrão gerais	Página	Verificação Externa (Página)
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4.1	5	✓
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4.3	11	✓
G4.4	12	✓
G4.5	11	✓
G4.6	11	✓
G4.7	11	✓
G4.8	11	✓
G4.9	15,16	✓
G4.10	15	✓
G4.11	66	✓
G4.12	82	✓
G4.13	76,77	✓
G4.14	29,42	✓
G4.15	22	✓
G4.16	88	✓
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4.17	16	✓
G4.18	7	✓

G4.19	19	✓
G4.20	9	✓
G4.21	9	✓
G4.22	8	✓
G4.23	8	✓
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4.24	63	✓
G4.25	62	✓
G4.26	63	✓
G4.27	63	✓
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4.28	7	✓
G4.29	7	✓
G4.30	7	✓
G4.31	8	✓
G4.32	7,8	✓
G4.33	8	✓
GOVERNANÇA		
G4.34	25	✓
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4.56	22,33	✓

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO			
Aspectos Materiais	Descrição	Omissão	Verificação Externa
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	G4-EC2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas. (Página 23)		✓
Impactos econômicos indiretos	G4-EC7– Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos. (Página 42)		✓
	G4-EC8 – Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos. (Página 42, 43)		✓
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL			
Aspectos Materiais	Descrição	Omissão	Verificação Externa
Uso eficiente e racional de recursos naturais	G4-EN1 – Materiais usados por peso ou volume. (Página 23,24,58,59)		✓
Uso eficiente e racional de recursos naturais	G4-EN3 – Consumo de energia dentro da Organização. (Página 57)		✓
	G4-EN6 – Redução do consumo da energia. (Página 23,57)		✓
Descarte adequado de resíduos e tratamento de efluentes	G4-EN10 – Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada. (Página 58)		✓
Descarte adequado de resíduos e tratamento de efluentes	G4-EN23 – Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição. (Página 24,59)		✓
Desenvolvimento sustentável	G4-EN29 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com Leis e Regulamentos Ambientais. (Página 59)		✓
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL			
Aspectos Materiais	Descrição	Omissão	Verificação Externa
Geração de emprego	G4-LA1 – Total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região. (Página 70,71)		✓
Geração de emprego	G4-LA4 – Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva. (Página 66)		✓
	G4-LA5 – Percentual da força do trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho. (Página 69)		✓
Saúde e segurança no trabalho	G4-LA6 – Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos. (Página 68,69)		✓
	G4-LA8 – Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos. (Página 78)		✓
Geração de emprego	G4-LA9 – Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional. (Página 74)		✓
	G4-LA11 – Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional. (Página 73)		✓
Prevenção à lavagem de dinheiro e à corrupção	G4-SO4 – Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização. (Página 35)		✓
Prevenção à lavagem de dinheiro e à corrupção	G4-SO5 – Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas. (Página 35)		✓
Prevenção à lavagem de dinheiro e à corrupção	G4-SO6 – Contribuições financeiras para partidos políticos e políticos. (Página 88)		✓
Satisfação do cliente	G4-PR5 – Resultados de pesquisas de satisfação do cliente. (Página 78)		✓
Satisfação do cliente	G4-PR7 – Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos às comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados. (Página 79)		✓
Satisfação do cliente	G4-PR8 – Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade de clientes e perda de dados de clientes. (Página 79)		✓
Crédito verde	G4-FS6 – Percentagem da carteira para linhas de visitas por região específica, por tamanho e por setor (por exemplo MICRO / SME / grande). (Página 12,41,42,50,51,53)		✓
Desenvolvimento sustentável	G4-FS13 – Pontos de acesso a áreas do tipo pouco populosas ou em desvantagem econômica. (Página 42,43)		✓
Microcrédito	G4-FS14 – Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros para pessoas desfavorecidas. (Página 79)		✓
Promoção da educação financeira	G4-FS16 – Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário. (Página 44)		✓

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA

1 - Base de Cálculo		2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		11.310.451			8.450.874		
Resultado operacional (RO)		237.991			1.131.797		
Folha de pagamento bruta (FPB)		1.254.521			1.247.733		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	91.947,67	7,33%	0,81%	79.641,76	6,38%	0,94%	
Encargos sociais compulsórios	323.677,77	25,80%	2,86%	295.142,13	23,65%	3,49%	
Transporte	3.773,26	0,30%	0,03%	3.979,44	0,32%	0,05%	
Previdência privada	102.666,71	8,18%	0,91%	67.304,05	5,39%	0,80%	
Saúde	102.292,82	8,15%	0,90%	95.448,06	7,65%	1,13%	
Segurança e saúde no trabalho	3.743,25	0,30%	0,03%	3.833,25	0,31%	0,05%	
Educação	2.111,02	0,17%	0,02%	2.232,07	0,18%	0,03%	
Cultura	15,44	0,00%	0,00%	54,47	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.490,03	1,08%	0,12%	14.974,34	1,20%	0,18%	
Creches ou auxílio-creche	9.406,16	0,75%	0,08%	7.632,52	0,61%	0,09%	
Participação nos lucros ou resultados	52.833,77	4,21%	0,47%	90.671,89	7,27%	1,07%	
Outros	7.230,16	0,58%	0,06%	11.321,86	0,91%	0,13%	
Total - Indicadores sociais internos	713.188,05	56,85%	6,31%	672.235,84	53,88%	7,95%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	1.299,99	0,55%	0,01%	605,33	0,05%	0,01%	
Cultura	3.060,91	1,29%	0,03%	3.856,56	0,34%	0,05%	
Saúde e saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Esporte	1.300,00	0,55%	0,01%	606,72	0,05%	0,01%	
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Pesquisa e difusão tecnológica	9.000,00	3,78%	0,08%	10.700,00	0,95%	0,13%	
Outros	969,02	0,41%	0,01%	768,40	0,07%	0,01%	
Total das contribuições para a sociedade	15.629,92	6,57%	0,14%	16.537,00	1,46%	0,20%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	148.170,11	62,26%	1,31%	536.083,86	47,37%	6,34%	
Total - Indicadores sociais externos	163.800,03	68,83%	1,45%	552.620,86	48,83%	6,54%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Investimentos e gastos com a educação ambiental para comunidade	16,00	0,01%	0,00%	3,00	0,00%	0,00%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente	16,00	0,01%	0,00%	3,00	0,00%	0,00%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0			0			

Continua

Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0			0		
Passivos e contingência ambientais	0			0		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	7.231			6.972		
Nº de admissões durante o período	544 (1)			896		
Nº de demissões durante o período	285 (2)			403		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.840			2.305		
Nº de estagiários(as)	1.073			911		
Nº de homens que trabalham na empresa	4.859			4.667		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.372			2.305		
Nº de empregados(as) de 18 a 35 anos	2.930			2.761		
Nº de empregados(as) de 36 a 60 anos	3.865			3.830		
Nº de empregados(as) acima de 60 anos	436			381		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,98%(3)(4)			25,98%		
% de cargos de chefia ocupados por homens	74,02%(3)(5)			74,02%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	282			265		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,78%(3)(6)			3,61%		
Nº de pessoas com deficiência	49			46		
Nº de empregados(as) analfabetos ou com ensino fundamental incompleto	13			14		
Nº de empregados(as) com ensino fundamental	56			56		
Nº de empregados(as) com ensino médio	1.874			1.960		
Nº de empregados(as) com ensino técnico	0			0		
Nº de empregados(as) com ensino superior	3.193			2.886		
Nº de empregados(as) pós-graduados	2.095			2.056		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,95			14,98		
Número total de acidentes de trabalho	14			14		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva

Continua

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.374	no Procon 47 (7)	na Justiça 662 (7)	na empresa 8.676	no Procon 62	na Justiça 756
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100 %	no Procon 10,34 % (8)	na Justiça 17,83 % (8)	na empresa 98 %	no Procon 100 %	na Justiça 14,96 %
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1031 (9)			882		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	33 (10)			46		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	87 (10)			85		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 1.922.589,28 (11)			R\$ 7.821.057,31		
Passivo Trabalhista da Entidade	R\$ 249.461.469,95			R\$ 221.610.210,22		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: R\$ 2.104.354			Em 2014: R\$ 2.917.556		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	17,71 % governo	66,25 % colaboradores(as)		25,43 % governo	48,11 % colaboradores(as)	
	14,53 % acionistas	1,51 % terceiros		25,61 % acionistas	0,85 % terceiros	
7 - Geração e Distribuição de Riqueza	2015			2014		
	Valor	% participação	Evolução	Valor	% participação	Evolução
RECEITAS	7.454.290	100,00%	15,22%	6.469.683	100,00%	32,45%
Intermediação Financeira	6.493.215	87,11%	48,88%	4.361.334	67,41%	17,55%
Prestações de Serviços	2.076.273	27,85%	10,31%	1.882.241	29,09%	15,10%
Provisão para Devedores Duvidosos	-1.002.720	-13,45%	135,61%	-425.588	-6,58%	-39,25%
Outras Receitas / Despesas	-112.478	-1,50%	-117,26%	651.696	10,07%	171,90%
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-4.386.448	-58,84%	63,95%	-2.675.549	-41,36%	33,16%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-922.799	-12,38%	9,92%	-839.538	-12,98%	8,63%
Despesas operacionais (materiais de expediente, energia, telefone, água etc)	-76.415	-1,03%	14,26%	-66.876	-1,03%	0,14%
Serviços de terceiros	-480.355	-6,44%	11,32%	-431.505	-6,67%	9,72%
Outras	-366.029	-4,91%	7,29%	-341.157	-5,27%	9,08%
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.145.043	28,78%	-27,40%	2.954.596	45,67%	40,54%
RETENÇÕES	-40.689	-0,55%	9,85%	-37.040	-0,57%	4,60%
Depreciação, amortização e exaustão	-40.689	-0,55%	9,85%	-37.040	-0,57%	4,60%
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.104.354	28,23%	-27,87%	2.917.556	45,10%	41,16%
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.104.354	28,23%	-27,87%	2.917.556	45,10%	41,16%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.104.354	28,23%	-27,87%	2.917.556	45,10%	41,16%
PESSOAL	1.394.112	66,25%	-0,67%	1.403.577	48,12%	24,51%
Remuneração do trabalho	989.826	47,04%	-5,62%	1.048.730	35,95%	34,81%
Proventos	936.992	44,53%	-2,20%	958.058	32,83%	28,00%
Participação dos empregados nos lucros	52.834	2,51%	-41,73%	90.672	3,11%	207,81%
Benefícios	332.587	15,81%	14,53%	290.397	9,95%	-0,71%
Provisões (Benefícios pós-emprego)	156.747	7,45%	15,15%	136.128	4,67%	-13,63%
Benefícios - Outros	175.840	8,36%	13,98%	154.269	5,29%	14,40%
FGTS	71.699	3,41%	11,25%	64.450	2,21%	13,23%
Impostos, taxas e contribuições	372.645	17,71%	-49,77%	741.879	25,43%	32,02%
Federais	344.645	16,38%	-52,13%	719.911	24,68%	32,20%
Estaduais	34	0,00%	-62,64%	91	0,00%	5,81%
Municipais	27.966	1,33%	27,83%	21.877	0,75%	26,49%

Continua

7 - Geração e Distribuição de Riqueza	2015			2014		
	Valor	% participação	Evolução	Valor	% participação	Evolução
Remuneração de capitais de terceiros	31.874	1,51%	28,78%	24.750	0,85%	43,31%
Aluguéis	31.874	1,51%	28,78%	24.750	0,85%	43,31%
Remuneração de capitais próprios	305.723	14,53%	-59,09%	747.350	25,61%	107,39%
Juros sobre capital próprio	73.370	3,49%	-51,90%	152.551	5,23%	29,48%
União	37.419	1,78%	-51,90%	77.801	2,67%	-29,92%
Outros	35.951	1,71%	-51,91%	74.750	2,56%	998,78%
Dividendos	0	0,00%	-100,00%	380.479	13,03%	239,17%
União	0	0,00%	-100,00%	194.044	6,64%	83,77%
Outros	0	0,00%	-100,00%	186.435	6,39%	2728,63%
Lucros/prejuízos retidos no exercício	232.353	11,04%	8,41%	214.320	7,35%	64,41%

(1) Informado o Total de Entradas = 544

(521 Nomeações + 19 Nomeações Subjudice + 4 Mudanças de Status Funcional (1 Demitido -> Licença Saude Sem Onus, 1 Demitido->SubJudice, 2 Demitido -> Ativo).

(2) Informado o Total de Saídas = 285 (276 Demissões, 1 Aposentadorias e 8 Falecimentos)

(3) Funções dos Eixos Gestão Principal e Gestão Intermediária - Total = 2.460

(4) Mulheres em Funções dos Eixos Gestão Principal e Gestão Intermediária = 639

(5) Homens em Funções dos Eixos Gestão Principal e Gestão Intermediária = 1.821

(6) Negros(as) em Funções dos Eixos Gestão Principal e Gestão Intermediária = 93

(7) Em 31/12/2015, haviam, em andamento, 412 (quatrocentos e doze) reclamações e críticas de consumidores relativas à defesa do consumidor (Procon). Somente em 2015, há registro de 47 (quarenta e sete) demandas entre encerradas e em andamento. Havia, ainda, em andamento, outras 2.754 (duas mil, setecentas e cinquenta e quatro) reclamações e críticas de consumidores que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça). Somente em 2015, há registro de 662 (seiscentos e sessenta e dois) processos entre encerrados e em andamento.

(8) Em 2015, foram encerradas 58 (cinquenta e oito) reclamações e críticas relativas a defesa do consumidor (Procon), das quais 06 (seis) foram atendidas, equivalendo-se a 10,34% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os motivos do não atendimento das demais reclamações/críticas foram: acordo entre as partes; desistência do autor; improcedência dos pedidos; e não julgamento do mérito da ação. Foram encerradas 774 (setecentas e setenta e quatro) reclamações e críticas que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça) em 2015, das quais 138 (cento e trinta e oito) foram atendidas, equivalendo-se a 17,83% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos de não atendimento das demais reclamações/críticas foram: desistência do autor; improcedência dos pedidos e não julgamento do mérito da ação.

(9) Em 31/12/2015, haviam 1.031 (mil e trinta e um) processos trabalhistas em andamento movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Deste total, 143 (cento e quarenta e três) foram ajuizados em 2015.

(10) Em 2015, foram encerrados 120 (cento e vinte) processos trabalhistas movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Deste total, 33 (trinta e três) foram julgados procedentes e 87 (oitenta e sete) foram julgados improcedentes.

(11) O valor informado corresponde a todos os pagamentos efetuados em 2015, a funcionários e ex-funcionários, referente a processos decorrentes das relações de trabalho.

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes do Relatório Anual de Sustentabilidade do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas diretrizes GRI, versão G4 e opção de reporte “Essencial”

Aos Administradores e Acionistas do
Banco do Nordeste do Brasil S.A

Introdução

Fomos contratados pela administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB” ou “Companhia”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre os indicadores contidos no Relatório Anual de Sustentabilidade, com base nas diretrizes do *Global Reporting Initiative* (“GRI”), versão G4, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (“Relatório”).

Responsabilidades da administração do BNB

A administração do BNB é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório de acordo com critérios, premissas e metodologias do GRI – G4 (opção de reporte “Essencial”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é verificar as informações constantes no Relatório, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico do Ibracon (CT) Nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis a trabalhos de asseguração que não sejam de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que os indicadores constantes no Relatório estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 consiste na obtenção de evidências adequadas e suficientes sobre as informações constantes do Relatório através da aplicação de procedimentos que nos possibilite avaliar na forma de asseguração limitada sobre os indicadores do Relatório. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Relatório podem apresentar distorções relevantes. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes no Relatório de acordo com critérios, premissas e metodologias próprias do BNB. Os procedimentos compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a preparação e compilação do Relatório através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

- c) aplicação de procedimentos analíticos e verificação amostral de determinadas evidências que suportam os dados utilizados para a elaboração do Relatório;
- d) confronto dos dados de natureza financeira, fornecidos pelo BNB com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis, auditado pela equipe de auditoria financeira da EY.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes da estrutura de elaboração dos indicadores da GRI - G4, aplicável na elaboração das informações constantes no Relatório.

Entendemos que as evidências obtidas em nosso trabalho foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Relatório. Consequentemente, não nos possibilita obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos ou eventuais distorções nas informações constantes nos Relatório. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

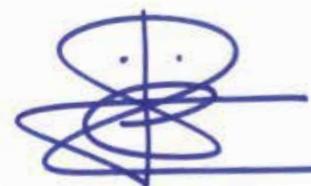
Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que os indicadores GRI constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade do BNB, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não tenham sido apresentados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com critérios, premissas e metodologias para elaboração dos indicadores da *Global Reporting Initiative* – G4 (opção de reporte “Essencial”).

Fortaleza, 18 de abril de 2017.

Ernst & Young

Audidores Independentes S.S
CRC-2SP015199/O-6



José Ricardo de Oliveira
Contador CRC 1PR041552/O-9

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre o demonstrativo de informações de natureza social e ambiental

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Fomos contratados pela Administração do Banco Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”) para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre o Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza de acordo com a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes – Continuação

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste, principalmente, de indagações à Administração do Banco e a outros profissionais do Banco que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes no Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas nas quais distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco Nordeste do Brasil S.A.;
- (b) Aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, e
- (c) Confronto dos valores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes – Continuação

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e aos critérios da estrutura de elaboração contidos na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental aplicável na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes contidas na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador 1SP184050/O-6



**Banco do
Nordeste**